

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
DOUTORADO**

**PADRE SERAFIM LEITE (S. J.): UM INTELLECTUAL ENTRE O BRASIL E  
PORTUGAL NO SÉCULO XX**

**FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER**

**MARINGÁ  
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
DOUTORADO**

**PADRE SERAFIM LEITE (S. J.): UM INTELLECTUAL ENTRE O BRASIL E  
PORTUGAL NO SÉCULO XX**

Tese apresentada por FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: MARIA CRISTINA GOMES  
MACHADO

MARINGÁ  
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

R912p Ruckstadter, Flávio Massami Martins.

Padre Serafim Leite (S. J.) : um intelectual entre o Brasil e Portugal no século XX / Flávio Massami Martins

Ruckstadter. – Londrina, 2012.

148 f.

Orientador: Maria Cristina Gomes Machado.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Leite, Serafim, 1890-1969 – Teses. 2. Educação – História – Brasil – Teses. 3. Jesuítas – História – Teses. 4. Intelectuais – Brasil – Séc. XX – Teses. 5. Educação – Historiografia – Teses. 6. Educação – História – Portugal – Teses. I. Machado, Maria Cristina Gomes. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER

**PADRE SERAFIM LEITE (S. J.): UM INTELLECTUAL ENTRE O BRASIL E  
PORTUGAL NO SÉCULO XX**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) –  
UEM

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Gonçalves Vidal – USP – São Paulo

Prof. Dr. José Maria de Paiva – UNIMEP – Piracicaba

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo – UEM

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa – UEM

30 de março de 2012

Dedico este trabalho para Vanessa.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Marilda e José, que sempre me incentivaram e souberam transmitir o valor e a importância do estudo.

À minha esposa, Vanessa, com quem tenho compartilhado minha vida há doze anos. Obrigado por ter suportado a convivência, durante metade desse tempo, com um estudante de pós-graduação, primeiro no mestrado e depois no doutorado.

À minha orientadora, Maria Cristina Gomes Machado, pela confiança, seriedade, competência, paciência e pela orientação recebida.

Aos professores doutores Diana Gonçalves Vidal, Marisa Bittar, César de Alencar Arnaut de Toledo, Célio Juvenal Costa, pela leitura e pelas contribuições sugeridas às minhas investigações no exame de qualificação.

Ao Colegiado do curso de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), que me liberou de minhas atividades docentes durante o primeiro semestre de 2011, para me dedicar à pesquisa.

À Biblioteca Rodolfo Garcia, da Academia Brasileira de Letras, cujo acervo foi de grande importância para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento recebido.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, pela inserção no universo da pesquisa acadêmica. Em especial ao Hugo e a Márcia, sempre muito atenciosos e prestativos.

Aos meus amigos e familiares que me apoiaram, direta ou indiretamente, nesta longa caminhada.

*Ser membro de uma comunidade humana é  
situar-se em relação ao seu passado.*

*Eric J. Hobsbawm*

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **PADRE SERAFIM LEITE (S. J.): UM INTELLECTUAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL NO SÉCULO XX**. 148 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dr.(a) Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2012.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a obra e o pensamento do padre jesuíta Serafim Leite (1890-1969), autor da renomada *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Nascido em Portugal, em São João da Madeira, Serafim Leite passou alguns anos da juventude na Amazônia, antes retornar para a Europa e ingressar na Companhia de Jesus. Depois de ordenado padre, em função de sua sólida formação, recebeu de seu superior, em Portugal, padre Cândido Mendes (1874-1943), a incumbência de redigir uma parte da história dos jesuítas na Antiga Assis de Portugal, o que significava escolher entre realizar uma pesquisa sobre a história dos inicianos no Oriente ou no Brasil. A proximidade com este país influenciou sua decisão. A partir de 1932, dedicou tempo integral à pesquisa que marcaria sua vida e o levaria a ser reconhecido como intelectual influente, tanto em Portugal quanto no Brasil. Além da *História*, sua obra é composta por textos diversos, publicados em jornais, revistas científicas e livros. Foi membro de várias associações intelectuais, como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Portuguesa de História, entre outros. Sua obra é referência obrigatória para o estudo da história e da história da educação do período jesuítico na América Portuguesa. Apesar disso, seu pensamento não havia sido objeto de análise até o presente momento, exceção feita a duas pesquisas de mestrado que estudaram a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Em geral, seus textos têm sido interpretados como exemplos de uma literatura apologética, positivista, defensora dos inicianos. Sem questionar a apologia presente na obra de Leite, esta pesquisa objetivou analisar seu pensamento de um ponto de vista mais amplo, questionando os motivos da encomenda de sua obra, bem como o papel que ela ocupa no quadro da historiografia educacional brasileira. Assim, seus trabalhos foram analisados enquanto fontes históricas para o estudo sobre a forma como um intelectual católico do século XX pensou o passado de sua Ordem religiosa no processo de colonização do Brasil. Buscou-se contextualizar seus escritos no momento em que foram produzidos, o que implicou a análise dos contextos históricos brasileiro e português da primeira metade do século passado. Nesse sentido, foi possível defender, diferentemente do que outras pesquisas apontaram, que sua obra se insere num processo maior de reafirmação da Companhia de Jesus e da Igreja Católica no interior das sociedades portuguesa e brasileira. Além disso, seu discurso, herdeiro de uma tradição historiográfica iniciada pelo IHGB no século XIX, contribuiu para dar sentido e valorizar uma concepção de nacionalidade e cultura brasileiras, em construção naquele momento. Embora não trate diretamente da educação na colonização brasileira, esta pesquisa procura se inserir nos esforços empreendidos pelos historiadores da educação brasileira, em ampliar as interpretações sobre o período ainda pouco estudado, ao analisar a obra de um historiador que é referência obrigatória e ponto de partida para vários estudos.

**Palavras-chave:** Educação, Serafim Leite, História da Educação, Jesuítas, século XX



RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **FATHER SERAFIM LEITE (S. J.): AN INTELLECTUAL BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL IN THE 20<sup>th</sup> CENTURY.** 148 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2012.

### ABSTRACT

The present research has as object the work and thought of the Jesuit father Serafim Leite (1890-1969), author of the renowned *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Born in Portugal, in São João da Madeira, Serafim Leite passed some early years in the Amazon, before coming back to Europe and joining the Society of Jesus. After ordained a father, because of his solid formation, he received from his superior, in Portugal, father Cândido Mendes (1874-1943), the incumbency of writing a part of the history of the Jesuits in the Old Assistance of Portugal, which meant to choose between making a research about the history of the Jesuits in the Orient or in Brazil. The proximity to this country had influenced his decision. From 1932, he dedicated full time to the research that would mark his life and would take him to be well-known as an influent intellectual, both in Portugal and in Brazil. Besides the *História*, his work is compound by various texts, published in newspapers, scientific journals and books. He was member of many intellectual associations, as the Brazilian Academy of Letters, the Brazilian Historic and Geographic Institute, the Portuguese Academy of History and others. His work is obligatory reference to the study of the history and the history of education of the Jesuit period in the Portuguese America. Nevertheless, his thought had not been object of analysis, except by two dissertations of master's degree which had studied the *História da Companhia de Jesus no Brasil*. In general, his work has been understood as examples of an apologetic literature, positivist, defensive of the Jesuits. Without questioning the apology present in Leite's work, this research aimed to analyze his thought from a wide point of view, questioning the reasons of his work's order, and also the place that it occupies in the Brazilian educational historiography. Thus, his works were analyzed as historical sources to the study of the way that a catholic intellectual of the 20<sup>th</sup> century thought the past of his religious Order in the process of Brazilian colonization. It was attempted to contextualize his writings in the moment that they were produced, what implicated the analysis of both Brazilian and Portuguese contexts of the last century's first half. This way, it was possible to defend, differently of what other investigations had showed, that his work fits into a bigger process of reaffirmation of the Society of Jesus and the Catholic Church in the Portuguese and Brazilian societies. Besides, his discourse, inheritor of a historiographical tradition initiated by the Brazilian Historic and Geographic Institute in the 19<sup>th</sup> century, had contributed to give sense and to valorize a conception of Brazilian culture and nationality, in construction that moment. Although it does not treat directly of the education in the Brazilian colonization, this research aims to be inserted in the efforts made by the Brazilian historians of education, in order to increase the interpretations about the period still less studied, when it analyzes the work of a historian which is obligatory reference and starting point for many studies.

**Key words:** Education, Serafim Leite; History of Education, Jesuits, 20<sup>th</sup> century.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. UMA VIDA A SERVIÇO DOS LIVROS: A VIDA E A OBRA DE SERAFIM LEITE	19
2.1. A formação do intelectual: esboço de sua trajetória de vida .....	21
2.2. Portugal na época da formação de Serafim Leite: o ideal republicano e a Primeira República (1910-1926).....	33
2.2.1. A questão religiosa em Portugal no tempo da Primeira República.....	42
2.2.2. A questão religiosa e a Companhia de Jesus em Portugal .....	51
2.3. A obra intelectual de Serafim Leite: da encomenda à realização.....	56
2.3.1. O despertar para a escrita: textos de Serafim Leite entre 1913 e 1932 .....	57
2.3.2. A história como ofício: escritos de Serafim Leite entre 1932 e 1950 .....	58
2.3.3. Os desdobramentos da pesquisa: escritos de Serafim Leite entre 1951 e 1969 .....	63
3. O HISTORIADOR E A HISTÓRIA .....	66
3.1. Estudos sobre Serafim Leite .....	67
3.2. A concepção de História no pensamento de Serafim Leite .....	74
3.2.1. A concepção de história na <i>História</i> .....	78
4. SERAFIM LEITE: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E RELIGIÃO .....	95
4.1. A influência religiosa no pensamento de Serafim Leite .....	96
4.2. A educação como modo de formar uma sociedade ideal.....	100
4.3. Serafim Leite e a história da educação no Brasil Colonial.....	112
4.3.1 História da Educação no Brasil Colonial: uma síntese da produção .....	124
4.3.2. A recente produção da História da Educação sobre o período de atuação jesuítica no Brasil Colonial .....	131
5. CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS.....	143

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema de estudo a obra de um jesuíta nascido em fins do século XIX em Portugal: trata-se do padre Serafim Leite (S. J.) (1890-1969), nascido em 1890, em São João da Madeira. Mais especificamente, este texto analisa aspectos relativos à sua vida e à produção de sua vasta obra.

Serafim Leite é uma referência obrigatória àqueles que se dedicam ao estudo da atuação jesuítica no período da colonização portuguesa na América. Da mesma maneira que não se pode escrever a História da Educação do Brasil Colônia desconsiderando as ações dos padres jesuítas, também não se pode estudar essas ações desconsiderando os trabalhos de Serafim Leite. Isto porque, como historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil, os trabalhos produzidos pelo padre jesuíta no século XX se constituem em fontes importantes para as investigações sobre o período. Pode se verificar a relevância de sua obra quando se observa que nas pesquisas que têm sido desenvolvidas sobre a temática jesuítica no Brasil Colônia, grande parte dos autores recorre a seus textos.

Serafim Leite concluiu seus estudos primários em 1899, em sua terra natal. Em seguida, na cidade do Porto, continuou estudando por mais cinco anos no Seminário Menor dos Carvalhos. Entretanto, aos quinze anos, mudou-se com um tio para a Amazônia, no período de exploração da borracha naquela região. Viveu no Brasil até 1913, quando retornou para a Europa, a fim de retomar os estudos e seguir carreira religiosa. Sua formação se deu na Bélgica e na Espanha e sua ordenação aconteceu em 27 de julho de 1926, aos 36 anos de idade. Anos mais tarde, realizou a profissão religiosa na Companhia de Jesus, tornando-se jesuíta a partir de 1932. Desde então, tornou-se o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil, e com isso, dedicou sua vida a investigar sobre a história dos jesuítas na antiga colônia portuguesa na América. Até sua morte, em 1969, publicou várias obras que versavam sobre o passado colonial brasileiro.

Para fins de organização, sua obra pode ser dividida em dois períodos, tendo como marco divisório o ano em que realizou sua profissão religiosa na Companhia de Jesus, 1932 (BATLLORI, 1962). Sua estreia como escritor se deu

no Brasil, na época em que viveu com o tio na Amazônia. Data de 6 de abril de 1913 seu primeiro texto: um conto intitulado *Joel e Fátima*, publicado na *Gazeta de Monte Alegre*, uma cidade às margens do rio Amazonas, no Pará.

Na primeira fase de sua produção, iniciada no Brasil, em 1913, encontram-se textos de natureza diversa, tais como obras literárias, estudos históricos, sociais e biográficos, por exemplo. Na segunda fase, que teria início após 1932, os textos versam sobre a história dos jesuítas no Brasil.

É esta segunda fase da produção de Serafim Leite que mais interessa a esta pesquisa. É por conta desta fase de sua produção que o padre jesuíta se tornou bastante reconhecido como intelectual influente. Por exemplo: a partir de 1934, com a publicação inédita da primeira biografia de José de Anchieta (1534-1597), de autoria de Quirício Caxa, em separata de uma destacada revista acadêmica fundada pelos jesuítas em Portugal, a *Revista Brotéria*, Serafim Leite passaria a frequentar os meios intelectuais, tanto no Brasil quanto em Portugal. Até o final de sua vida, foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Portuguesa de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Histórico e Geográfico do Ceará e de São Paulo, da Academia de História das Ciências, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, entre outros.

Nesse sentido, Serafim Leite é visto nesta pesquisa como um intelectual, com participação ativa nos meios intelectuais português e brasileiro. Entende-se, pois, que a análise de sua obra pode ser um dos mecanismos de compreensão das questões relativas à sua época.

Seu principal estudo foi a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, publicada em dez tomos entre os anos de 1938 e 1950. Esta foi a grande obra de sua vida. A partir do seu ingresso na Companhia de Jesus, em 1932, Serafim Leite recebeu de seu superior direto, o Provincial da Ordem em Portugal, Cândido Mendes (1874-1943), a encomenda de redigir uma parte da história dos jesuítas na Antiga Assistência de Portugal. Isso significava que poderia escolher entre redigir a história dos jesuítas nas colônias portuguesas do Oriente ou do Ocidente, mais precisamente do Brasil. Foi pela última que ele optou.

Assim, a partir de 1932, o padre dedicou tempo integral à tarefa; vasculhou arquivos na Europa e no Brasil, procurando documentos que possibilitassem a

realização da empreitada. Uma das marcas de sua produção é a preocupação em descrever tais documentos, num esforço para escrever uma “história precisa” da atuação jesuítica.

Além dos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite organizou a *Monumenta Brasiliae*, uma vasta publicação dos documentos jesuíticos do Brasil no século XVI. Esta publicação integra a *Monumenta Historica Societatis Iesu*. Dessa maneira, Serafim Leite pode ser considerado o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Sua obra é composta de vários outros textos, que foram publicados em jornais, revistas científicas e livros. Muitos destes textos publicados de maneira independente em jornais e revistas foram, posteriormente, introduzidos em obras mais completas, tendo por isso mesmo, sido publicados mais de uma vez. Um importante instrumento que nos auxilia nesta pesquisa é a *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, organizada por Miquel Batllori (1962), também jesuíta, e publicada pelo Instituto Histórico da Companhia de Jesus de Roma. O guia traz, além das indicações dos textos de Serafim Leite, indicações de todos os comentários que haviam sido produzidos a respeito do jesuíta e de sua obra, em jornais, revistas e livros, até aquela data.

Ao ler o título desta tese, muitos poderão questionar: por quê mais um trabalho que trata de um jesuíta e, em especial, por quê na área de História da Educação? Ou ainda: tudo o que havia para ser escrito sobre a Companhia de Jesus já não foi dito?

Temos a convicção de que não. Há muito para ser estudado a respeito da Companhia de Jesus, sua obra educacional e seus membros. Sobretudo em História da Educação. A área, que tem se consolidado nos últimos anos, afirmando-se simultaneamente como disciplina acadêmica nos cursos de formação de professores e como campo de pesquisa, pouco tem se dedicado aos estudos a respeito da Companhia de Jesus e ao Brasil Colonial. Isto pode ser percebido a partir de um levantamento a respeito do número de trabalhos que versam sobre a temática e o período, apresentados nos principais congressos nacionais de História da Educação, por exemplo, aqueles promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Além disso, destaque-se ainda que na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), um

dos canais privilegiados de comunicação entre os pesquisadores da área, em seus vinte e três números, publicados entre 2001 e 2010, não existe um único artigo que trate da temática da educação colonial.

Apesar disso, nas últimas décadas, a partir do final dos anos de 1970, temos assistido a um crescimento da preocupação, por parte de alguns pesquisadores da área, em dirigir seus olhares para o período de colonização do Brasil e para as questões educativas do período. No entanto, este crescimento é incipiente e, embora algo já tenha sido feito, é preciso ir além. Percebe-se o esforço em ampliar os temas abordados na História da Educação brasileira, em alguns grupos de pesquisa que têm procurado sistematizar investigações que tratem da temática da educação no Brasil Colônia.

Embora este estudo não trate diretamente da educação jesuítica no Brasil Colonial, o objetivo é analisar a produção que se estabeleceu sobre o período a partir da obra do padre Serafim Leite. Até o momento, contamos com um único estudo em História da Educação sobre a obra do jesuíta: em 1993, Raquel Silveira Wrege defendeu uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação de Dermeval Saviani, intitulada *A educação escolar jesuítica: uma leitura da obra de Serafim Leite “História da Companhia de Jesus no Brasil”* (WREGE, 1993). O texto faz uma análise interna da principal produção de Serafim Leite, observando aspectos relativos à organização dos colégios jesuíticos. A autora conclui em seu trabalho que Serafim Leite apresenta uma visão apologética da atuação da Companhia de Jesus no Brasil e que seu método é o positivismo.

Além de Raquel Wrege (1993), Livia Carvalho Pedro (2008) apresentou dissertação ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Bahia sobre a principal obra de Serafim Leite, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. A pesquisadora realizou um estudo que pode ser classificado dentro do campo de pesquisas de história do livro e da leitura. Por caminhos distintos, Pedro (2008) chegou a uma conclusão semelhante à conclusão de Wrege (1993) sobre a apologia e o método de Serafim Leite.

A mesma análise sobre a produção do autor pode ser encontrada em outros pesquisadores que se debruçam sobre a história dos jesuítas nas terras

portuguesas na América. Sempre tomado como referência, os textos de Leite são vistos como exemplos de uma literatura positivista que defende incondicionalmente as ações jesuíticas no período colonial. Mesmo assim, são referenciados com muita frequência nos estudos da área.

Gilberto L. Alves (2003), por exemplo, afirma que podemos encontrar quatro tendências na historiografia que trata dos jesuítas: uma apologética, uma antijesuítica, uma que procurou recuperar a imagem da Ordem e uma influenciada pela Teologia da Libertação. O autor considera os textos de Serafim Leite como exemplos da primeira tendência.

Não questionaremos aqui o conteúdo laudatório dos textos de Serafim Leite. Concordamos, em parte, com estes autores. Entretanto, é necessário uma análise minuciosa da obra do padre Serafim em busca de novos elementos e reflexões. Primeiro, porque ele teve uma participação ativa nos meios intelectuais tanto no Brasil quanto em Portugal. Segundo, porque sua produção, apesar de ser considerada apologética, continua sendo ponto de partida para o desenvolvimento de novas investigações a respeito do período e das relações dos jesuítas com a colonização portuguesa na América, mormente no que se refere ao trabalho de levantamento documental. Terceiro, porque não contamos, até o presente momento, com nenhum estudo que tenha analisado sua obra de um ponto de vista um pouco mais amplo, isto é, procurando relacionar a vida do autor, sua produção e a história do período. Quarto, porque é preciso ampliar os estudos sobre o Brasil Colonial na área de História da Educação, uma vez que esse período é o da gênese da cultura brasileira.

Dessa maneira, se concordarmos com Wrege (1993), Pedro (2008) e Alves (2003), os textos de Serafim Leite devem ser compreendidos como exemplos de uma literatura que defende incondicionalmente a atuação jesuítica no Brasil Colonial. No entanto, esta pesquisa questiona: não seria possível analisar estes textos além de suas características apologéticas? Sua defesa do passado jesuítico nos tempos coloniais, não teria contribuído para a instauração de uma determinada forma de compreensão sobre o período?

Outras questões podem ser formuladas: por que, embora seja visto como um exemplo de literatura positivista e defensora dos jesuítas, os textos de Serafim Leite continuam sendo uma referência obrigatória para os estudos sobre o

período colonial na área de História da Educação? Por que houve interesse da Companhia de Jesus em encomendar uma obra sobre o passado da Ordem e da atuação jesuítica na antiga Assistência de Portugal? Que papel cumpriu a obra de Serafim Leite em Portugal e no Brasil? Qual o significado desta produção para a História da Educação brasileira?

Defendemos, pois, que a obra de Serafim Leite não pode ser vista apenas como um exemplo de uma literatura positivista e que faz apologia da atuação jesuítica no Brasil Colonial. Diferentemente do que os estudos têm apontado, a obra supracitada e sua repercussão podem ser vistas como um esforço de recuperação da imagem positiva que a Companhia de Jesus havia tido em Portugal e no Brasil, e que se perdeu, a partir do antijesuitismo que se desenvolveu no século XVIII. No entanto, desta tese decorrem outros argumentos que permitem reflexões acerca da importância dos estudos de Serafim Leite. No quadro educacional brasileiro da primeira metade do século XX, seus trabalhos podem ter atuado num processo de reafirmação do catolicismo. Sua obra pode ter tido repercussões no processo de constituição da identidade nacional e da formação da cultura brasileira, que apresentam, como um de seus elementos fundantes, a valorização do passado colonial e, em especial, da atuação jesuítica. Em outras palavras: a produção de Serafim Leite teria contribuído para a consolidação da ideia segundo a qual, o povo brasileiro se constituiu a partir de vários elementos, sobretudo, a partir do cristianismo, desde a primeira missa, logo após o descobrimento e, mais tarde, com a atuação da Companhia de Jesus, a partir de 1549.

Deve ser ressaltado que esta pesquisa utiliza como principais fontes os textos publicados por Serafim Leite. Porém, qual é o significado desta afirmação? As fontes são vestígios que permitem ao pesquisador investigar sobre um determinado momento da história. É evidente que, na pesquisa histórica, o historiador sempre se encontra na impossibilidade de constatar de maneira objetiva os fatos que estuda. Assim, conforme afirma Marc Bloch (2001), todo conhecimento histórico é, por natureza, indireto, possibilitado a partir de vestígios. Em outras palavras, são as fontes os vestígios que possibilitam o conhecimento histórico ao historiador. No entanto, essas fontes não falam por si mesmas; elas são vestígios, testemunhos que podem responder às perguntas que lhes são



apresentadas. Nesse sentido, a fonte é uma construção do pesquisador; por mais que ela venha do passado, quando interrogada, ela não mais se encontra nesse passado, mas permite encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é importante procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Nesse caso específico, os textos de Serafim Leite podem demonstrar, mais do que a história da Companhia de Jesus no Brasil Colônia, a forma como um intelectual no século XX pensou esse mesmo período e temática. Ou seja: os textos de Serafim Leite são documentos do século XX, período em que viveu e produziu sua obra. São indícios de uma forma de pensar o passado colonial brasileiro que se estabeleceu durante o século passado, a partir de um membro da Companhia de Jesus, designado por seu superior para isto. Dito de outra forma: esta pesquisa não trata do passado colonial brasileiro e da atuação jesuítica nesse período, de maneira direta, mas sim, trata de um intelectual do século XX e de sua produção a respeito desse passado jesuítico.

É importante chamar a atenção para alguns aspectos que incidem diretamente sobre o processo de interpretação de nossas principais fontes nesta pesquisa. Pelo menos dois níveis devem ser considerados: o primeiro é o próprio contexto no qual se produziram os documentos e o segundo o contexto de leitura das fontes, ou a forma como a historiografia do período tem interpretado estas fontes. Assim, é importante relacionar ambos os níveis.

Isso nos direciona a um recorte temporal e espacial específico. Selecionamos como recorte espacial, Portugal e o Brasil, em função da própria vida de Serafim Leite e de sua produção se vincular ao estudo do passado destas duas nações. Embora a formação de Leite tenha se dado na Espanha e na Bélgica, seus textos versam, em sua maior parte, sobre o passado jesuítico no Brasil Colonial, isto é, sobre a história dos jesuítas nos domínios portugueses na América. Os limites temporais por sua vez, seguem os mesmos limites da vida do padre: 1890 e 1969, anos de seu nascimento e morte. É evidente que estes limites não devem ser vistos como fixos e rígidos, pois na procura pela compreensão do pensamento do jesuíta, as relações entre o particular e o geral

devem sempre ser buscadas. Isto significa que eles podem ser momentaneamente ultrapassados em função das necessidades da análise que se pretende. Vale ressaltar que esta é uma possibilidade, dentre várias outras possíveis.

Dessa maneira, o texto se estrutura em três partes, buscando as respostas para as questões levantadas. O primeiro capítulo, intitulado *Uma vida a serviço dos livros: a vida e a obra de Serafim Leite*, apresenta uma discussão sobre o processo de formação do intelectual. Nesse sentido, percorre-se historicamente a vida de Serafim Leite e os fatos que o levaram a se tornar o historiador da Companhia de Jesus. Discute-se nesse capítulo, elementos da história de Portugal entre fins do século XIX e início do século XX, com o propósito de discutir as motivações que levaram Serafim Leite a se constituir como intelectual católico. Além disso, apresenta-se a sua obra intelectual, que o autorizou a ser reconhecido como tal ao longo do século XX.

O segundo capítulo, intitulado *O historiador e a História* analisa pormenorizadamente o conceito de História no pensamento do historiador Serafim Leite. Como ponto de partida, realiza um estudo das duas pesquisas que já foram realizadas sobre a principal obra do autor, por Wrege (1993) e Pedro (2008). Posteriormente, verifica-se o entendimento que Serafim Leite dava para História e para seu ofício de historiador, em escritos diversos e na *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

O terceiro capítulo, intitulado *Serafim Leite: educação, sociedade e religião* trata do pressuposto religioso no pensamento de Serafim Leite. Analisam-se seus conceitos de educação e sociedade, além de discutir a partir dos conceitos apresentados, a forma como a historiografia educacional brasileira tem se relacionado com os escritos do padre jesuíta.

## 2. UMA VIDA A SERVIÇO DOS LIVROS: A VIDA E A OBRA DE SERAFIM LEITE

*Daqui a um ano terei meio século de existência. Talvez me reste pouco mais. Paremos um instante. Nestas alturas já se pode olhar para trás para descortinar, através da vida, as diversas linhas que lhe formam a tessitura. Há uma constante que prepondera entre mil. Sinto que a minha paixão dominante são os livros. Não a coibi. Deus encarregou-se de lhe dar solidez e de a tornar fecunda.*

*Serafim Leite, 2 de fevereiro de 1939.*

Uma das abordagens presentes na elaboração de pesquisas sobre história dos intelectuais é pensar a obra de um autor como resultado bem-sucedido de uma inspiração individual, o que permite um conhecimento esfacelado de determinado autor/objeto estudado. Em geral, tanto a obra quanto seu autor são, ao mesmo tempo, resultados de uma época, de um contexto, de uma sociedade. Estabelecem-se, concomitantemente, a partir dos espaços que frequentam, dos círculos sociais aos quais pertencem. É a partir desse pressuposto que seu pensamento deve ser analisado.

Estudar a trajetória de vida de um intelectual, dessa maneira, pode se constituir em um importante recurso para a compreensão de seus escritos e de sua participação no contexto que os possibilitou. Este estudo pode nos levar a indagações sobre o processo histórico que consagrou um determinado indivíduo como intelectual.

A epígrafe que abre este capítulo nos permite perceber como o intelectual, cujo pensamento é objeto desta tese, pensava a si. Serafim Leite se via como um homem que tinha, de forma predominante, paixão pelos livros. Todavia, este fato, por si só, não seria suficiente para que ele pudesse ser considerado um intelectual. Somente no conjunto das relações sociais por ele estabelecidas que esta definição pode surgir, ratificada por outros assim fatores ou testemunhos.

É importante, neste ponto, dar sentido ao que se entende pelo termo intelectual. Nos dicionários encontraremos a definição de que intelectual é um

adjetivo relativo à inteligência, ou àquele que usa a inteligência. A partir disso, podemos assumir, momentaneamente, a ideia segundo a qual não exista o não-intelectual. Ou seja, todos os homens são intelectuais, pois, em qualquer atividade humana é imprescindível o uso da inteligência, do intelecto. Mas, então, isto nos direciona a um problema, em decorrência da afirmação que fizemos no parágrafo anterior: o amor que nutria pelos livros não seria suficiente para que Serafim Leite pudesse ser *considerado um intelectual*. Assim, é preciso considerar que, na sociedade, embora os homens sejam intelectuais, nem todos desempenham uma função intelectual. (GRAMSCI, 1968, p. 7). Em outras palavras, há uma visão cristalizada segundo a qual nem toda atividade humana é vista como atividade intelectual; os trabalhos que exigem um esforço muscular-nervoso maior do que o esforço de elaboração intelectual não são entendidos como trabalhos intelectuais e sim “braçais”. Por outro lado, as atividades em que o esforço na elaboração intelectual supera o esforço muscular-nervoso são definidas como atividades intelectuais. Em função disso, nossa sociedade entende que os intelectuais, por assim dizer, são, entre outros, políticos, juristas, jornalistas, escritores, filósofos, historiadores, homens das letras. Mas precisam do reconhecimento de seus pares para que assim possam se definir.

Serafim Leite pode, então, ser definido como um intelectual? É certo que sim. Homem das letras, apaixonado pelos livros, como ele próprio se definiu, dedicou grande parte de sua vida ao estudo, sobretudo à pesquisa a respeito da atuação dos jesuítas na América Portuguesa.<sup>1</sup> Mas, para além disso, foi reconhecido por seus contemporâneos como tal; é o que a análise de sua trajetória de vida nos permite perceber.

Para fins de organização, procuramos analisar a vida de Serafim Leite pontuando os caminhos percorridos por ele no processo que o levou a ser

---

<sup>1</sup> A expressão *América Portuguesa* foi utilizada pela primeira vez no livro *História da América Portuguesa*, de autoria de Sebastião da Rocha Pita, editado em 1730. Caído em desuso, o termo (elevado à categoria de conceito) foi reabilitado, entre outros, por Fernando Novais, em 1997, no primeiro volume da obra *História da Vida Privada no Brasil*. Para o autor, justifica-se seu uso, em vez de *Brasil Colônia* ou *Brasil Colonial*, em função do anacronismo destas expressões, construídas *a posteriori*, uma vez que os contemporâneos não tinham a noção de que estavam vivendo uma fase particular da história. No entanto, o termo não era utilizado nem mesmo pelas instituições responsáveis pela administração colonial, como é o caso do Conselho Ultramarino, criado em 1642. Além disso, o termo não se refere a todo o território que conhecemos atualmente como Brasil, visto que o processo de expansão territorial dos domínios portugueses na América, entre os séculos XVI e XIX, foi lento e gradual. Assim, o uso do termo deve ser feito de maneira cuidadosa. (VAINFAS, 2001, verbete *América Portuguesa*).

considerado um intelectual. Isso implica na necessidade de apresentação de sua produção intelectual, o que o autorizou a ser visto como tal. Optamos por dividir em três partes esta discussão: a primeira se constitui em um esboço da trajetória de vida de Serafim Leite; a segunda trata do contexto histórico específico que motivou a produção de sua obra intelectual; e a terceira apresenta os textos escritos pelo autor. Dessa maneira, será possível analisar o desenvolvimento do intelectual e de sua obra, tanto fatores internos quanto externos, que influenciam direta ou indiretamente sua produção e que, por essa razão, não podem ser deixados de lado.

## 2.1. A formação do intelectual: esboço de sua trajetória de vida

Em um estudo que procura situar historicamente o pensamento de um influente intelectual católico do século XX, é imprescindível uma análise de sua vida. No entanto, estudar a vida de um personagem histórico é sempre um desafio. Desafio porque precisamos recorrer a biografias que são, muitas vezes, terreno fértil para a construção de imagens de heróis e de vilões para a história.<sup>2</sup>

Não é nosso propósito escrever uma biografia propriamente dita, do padre Serafim Leite. Por isso mesmo, esta discussão é definida como “esboço de sua trajetória de vida”. Vale afirmar, além disso, que até o presente momento, não existe uma grande biografia do autor. O trabalho mais completo sobre a vida de Serafim Leite foi escrito pelo padre jesuíta Hélio Abranches Viotti e publicado como separata da Revista *Verbum*, em 1970, um ano após sua morte, como uma

---

<sup>2</sup> A preocupação com a descrição de uma história de vida é um fato que teve origem no mundo grego antigo. Ao longo de mais de dois milênios aproximadamente, no entanto, autores acharam que narrar os acontecimentos de uma vida singular era diferente de narrar a “História”, pois esta teria como preocupação narrar fatos coletivos e contar a “verdade”, ao passo que narrar uma vida, por meio de uma biografia, assumiu, ao longo da história, muito mais a função educativa de dar exemplos morais, negativos ou positivos para as novas gerações. Assim, desde a Antiguidade, podemos afirmar que as biografias não deixaram de existir, mas nem sempre foram vistas como fontes para o conhecimento da história pelos historiadores. Isto é válido, sobretudo, para a historiografia do século XX que se posicionou de maneira crítica em relação à historiografia tradicional, vulgarmente intitulada de “positivista”, que produziu muitas biografias de importantes figuras político-militares. Entretanto, nas últimas três décadas tem se acentuado um debate historiográfico sobre o chamado “retorno da biografia” para os historiadores. Veja-se mais sobre este debate nos trabalhos de Schmidt (2000), Ricci (2000), Loriga (1998), Borges (2010) e Ruckstadter (2006).

espécie de homenagem póstuma. É um texto curto que apresenta alguns momentos da vida de Serafim Leite, mas que serve ao nosso interesse que é o de elaborar um *esboço de sua trajetória de vida*.

Além do referido texto de Viotti (1970), seguimos algumas informações que aparecem no texto *A minha vocação*, do próprio Serafim Leite (1940). Próximo de completar seus 50 anos, em 1939, o padre redigiu algumas páginas com um balanço de sua vida e atividades. Estas informações nos permitem perceber como o intelectual via a si. Uma espécie de autobiografia.

Serafim Leite nasceu no dia 6 de abril de 1890, em São João da Madeira, Portugal, filho mais novo de José Francisco Leite e Leonor Emília da Conceição. O pai era sombreireiro, fabricava chapéus de lã, na única indústria manual que então existia em São João da Madeira; a mãe exercia uma ocupação humilde e era assedadeira que vendia as estrigas de linho assedado às poucas fiandeiras que existiam na cidade. Três irmãs completavam seu núcleo familiar. Em *A minha vocação*, o autor se refere à família para protestar contra a lenda segundo a qual o jesuíta perde o amor por ela ao ingressar na Companhia de Jesus e professar os seus votos. (LEITE, 1940, p. 384).

A família, por sinal, teve uma influência decisiva na formação de Serafim Leite. Dois tios maternos, Serafim Leite da Silva e Manuel Leite da Silva, acabaram por orientar a vida de Serafim Leite para os dois pólos em que ela se repartiu. Sob a proteção do primeiro, Abade de Sandim, o jovem Serafim ingressou no seminário menor dos Carvalhos, junto ao Porto, após realizar os estudos primários em Aveiro. Sob a proteção do segundo, comerciante na Amazônia, embarcou para o Brasil aos quinze anos de idade, em um momento de grande migração para aquela região do país, motivado pela possibilidade de exploração da borracha.

No seminário dos Carvalhos, permaneceu entre os dez e os quinze anos de idade, realizando os estudos secundários. Interessava-se, em especial, pelos temas da língua portuguesa, conforme afirma em *A minha vocação*. Mas então, um duplo acontecimento o fez se mudar para o Brasil: por um lado, o tio Manuel, regressou a Portugal e expressou o desejo de levar um sobrinho para auxiliá-lo nos negócios. Por outro lado, a vontade de ser padre, confrontada pelos desejos que começavam a aparecer na adolescência:

[...] O tio do Brasil veio a Portugal e manifestou desejos de levar um sobrinho para o ajudar nos seus negócios. Esconderam-me um pouco esse desejo, mas enfim revelou-se e cá me ficou a bailar. E assim, quando aos quinze anos o primeiro olhar de mulher despertou em mim os sentimentos naturais àquela idade, senti a grave responsabilidade do sacerdócio, receei por mim e o convite do tio do Brasil surgiu-me como solução imediata [...]. (LEITE, 1940, p. 385-386).

Hélio Abranches Viotti (1970) afirma, equivocadamente, que Serafim Leite se mudou para a Amazônia, aos quinze anos de idade, para acompanhar o pai, que em plena “febre da borracha”, teria mudado de Portugal para o Brasil em busca do enriquecimento. Contudo, em *A minha vocação*, Serafim Leite esclarece que:

Eu era menino, três anos dizem-me, quando o meu pai, de quem guardo vaga ideia, talvez mais de outiva que de vista, embarcou para o Pará em busca de fortuna, com que lhe acenavam uns parentes ricos. Pouco depois falecia de febre amarela. Quando treze anos mais tarde passei no Pará, a minha primeira visita foi ao cemitério da Soledade, onde o autor dos meus dias repousa na vala comum, como que a unir o meu próprio ser, pela origem, à gleba americana. (LEITE, 1940, p. 384-385).

O mais correto seria afirmar, então, que Serafim Leite viveu no Brasil em companhia de seu tio comerciante e não de seu pai, já que este havia morrido tão logo chegara ao Brasil, quando o filho tinha três anos de idade. No entanto, o fato de o pai estar sepultado no Pará foi, por mais de uma vez, ressaltado por Serafim Leite, em seus escritos, para afirmar que tinha uma ligação profunda com o país.

Serafim Leite viveu no Brasil entre os anos de 1906 e 1913. Nesse período, trabalhou como caucheiro e, nos dois últimos anos de sua estada, como guarda-livros de um comerciante na cidade de Monte Alegre, no Pará, às margens do rio Amazonas, na antiga aldeia de Gurupatuba. A aldeia havia sido fundada e mantida pelos jesuítas até 1695, quando passou às mãos dos franciscanos da Piedade. O trabalho como guarda-livros lhe dava tempo e material para cultivar sua paixão; enquanto outros jovens de sua idade se dedicavam a outros tantos afazeres, o futuro jesuíta lia:

[...] Compelido aos dezesseis anos a ganhar o pão com o suor do meu rosto, numa autonomia absoluta, naquela natureza selvagem, poderia ter sucumbido como muitos outros ao ambiente cálido e sensual que me solicitava vorazmente. Atribuo à relativa cultura, que já levava, a resistência à absorção [...]. A minha insatisfação alimentava-se de livros. E os livros salvaram-me [...]. (LEITE, 1940, p. 386).

Serafim Leite lia de tudo um pouco. Qualquer livro que caísse em suas mãos acabava sendo lido. Em *A minha vocação*, o autor cita algumas de suas leituras, tais como Victor Hugo, Lamartine e Chateaubriand; afirma, ainda, sua preferência pelos autores de língua portuguesa, de Camões a Camilo, de Herculano a José de Alencar. Uma vez por mês, quando o vapor mensal que vinha de Manaus, passava por Monte Alegre, Serafim Leite lia o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, o mesmo que vinte e cinco anos mais tarde, publicaria notícias sobre a sua grande obra, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Além disso, Serafim Leite teve tempo, em função do trabalho que realizava, de ler do princípio ao fim a *História Universal*, de Cesare Cantù.<sup>3</sup> Sua única ressalva era a literatura espírita, considerada por ele inútil. (LEITE, 1940, p. 387).

Nesse momento em que, segundo ele próprio, os livros o salvaram da sedução do *ambiente cálido e sensual* com o qual se deparava, Serafim Leite estreou como escritor. Aos poucos, além de ler tudo o que encontrava pela frente, começou a escrever e publicar seus escritos; versos, contos e crônicas, que nada valiam a não ser para que os amigos o lisonjeassem. (LEITE, 1940, p. 387). Um conto intitulado *Joel e Fátima*, assinado sob o pseudônimo de João Madeira (em alusão à sua terra natal) foi sua primeira publicação, em 1912, na *Gazeta de Monte Alegre*. (VIOTTI, 1970, p. 10-11). Entre 1912 e 1913, Serafim Leite foi colaborador do jornal local, tendo publicado outros textos utilizando o mesmo pseudônimo. (BATLLORI, 1962, p. 21).

O ofício de escritor, que começava a se desenvolver nos dois últimos anos em que esteve no Brasil, antes de retomar os estudos para se ordenar sacerdote, seria muito mais desenvolvido nos anos seguintes. Sobretudo, após seu ingresso

---

<sup>3</sup> Cesare Cantù (1804-1895) foi um historiador italiano famoso por sua monumental obra *História Universal*, que começou a ser publicada em 1837. Traduzida para vários idiomas, a primeira edição da obra foi publicada em 35 volumes. (SCHLAGER, 1908).



na Companhia de Jesus. No entanto, é possível supor que os anos de juventude passados em terras brasileiras e dedicados com grande afinco à leitura, legaram a Serafim Leite uma formação bastante ampla e diversa, uma vez que não havia restrições em seus estudos e leituras.

Os sete anos vividos no Brasil foram avaliados pelo autor como sendo fundamentais para a escrita de sua principal obra, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Sem o conhecimento prévio da Amazônia e do Brasil, Serafim Leite afirmava que certamente não teria se interessado tanto pela pesquisa sobre o passado da atuação jesuítica no Brasil. Em carta a Manoel Rodrigues Ferreira, publicada no jornal *A Gazeta*, de São Paulo, em 13/09/1961, Serafim Leite afirma que:

Persuado-me de que, sem a Amazônia, não me teriam prendido tanto nem o Brasil, nem a sua história, nem mesmo estaria hoje a agradecer-lhe este livro, que teve o condão de me transportar meio século atrás a regiões e sucessos, que jamais esqueço, e revivo agora nas suas páginas com novo amor e saudade. (LEITE *apud* VIOTTI, 1970, p. 8).

Em outro momento, em uma entrevista à revista carioca *Vamos Ler*, Serafim Leite confidenciou que o tempo em que viveu entre os índios brasileiros o ajudou bastante na tarefa de escrever a história da Companhia de Jesus nas terras brasileiras. Este conhecimento empírico lhe permitiu escrever um trabalho diferenciado: não se tratava de um trabalho de gabinete, mas sim coisa mais real e precisa, já que, por meio de seu próprio conhecimento dos índios e de sua realidade, ele poderia compreender melhor as preocupações dos padres com a sua educação.

Para escrever a história dos jesuítas, houve uma coisa que me ajudou: o fato de ter convivido com selvagens brasileiros. Realmente, convivi muitos anos com os índios do alto Rio Negro, silvícolas do Padaueri e do Vaupés. Aprendi a língua geral deles, que é a mesma que os índios falavam no tempo de Anchieta e Nóbrega. Esse contato com os índios permitiu-me, ao escrever a história da Companhia de Jesus, fazer coisa diferente que um trabalho de gabinete, coisa mais precisa e mais real também. Por exemplo, conhecendo os costumes, o ambiente, o meio de vida

dos selvagens, compreendia as preocupações dos padres na educação dos índios e compreendia também como estes se deixavam enganar pelos colonos. Na verdade, pode-se reconstituir perfeitamente o ambiente que os missionários encontraram ao chegar àquelas regiões. (LEITE *apud* VIOTTI, 1970, p. 8-10)

Depois de passar sete anos vivendo na Amazônia, em 1913 Serafim Leite retornou para a Europa. Seu biógrafo, Hélio Abranches Viotti (1970), entende que a motivação para este retorno seria retomar o ideal de consagração de sua vida à religião. É bem provável que isto seja verdade, já que o próprio Serafim Leite escreveu que ao iniciar sua produção, publicando já alguns textos no jornal local em Monte Alegre, sentiu a necessidade de dar um rumo à sua vida, o que não significa, porém, que estivesse totalmente convencido de que rumo seria esse. Questionava-se naquele momento: “[...] Casar-me? Aquele primeiro sorriso de mulher, em Portugal, refloriu no Brasil noutra igualmente claro e honesto. Era preciso decidir-me. E um dia, inesperadamente, compro no Pará, um bilhete para Hamburgo [...]” (LEITE, 1940, p. 387).

Hamburgo não seria o destino final de Serafim Leite. Na verdade, ele tinha a intenção de se encontrar com seu tio padre, Serafim Leite da Silva. Nesse momento, o tio morava na Holanda, aprofundando estudos de Filosofia. Havia proferido votos e ingressado na Companhia de Jesus em 1908. Antes, porém, de encontrá-lo, Serafim Leite passou por Paris, conforme ele mesmo escreveu: “[...] Para a Holanda, meu destino, Paris ficava no caminho. Era uma tentação. E foi uma despedida. Oito dias [...]” (LEITE, 1940, p. 387).

Despedida de sua vida secular. Assim Serafim Leite viu sua estadia em Paris por oito dias, em 1913. Quando encontrou o tio na Holanda, expressou suas angústias e o desejo de se aperfeiçoar nos estudos. Sobre este episódio, escreveu mais tarde, que “[...] procurando bem no fundo de minha alma, parece-me vislumbrar que o fio de Ariadne que me conduzia, era a minha ânsia de estudos [...]” (LEITE, 1940, p. 388). Diante disso, o tio aconselhou o sobrinho a se dirigir até Alseberg, cidade próxima de Bruxelas, na Bélgica. Nessa cidade estava situada a casa de formação dos jesuítas portugueses, desterrada de Portugal, desde 1910. Naquele momento, a Companhia de Jesus havia se tornado alvo de grandes críticas na sociedade portuguesa (ou pelo menos, de

grande parte dela). Com a implantação da Primeira República, os inacianos haviam sido novamente expulsos dos domínios portugueses e, por este fato, a casa de formação dos jesuítas portugueses se instalou na Bélgica, fugindo da perseguição em terras lusitanas. Em Alseberg, Serafim Leite iniciou o processo de formação como jesuíta. Longo processo, que levaria dezoito anos para se concretizar, em 1932, com sua profissão solene e ingresso definitivo na Companhia de Jesus.

Seguindo o conselho do tio jesuíta, ao chegar em Alseberg, Serafim Leite realizou os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola, e decidiu ingressar na Companhia de Jesus.<sup>4</sup> Tal tomada de decisão não parece ter sido tão imediata; os *Exercícios* que deveriam durar três dias, levaram doze para se concluir, em função de suas dúvidas e questionamentos. Via o método como uma imoralidade, como se fosse um instrumento, uma máquina para formar mais religiosos:

[...] olhando as coisas a frio, com absoluta sinceridade, creio que não foram os Exercícios Espirituais que me moveram à vocação religiosa, a não ser indiretamente, isto é, como ocasião de morar numa casa da Companhia alguns dias e assim conhecê-la melhor. Creio que antes devo olhar minha vocação por duas faces diferentes: uma, exterior e visível, o amor dos estudos; outra, invisível e mais profunda, alguma coisa semelhante àquilo que Pascal põe na boca de Deus; meu filho, tu não me buscarias, se eu não te tivesse já encontrado... (LEITE, 1940, p. 388).

A decisão definitiva, de ingressar como noviço na Companhia de Jesus, foi tomada após conhecer um pouco mais sobre os jesuítas e sua obra. Serafim Leite afirmou que no momento em que foi procurar seu tio na Holanda, não sabia praticamente nada sobre os padres inacianos. O pouco que conhecia era proveniente da leitura dos livros *O Marquês de Pombal e a sua época*, de João

---

<sup>4</sup> Os *Exercícios Espirituais* se constituem na base da espiritualidade jesuítica, pautada pela experiência do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola (1491-1556). É um manual prático que estabelece normas e procedimentos de oração, que visam favorecer no exercitante um exame de consciência. Envolvem, num só processo, corpo e mente, caracterizando-se por ser um treinamento planejado e orientado, no qual quem pratica é observado de perto por quem ministra. Ultrapassa o âmbito da oração e se constitui também em um processo pedagógico, sendo uma das bases da pedagogia jesuítica. Sua prática é um requisito para o ingresso na Companhia de Jesus, mas também podem ser aplicados a não-jesuítas. Veja-se mais sobre o tema em Arnaut de Toledo e Skalinski Júnior (2006).

Lúcio de Azevedo e *O Marquês de Pombal*, romance histórico de António de Campos Júnior. Em função disso, durante o período em que realizou os *Exercícios Espirituais*, em todo o momento que podia, dirigia-se à biblioteca para, nos livros, conhecer mais sobre os jesuítas, sua obra, sua missão, seus estudos, suas obrigações. (LEITE, 1940, p. 387-388).

Após tomar a decisão de iniciar o noviciado na Ordem, Serafim Leite viajou de volta para Portugal, a fim de avisar a família e preparar outros detalhes. Alguns meses mais tarde, foi admitido como noviço na Companhia de Jesus, no dia 30 de julho de 1914, na mesma casa em que havia realizado os *Exercícios*, em Alseberg. “[...] Estava-se, literalmente, na antevéspera da Conflagração Européia. Nos primeiros dias do mês de agosto desse ano de 1914, iniciavam os exércitos alemães a invasão da Bélgica. Dias de provações e sobressalto...” (VIOTTI, 1970, p. 12).

O início do noviciado de Serafim Leite foi marcado, dessa maneira, pela deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Quando, logo depois, a Bélgica se tornou um verdadeiro campo de batalhas, os jesuítas de Alseberg decidiram se mudar para uma nação não-beligerante. No momento, poderia ser a Holanda ou a Espanha. Preferiram esta última, pela facilidade na comunicação. Em meio a esse processo de mudança, Serafim Leite se acidentou e teve que fazer uma cirurgia na tibia direita, o que lhe atrasou os estudos e o noviciado; entre meados de novembro de 1914 e 24 de janeiro de 1915, ficou internado no Instituto Santa Isabel, em Bruxelas. Nesse mesmo ano: [...] trasladava o noviciado da Província de Portugal para Múrcia, na Espanha. Aí passou Serafim alguns anos, completando seu tirocínio religioso e refazendo seus estudos de Gramática Latina e Humanidades. (VIOTTI, 1970, p. 12).

Serafim Leite passaria quatro anos em Múrcia, na Espanha. Nesse período, concluiu o noviciado e iniciou o *estudantado*. (LEITE, 1940, p. 391). Nos estudos de letras, sobressaíram suas preferências pelas humanidades. Apesar da familiaridade demonstrada com os textos clássicos greco-romanos e inclusive com o hebraico, seu grande interesse continuava a ser a língua portuguesa. Ele, então, continuava a ler:

[...] Havia porém estudado e amado demasiado o português para me contentar definitivamente com línguas mortas. O português era para mim vital. Já no Noviciado, a imobilidade forçada, a que me obrigava a doença, favorecia a leitura. Enquanto os outros passeavam, eu lia [...]. (LEITE, 1940, p. 391).

Serafim Leite relatou que foi por esse tempo que consolidou sua vocação religiosa. Possivelmente, até então, o noviço tivesse dúvidas a respeito de seu futuro como religioso. Permanecia, no entanto, convicto no objetivo de se aperfeiçoar cada vez mais nos estudos. (LEITE, 1940, p. 392).

A partir de 1919, após a conclusão de sua formação humanística, Serafim Leite se transferiu para Granada, na Andaluzia, onde realizou o curso de Filosofia, em três anos. Depois disso, entre 1922 e 1923, atuou como professor da disciplina no Colégio de La Guardia, aberto pelos jesuítas portugueses às margens do Minho, mas em território espanhol. Ao mesmo tempo, começou a cursar Teologia, parte em Granada, parte em Comillas, em Santander. Em setembro de 1923, já aos 33 anos de idade, Serafim Leite seguiu para o célebre Instituto Teológico de Enghien, na Bélgica, com o objetivo de terminar o curso de Teologia para que, enfim, pudesse ser ordenado. No Instituto lecionavam alguns dos mais ilustres professores da Companhia de Jesus. (LEITE, 1940, p. 392).

Finalmente, em 25, 26 e 27 de julho de 1926, quando tinha 36 anos de idade, Serafim Leite foi ordenado. Em seguida, dirigiu-se à Bélgica para se doutorar em Filosofia e Teologia, em Enghien, no ano de 1927. Assim, o padre concluía sua carreira de estudos. Ainda não havia realizado, no entanto, a profissão religiosa na Companhia de Jesus – o que aconteceria somente em 1932. Porém, começava já a trabalhar na obra dos jesuítas:

[...] E sucedeu que, ainda mesmo durante os estudos, já nas férias de 1926 em que vim a Portugal, me destinaram à redação do “Mensageiro” [...]. Concluídos os estudos voltei para a mesma revista durante um ano e alguns meses [...] em julho de 1929 recebi instruções para me dirigir a Lisboa, para onde havia sido transferida um ano antes a Redação da Revista *Brotéria*. Estava fixado o meu “ofício” na Companhia. Seria “escritor” [...]. (LEITE, 1940, p. 395-396).

Não foi por acaso que Serafim Leite se tornou escritor da Companhia de Jesus. Como vimos, como ele próprio se definiu, era um grande apaixonado pelos livros. Além disso, ao longo de toda sua vida, até terminar os estudos, sempre foi um aluno dedicado e manteve boas relações com seus professores e colegas, conforme ele mesmo relata em *A minha vocação*. (LEITE, 1940). Mas, para além destas qualidades, o padre, antes de seu ingresso na Ordem, já demonstrara uma predisposição para a escrita, o que, certamente, não passou de maneira despercebida por seus superiores na Companhia. Desde os tempos em que viveu no Brasil, quando fez sua estréia como escritor, publicando um conto no jornal local de Monte Alegre, Serafim Leite não parou de escrever; mesmo durante os anos de estudo na Europa. E depois de sua ordenação sacerdotal, a escrita acabou por assumir uma importância muito maior em suas atividades, a ponto de ele vir a ser, em pouco tempo, considerado o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Mas todo esse processo foi bastante acelerado a partir de sua profissão religiosa na Companhia de Jesus, em 1932.

Esse ano seria decisivo para o restante da vida de Serafim Leite, pois foi a partir de então, que ele começou a trabalhar na pesquisa para escrever a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Foi a partir daí que o padre jesuíta passaria a ser reconhecido como importante intelectual, tanto em Portugal quanto no Brasil, especialmente em função deste estudo.

O ano de 1932 é um grande marco em sua vida: ano de sua profissão religiosa na Companhia e de sua escolha pelo Padre Cândido Mendes, então provincial, para escrever uma parte da História da Companhia de Jesus da antiga Assistência de Portugal. (VIOTTI, 1970, p. 13).

A pesquisa que deu origem à obra de Serafim Leite não foi uma opção individual do autor. Foi uma encomenda. Escrever a história da Companhia de Jesus no Brasil fazia parte de um projeto dos jesuítas portugueses da primeira metade do século XX, que era produzir a História da Companhia de Jesus na Antiga Assistência de Portugal. Foi o seu superior em Portugal, padre Cândido

Mendes,<sup>5</sup> quem encomendou o trabalho, dando-lhe, para tanto, a possibilidade de escolher qual parte da pesquisa queria realizar:

Deixava-lhe a opção entre a história dos jesuítas no Brasil e dos jesuítas no Oriente. Entre os dois objetivos não hesitou Serafim Leite: preferiu desde logo o Brasil. E não só por motivos sentimentais, acredito. No Oriente a matéria seria três vezes mais vasta, como se prova do esforço que vem sendo feito por uma equipe de exímios pesquisadores, em torno da publicação de suas fontes. (VIOTTI, 1970, p. 14).

A Companhia de Jesus era repartida em províncias, sendo que cada grupo de províncias, de acordo com critérios de seleção, geográficos ou linguísticos, constituía uma Assistência. Na antiga Companhia (antes da supressão da Ordem, em 1773) existiam seis assistências, a saber: Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal era composta pelas Províncias de Portugal, da Índia – que, posteriormente, se dividiu em Províncias de Goa e Malabar – do Japão, pela Vice-Província da China, pela Província do Brasil e Vice-Província do Maranhão. Além disso, existiam na Assistência as Missões de Angola, Moçambique e Etiópia. (LEITE, 2006, Tomo I, p. 12).<sup>6</sup> Nesse sentido, escrever a história da atuação jesuítica na Antiga Assistência de Portugal era uma tarefa, de fato, não para uma, mas sim para várias vidas. Dessa forma, o trabalho de Serafim Leite deve ser analisado nesse contexto e nesse projeto maior da Ordem em Portugal.<sup>7</sup>

A partir de 1932, Serafim Leite dedicou tempo integral à pesquisa que o consagraria como o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Durante os anos que se seguiram à sua profissão religiosa na Ordem, o padre viajou por

---

<sup>5</sup> Padre Cândido de Azevedo Mendes, S. J. (1874-1943), nascido em Portugal, foi um dos fundadores da revista *Brotéria*, em 1902. Foi provincial dos jesuítas em Portugal por duas vezes, entre 1919 e 1924 e entre 1927 a 1933. Em 1934 dirigiu-se a Bahia, onde foi nomeado superior da Missão do Brasil Setentrional; quando a missão se tornou uma vice-província, o padre foi seu primeiro vice-provincial. No campo da ciência, dedicou-se especialmente à Zoologia, tendo publicado mais de trinta artigos na *Brotéria*, *Série Zoológica*. (O'NEILL; DOMINGUEZ, 2001, verbete MENDES, Cândido de Azevedo).

<sup>6</sup> Para fins de padronização e para facilitar a localização ao leitor, nas citações da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, acrescentaremos a partir deste ponto, a indicação, após o ano da edição que estamos utilizando, do tomo a que se refere a citação.

<sup>7</sup> Um exemplo que ilustra este projeto de escrita da história da atuação jesuítica na Antiga Assistência de Portugal são os sete volumes da obra *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, escritos pelo jesuíta Francisco Rodrigues (1931-1950), e publicados entre 1931 e 1950.

vários países na Europa, para vasculhar arquivos em busca da documentação necessária para a escrita de sua obra.<sup>8</sup> Nesse sentido, suas atividades passariam a se concentrar cada vez mais na tarefa para a qual havia sido designado. Dessa maneira, sua vida ficaria marcada por este trabalho; foi a pesquisa sobre os jesuítas no Brasil que possibilitou a Serafim Leite se tornar um intelectual reconhecido tanto em Portugal quanto no Brasil. Até o final de sua vida, em 1969, Serafim Leite se ocuparia *dos livros*. Suas palavras exemplificam isto: “[...] O gosto dos livros trouxe-me à Companhia de Jesus; a Companhia devolveu-me aos livros. E pelos livros, num ato de agradecimento, procuro servir a Verdade e glorificar a Deus.” (LEITE, 1940, p. 396).

Neste ponto, alguns questionamentos podem ser suscitados: o que teria motivados os jesuítas portugueses na primeira metade do século XX a elaborarem um projeto de pesquisa que produzisse estudos históricos sobre o passado da Ordem na Antiga Assistência de Portugal? Por que designar alguns dos mais eruditos de seus membros para realizarem tal tarefa? Dito de outra forma: que interesses poderia ter a Companhia de Jesus para financiar estes trabalhos? Para responder tais questões é necessário discutir aspectos relativos à situação da própria Companhia de Jesus em Portugal no momento em que tais trabalhos foram encomendados. Nesse sentido, antes de analisar a estrutura do pensamento de Serafim Leite, isto é, os resultados de seu trabalho de pesquisa, é imperioso discutir o contexto que possibilitou a ele produzir tais investigações. A considerar novamente o pressuposto enunciado no primeiro parágrafo deste capítulo, de que uma obra intelectual não é um resultado bem-sucedido de uma inspiração individual, deve-se entender que tanto o autor quanto o texto, somente podem ser discutidos quando analisados inseridos no contexto. Neste caso específico, o contexto português da primeira metade do século XX, especialmente no que diz respeito à questão religiosa e à Companhia de Jesus.

---

<sup>8</sup> Esse processo de pesquisa em arquivos é relatado pelo autor nos prefácios que apresentam cada um dos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Estes prefácios se constituem em importantes instrumentos informativos sobre os arquivos consultados por Serafim Leite, em especial, a respeito da documentação jesuítica relativa ao período por ele pesquisado.



## 2.2. Portugal na época da formação de Serafim Leite: o ideal republicano e a Primeira República (1910-1926)

Quando retornou à Europa, em 1913, para estudar e ingressar na carreira eclesiástica, Serafim Leite encontrou uma situação política diferente daquela que havia deixado quando partira para o Brasil, em 1906. A principal mudança havia sido a implantação da Primeira República em Portugal, no ano de 1910. Para a análise da situação portuguesa naquele momento, é necessário estabelecer um recorte temporal um pouco mais amplo. Estabelecemos como limites para esta discussão que nos interessa, sobre a história de Portugal, o final do século XIX e a primeira metade do século XX, uma vez que foi nesse período que o ideal republicano ganhou força. Isto significa que não se pode restringir esta discussão apenas ao período da Primeira República em Portugal, pois o ideal republicano, que apresentava como um de seus pilares a crítica ao Catolicismo em geral, e aos jesuítas em particular, já datava do século XIX e teve um papel importante na expulsão de todas as congregações religiosas de Portugal. Da mesma forma, nem todos os problemas das relações entre Igreja e Estado se resolveram com o fim da Primeira República em 1926 e o início do governo ditatorial.

Um dos principais problemas para aqueles que se dedicam ao estudo do período chamado pela historiografia portuguesa de Primeira República diz respeito à grande diversidade que ele apresenta. Em pouco mais de quinze anos (05/10/1910 a 28/05/1926), encontramos fases distintas, de democracia parlamentar e até de autocracia:

Poder-se-ia argumentar que a Primeira República esteve longe de ser homogênea, subdividindo-se, por sua vez, em dois períodos de democracia parlamentar (1910-1917; 1919-1926), separados por um terceiro, de autocracia, que de democrático só tinha o nome (1917-1919). (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 361).

Além disso, o período foi marcado por uma grande instabilidade nas estruturas políticas e ideológicas, visto que naquele momento, multiplicaram-se os partidos políticos e os grupos de pressão, o que acabou por acentuar as

divergências de ideias. Mesmo no interior dos diversos grupos não existia uma homogeneidade. Isso fazia com que partidos de massas e partidos de quadros disputassem o poder e a influência política. O número de governos, nunca fora tão grande, em tão pouco tempo, na história portuguesa, bem como o acesso ao poder tão rápido quanto sua queda. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 361).

Ao mesmo tempo em que se encontravam a instabilidade política e ideológica na sociedade portuguesa, também se encontravam estruturas econômicas e sociais arcaicas. As questões da propriedade de terras e da economia servem para ilustrar. Coexistiam latifundiários e pequenos proprietários; estes se recusavam a qualquer proposta de emparcelamento, ao passo que aqueles negavam qualquer proposta de reforma que lhes tomasse a terra. Esta organização das propriedades rurais se mostrava imprópria para o desenvolvimento da agricultura. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 362).

No plano econômico, os produtos tradicionais, tais como os cereais, o vinho, o azeite e a cortiça, continuavam a ser os mais importantes para a economia do país. No entanto, utilizavam-se em sua produção, técnicas ultrapassadas, combinadas a formas de comercialização já muito exploradas. Isso não favorecia uma diversificação dos mercados externos, o que se percebia pelo peso que tinha a Grã-Bretanha na vida portuguesa: todo o comércio com o estrangeiro girava em torno das relações com aquela nação e com as facilidades que ela lhes proporcionava:

[...] O peso esmagador da Grã-Bretanha na vida portuguesa não se limitava, evidentemente, ao comércio externo nem à economia em geral. Por via deles condicionava toda a política externa – e, às vezes, até a interna – subordinando-a aos seus desejos, interesses e objetivos. Era impensável trilhar um caminho independente, afastado da aliança e da proteção britânicas, que assim se revelavam um pesado fator de estabilidade na diplomacia de Portugal. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 362-363).

Até finais dos oitocentos, Portugal tinha uma população predominantemente agrária; de cerca de 5,5 milhões de habitantes, em 1890, aproximadamente 61% ocupavam-se em atividades no setor primário; duas décadas mais tarde, a porcentagem cairia apenas para 57%. Da mesma forma,

no setor secundário, em 1890, a porcentagem da população chegava a 18,4% e no setor terciário, 20,6%. Em 1911, o aumento nos dois setores se mostraria incipiente: 21% e 22%, respectivamente. (MALHEIRO DA SILVA, 2003, p. 50).

O comércio interno se assentava num modelo de formas pouco desenvolvidas e que privilegiavam a pequena loja, os mercados e as feiras, o que freava grandes concentrações de capital e grandes complexos comerciais. Dessa maneira, o pequeno proprietário, o pequeno industrial e o pequeno comerciante, dominavam a economia da época. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 363).

Alguns fatores travavam o desenvolvimento capitalista na sociedade portuguesa do começo do século XX: mais de 40% de terras incultas; escassa e limitada mecanização da agricultura; a falta de recursos naturais; excessiva fragmentação da propriedade fundiária e da produção; deficiência de alguns produtos como o vinho, por exemplo; ausência de mão-de-obra preparada para o trabalho em fábricas; restrições do mercado interno, especialmente pelo fraco poder de compra da população; dificuldades de integração das diferentes regiões do país; falhas gritantes no sistema de instrução pública, por exemplo, no ensino técnico-profissional. (MALHEIRO DA SILVA, 2003, p. 50).

A industrialização no período era praticamente inexistente. Exceção feita às conservas de peixe, a estrada a percorrer para industrializar o país e, com isso, conseguir certa independência econômica, era demasiado longa. Além disso, tanto a agricultura como a indústria sofriam com outro problema: a inadequação da rede de transportes internos, imperfeita, incompleta e facilmente deteriorável. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 363).

Apesar da confluência de fatores negativos, alguns progressos se verificaram no setor secundário no ramo da produção de bens de consumo (têxteis, calçados, alimentação e moagem), na construção civil, mobiliário, tabaco e refinação de açúcar (as duas últimas em função do mercado colonial):

[...] Nasceram, assim, novas indústrias como foi o caso dos cimentos em 1894, das tintas e vernizes em 1888-1895 e a extração de óleos e superfosfatos em 1900, embora tivessem sido as cortiças e as conservas as melhores sucedidas nos mercados externos. Apesar de existir uma certa diversificação de destinos de exportação (Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, países do Norte e Brasil) o ritmo de crescimento das exportações foi lento,

muito moderado e inferior ao do produto nacional bruto. (MALHEIRO DA SILVA, 2003, p. 51).

Mas o que essa estrutura econômica representava em termos políticos? Em geral, uma força conservadora, flutuante em simpatias políticas e sempre disposta a apoiar quem quer que lhe oferecesse uma possibilidade de lucro, por menor que fosse, e que lhe garantisse segurança e tranquilidade. Inclusive o proletariado, rural e urbano, em crescimento constante, porém pequeno, partilhava do conservadorismo. “[...] Com poucas exceções, o movimento operário português mostrou-se sempre tímido e pouco vanguardista, contentando-se com pequenos avanços no nível de vida e nas condições de trabalho.” (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 363).

Se a Primeira República em Portugal foi implantada em 05 de outubro de 1910, o mesmo não se pode dizer do ideal republicano. Este datava já do século XIX, e, embora se possa falar de alguns esboços deste pensamento já na década dos anos de 1820, foi somente em fins do século que o republicanismo ganhou força na sociedade portuguesa, com uma doutrina expressa com clareza e com repercussão popular: em 1891 seu ideário foi consubstanciado no *Manifesto e Programa* do Partido Republicano Português, pouco antes da revolta republicana de 31 de janeiro. Seu autor foi o historiador e filósofo positivista Teófilo Braga (1843-1924), que exerceu, entre maio e agosto de 1915, o cargo de presidente da República.

O *Manifesto e Programa*, posteriormente chamado ora *Manifesto* ora *Programa*, abria com uma introdução de caráter histórico e ideológico. Descrevia os acontecimentos do ano decorrido desde o *Ultimatum* (1890), sintetizando nele a falência do regime monárquico-constitucional da Carta, a exautoração dos partidos rotativos e a crise, “na expectativa de uma tremenda catástrofe nacional”, e a que um e os outros haviam arrastado a Nação [...]. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 364).

O *Ultimatum* de 1890 ao qual o autor se refere no texto diz respeito à Inglaterra. Os ingleses entregaram um memorando ao governo português exigindo a retirada das forças militares portuguesas do território africano que ia de Angola a Moçambique. O domínio português na região era um obstáculo às

intenções britânicas de construção de uma ferrovia que ligasse o norte ao sul da África, do Cairo à Cidade do Cabo. O projeto nunca se concretizou, mas a concessão portuguesa diante do documento inglês foi vista como uma grande vergonha nacional e utilizada como bandeira de luta republicana contra o governo monárquico.

O texto do *Manifesto* apresentava a defesa da organização dos poderes do Estado nos três poderes tradicionais – executivo, legislativo e judiciário. Discutia as liberdades essenciais, as liberdades políticas e as liberdades civis. Entre as primeiras, incluíam-se a liberdade de imprensa, de discussão, a igualdade entre todos os cultos. Nas liberdades políticas entravam o sufrágio universal, autonomia municipal e a descentralização da administração das colônias, entre outras. E nas liberdades civis contavam a obrigatoriedade do cultivo da terra sob pena de expropriação, a reforma do crédito, a regulamentação dos trabalhos de menores, entre outras. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 365-366).

Apesar de ter um programa definido com clareza a partir do texto de 1891, isso não significa que todo republicano soubesse definir com a mesma clareza as propostas do partido para a República.

Importa, todavia, acentuar que muito republicano jamais lera o programa ou os manifestos do seu partido. Sobre a futura República, não tinha idéias definidas. Ser republicano, por 1890, 1900 e 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas [...]. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 366)

No entanto, o ideal republicano passou a encontrar eco no seio da sociedade portuguesa. Como se explica isto? Sobretudo pela crise econômica do final do século XIX, que contribuiu para transformar o ideal do Partido Republicano Português num mito, de forma que todas as mazelas passaram a ser identificadas com o regime monárquico. Assim, o endividamento externo, a emigração crescente, a estagnação da economia interna, o predomínio da burguesia mercantil e financeira, bancária, a opção livre-cambista numa sociedade em que a produção industrial era frustrada, a dependência externa em diversos setores, o problemático sistema liberal parlamentar, além do *Ultimatum*

inglês de 1890, passaram a ser vistos como consequências da Monarquia. Nesse contexto:

[...] momento de verdadeira humilhação nacional que havia de despertar para a ação um incipiente Partido Republicano, surgindo naquele período de angústia e cólera como uma espécie de Sebastianismo vermelho que transformava a idéia da República num mito de tipo messiânico [...].<sup>9</sup> (MEDINA, 2001, p. 378).

O novo regime político em Portugal, que se instalaria somente em 1910, constituiu-se como resultado de décadas de propaganda messiânica, que entendia a República como redentora de todos os males da sociedade portuguesa de fins do século XIX e início do século XX. Esta propaganda contou com vários mecanismos de persuasão. Um exemplo que ilustra é um documento do final do século XIX: trata-se de uma cartilha publicada em 1896, promovida por estudantes republicanos de Coimbra. Intitulada *Cartilha do Povo*, de autoria de José Falcão (1896), o texto é um diálogo entre um homem defensor da República, de nome João Portugal e um homem do povo, de sugestivo nome José Povinho. No diálogo, dividido em três encontros, João Portugal ensina o amigo do campo, José Povinho acerca dos “benefícios” da República e dos “malefícios” da Monarquia. A ideia da República como um mito é bastante clara, como se pode perceber no trecho a seguir:

*João Portugal*

[...] votem todos na República porque é preciso expulsar os maus do poder. Como ha de o Povo semear o campo para colher uma boa seara, se primeiro não arrotear a terra, não extirpar as hervas damninhas, o escalracho e o tojo, para poder enterrar fundo a relha do arado, e abrir bem o seio da terra – a nossa mãe?! A

---

<sup>9</sup> O Sebastianismo é uma crença surgida em Portugal após o desaparecimento do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, em 1578. O mito esteve associado, desde o final do século XVI, à fé na volta de um rei salvador que libertaria os portugueses do domínio espanhol que se instalou com o desaparecimento de D. Sebastião, no período da União Ibérica (1580-1640). Sua origem está associada, no entanto, ao mito do Encoberto, que se deu em vários momentos e lugares da Europa Ocidental; uma dos casos mais conhecidos de retomada deste mito se deu quando Frederico II, neto de Frederico Barba Ruiva, desapareceu na Terceira Cruzada, em 1190. Isto abriu espaço para a crença na espera de um continuador para continuar sua missão salvacionista. Nesse sentido, o mito sempre emerge em momentos de profunda crise social (como era o caso do contexto português às vésperas da Primeira República) e a espera pelo retorno de um rei Encoberto carrega também a mensagem nostálgica de retorno a um tempo de glória, fartura e felicidade. Veja-se mais sobre o tema em Vainfas (2001, p. 523-526).

República é o ferro que ha de limpar a terra da nossa Pátria, que ha de preparar o terreno para sermos todos eguaes, felizes, e irmãos. Vae, e dizeis todos em coro: - Viva a Santa República! (FALCÃO, 1896, p. 29-30).

São pelo menos três grandes questões que caracterizaram o primeiro terço do século XX na história de Portugal: a questão do regime político, a questão das colônias e a questão religiosa. Isso não significa que estas questões sejam específicas do período, pois já derivavam de épocas anteriores e continuaram em tempos subseqüentes.

A questão do regime foi aquela que mais diferenciou o país em termos internacionais. A mudança das instituições sacudira a França e a Espanha na década de 1870; mas uma geração depois, não representava um problema grave e tampouco agitava a opinião pública nos dois países. Em outras nações europeias, como a Alemanha, por exemplo, a questão do regime se encontrava ligada às mudanças das bases da própria sociedade. Em Portugal, por outro lado, entendia-se que a mudança de funcionamento da sociedade seria promovida somente com a mudança das instituições políticas:

[...] Não se aceitava uma subversão social “de baixo para cima”, arrastando consigo o próprio regime ou tornando-o secundário. Acreditava-se, sim, que as alterações sociais se fariam “de cima para baixo” por ação legislativa e que, para tal, havia que mudar primeiramente o regime político [...]. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p.367)

Outro aspecto que contribuía para o aumento das críticas à Monarquia e para o mito da República era a própria família real portuguesa do começo do século XX. Diferentemente de outros tempos, o rei D. Carlos (1863-1908), que governou de 1889 a 1908, não era um hábil político e nem popular: inteligente e culto, artista e homem de ciência, viajava muito, ausentando-se do país com frequência, o que era criticado pela opinião pública. A rainha, da mesma forma, era vista como um dócil instrumento do clero secular e regular, nomeadamente da Companhia de Jesus. Beata, D. Amélia (1865-1951) era vista como um mau exemplo para a educação dos filhos, como excessivamente gastadora e como

pouco simpática. Um trecho da *Cartilha do Povo* permite perceber como se avolumavam as críticas ao monarca e seu regime:

*José Povinho*

[...] Dize-me: o nosso rei é bom ou mau? Se houvesse um rei bom não haveria um povo tão miserável.

*João Portugal*

Como te enganas! O rei é um homem como os outros. Todos os reis são maus para o Povo, porque são reis. (FALCÃO, 1896, p. 31).

Em outro trecho, na mesma cartilha, João Portugal esclarece a José Povinho como a monarquia portuguesa gastava, sem controles, o dinheiro do povo. Isso gera uma insatisfação de modo que José Povinho tira a conclusão de que a monarquia é a causa da miséria do povo.

*João Portugal*

[...] Sabes porventura quanto o Povo paga para ter um rei?

*José Povinho*

Era esse um dos pontos que eu queria bem explicado.

*João Portugal*

Então escuta:

O rei ganha um conto de réis por dia.

A rainha cento e sessenta e três mil novecentos e trinta e cinco réis por dia.

O irmão do rei quarenta e três mil setecentos e quinze réis por dia.

O pae do rei duzentos e setenta e três mil duzentos e vinte e cinco réis por dia [...]

*José Povinho*

Se o povo pensasse bem n'estas coisas nunca mais votava senão na república. Cada pessoa real que nasce, ou cada pessoa real que casa, são novos tributos para a nação. Quanto maior é a festa no paço, maior é a miséria do Povo. (FALCÃO, 1896, p. 32-34).

Um dos maiores motivos de descrédito da monarquia portuguesa foi a questão colonial. Esta, na sua forma de desconfiança e receio em face das demais potências com domínios ultramarinos e de corrida contra o tempo para aproveitá-lo e valorizá-lo, estava muito ligada ao regime monárquico. Os republicanos exploraram a crise colonial já desde a primeira tentativa frustrada de implantar um novo regime político em Portugal; a revolta portuense de 1891 se



mostrava como um desfecho daquilo que havia se iniciado com o *Ultimatum* inglês de 1890, grande momento de “vergonha nacional”. Porém, mesmo após a proclamação da República, a questão das colônias continuou tendo um papel de relevo na política: foi devido a ela, por exemplo, que Portugal ingressou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

O patrimônio colonial era considerado – malgrado algumas opiniões em contrário – inalienável e indestrutível. A “luzitanização” dos territórios possuídos na África e Ásia tinha-se por evidente, pensando-se pouco em hipóteses de independência “à brasileira”. Além disso, e como já foi dito atrás, as colônias permitiam a Portugal manter ainda alguma figura no concerto internacional. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 369).

Diante da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a opinião pública portuguesa ficou dividida: uma parte viu a oportunidade de um engrandecimento da pátria, o que justificaria todos os sacrifícios; outra pensava se a neutralidade não seria o posicionamento mais condizente com os interesses estratégicos e as deficiências estruturais da nação:

[...] De um lado, o ímpeto visionário e megalômico de terçar armas como gigantes pelo bem da humanidade; do outro, o receio de um passo em falso que compromettesse irremediavelmente o futuro de Portugal. Os guerristas acabaram por impor o seu ponto de vista, atrelando-se à velha Aliada, mas não lograram envolver no projeto a “família” republicana, nem tão pouco os oficiais e soldados embarcados aos milhares, em condições precárias de treino, de moral e de meios, onde haveriam de sofrer a chacina de 9 de abril de 1918. (MALHEIRO DA SILVA, 2003, p. 67).

Entendia-se, portanto, e isso acabou por contribuir para que a República lusitana ingressasse na guerra, que era importante para Portugal, a manutenção de suas colônias d’além mar. Não se tratava de permitir uma independência “à brasileira”, o que significaria a perda desses domínios africanos e asiáticos. Era por meio das colônias, que Portugal procurava garantir sua participação entre “os grandes” no cenário internacional, uma vez que, economicamente, o país não apresentava uma condição satisfatória. Os resultados da guerra, em função,

sobretudo, da falta de condições, contribuíram para enfraquecer ainda mais o regime que havia sido implantado há oito anos.

Outra instituição bastante criticada pelo ideal republicano, além da Monarquia, era a Igreja Católica. Associada ao regime monárquico, a Igreja representava uma força conservadora, que tinha peso na sociedade portuguesa e lutou contra a República com o temor da descristianização. Assim, tornou-se alvo dos republicanos:

[...] existia uma Igreja ultramontana, composta por uma maioria de sacerdotes e de congregacionistas dos dois sexos, pouco instruídos e pouco esclarecidos. O seu peso na sociedade era muito grande, embora variasse com os grupos sociais e com as regiões do país. A Igreja receava o aumento da descristianização em curso, que atribuía ao avanço do republicanismo e da Maçonaria. Por isso lutou com todas as forças e por todos os meios contra o regime implantado em 1910, temendo que a sua influência entre as massas pudesse diminuir. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 363).

O anticlericalismo, sobretudo, aquele contra a Companhia de Jesus, tornou-se uma das bandeiras da República. A questão religiosa também era debatida em outros países, como França, Itália, Bélgica e Alemanha, mas, em Portugal, com a forte ligação que existia entre o regime monárquico e a Igreja, a questão assumia aspectos particulares.

### 2.2.1. A questão religiosa em Portugal no tempo da Primeira República

O regime republicano implantado em 1910, pode ser visto como a terceira tentativa no país do estabelecimento do Estado Burguês Liberal. Após as tentativas pombalinas, no século XVIII, e a revolução de 1820-1834, a ideia era modelar uma sociedade realmente burguesa, isto é, de instalar no país, de fato, a civilização burguesa:

A República tentou, pois, a reforma radical, o regresso ao puro liberalismo. Fê-lo a vários níveis, prendendo-se desde logo com a reforma dos símbolos e da mentalidade: a bandeira, o escudo, a toponímia, a ortografia, as instituições de ensino [...] os feriados, os formulários oficiais [...] as novas estampilhas postais, a criação de um culto cívico popular e nacional em torno do mito de Camões etc. Numa Europa conservadora e predominantemente monárquica, a isolada República lusa [...] hesitava entre o certo radicalismo extremo nos propósitos e uma prudente necessidade de se “consolidar” antes de pôr em prática as suas reformas. (MEDINA, 2001, p. 380-381).

Uma das principais reformas que a “hesitante República lusa” implantou tão logo nasceu, mesmo antes de sua consolidação, foi a total separação entre Estado e Religião. O alvo preferido dos ataques foi o Catolicismo, especialmente as Congregações Religiosas, das quais a Companhia de Jesus seria a principal representante. No entanto, a guerra declarada pelos republicanos contra a Igreja pode ter contribuído para o próprio enfraquecimento do regime, uma vez que, em uma sociedade historicamente muito marcada pela presença do catolicismo na vida das pessoas, o apoio popular necessário para a consolidação do novo regime político se tornou cada vez menor.

A perseguição às Ordens religiosas não era uma novidade na sociedade portuguesa. O alvo preferencial a ser abatido, primeiro pelos liberais, no século XIX e depois pelos republicanos, foram as Congregações; em uma sociedade que se pretendia proclamar laica, era naquela forma menos visível e, por conseguinte, mais difícil de ser controlada, que os defensores do novo regime viam o perigo de uma forte influência:

[...] Mais do que a necessidade da separação do Estado da Igreja, defendida e levada a cabo pelo republicanismo, o que este mais temia e, portanto, mais violentamente combatia, era esta incontrolável presença congreganista na base da sociedade e, particularmente, no ensino. (VILLARES, 2003, p. 23).

É importante destacar que o movimento de perseguição ao catolicismo empreendido pelos republicanos em Portugal era parte um movimento maior que se desenvolveu na Europa, e que teve suas origens no final do século XVIII. Seja

com as políticas antijesuíticas<sup>10</sup> do despotismo esclarecido, ou depois com a Revolução Francesa e com as revoluções liberais, o que marcou o período, sem dúvida, foi o anticongreganismo. Para se ter uma ideia, as políticas liberais de supressão ao longo de três quartos de século – entre 1775 e 1850 – reduziram o número de membros das Congregações religiosas de 300 mil para 75 mil. (VILLARES, 2003, p. 21).

Nesse processo de laicização da sociedade europeia, algumas Ordens religiosas foram as que mais ataques sofreram – nomeadamente aquelas que se dedicavam ao ensino e com isso, tinham maior acesso à formação das pessoas:

De facto, não só em França, como em toda a Europa liberal, os Estados vinham aplicando a separação, laicizando o ensino como sendo um dos seus grandes objectivos para um novo mundo sem influência clerical. Novamente, são aqui as congregações que se dedicavam particularmente ao ensino, as que mais sofreram o embate. (VILLARES, 2003, p. 24)

O século XIX pode, no entanto, ser visto como o contraditório século da perseguição, da supressão e, ao mesmo tempo, da reorganização das tradicionais Ordens religiosas e da fundação de outras congregações. Portugal pode ser tomado como exemplo, uma vez que assumiu uma política liberal, anticongreganista, anticatólica, inspirada no racionalismo setecentista e na ideologia laicista que se desenvolveu por toda a Europa após a Revolução Francesa (1789). (VILLARES, 2003, p. 26). Mas, aos poucos, o país assistiu ao retorno das Ordens e à fundação de novas congregações: foram, curiosamente, os jesuítas, em 1848, os primeiros a retornarem ao reino.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Antijesuítismo é o termo utilizado para designar os sentimentos, conceitos e escritos abertamente contrários à Companhia de Jesus, seus membros, sua teologia, sua eclesiologia, sua política, sua moral e sua pedagogia. O sentimento antijesuítico começou a se formar com Inácio de Loyola (1491-1556) vivo. Os primeiros a expressarem tais sentimentos antijesuíticos foram os pregadores protestantes alemães na década de 1560. O sentimento cresceu bastante no século XVIII, com as reformas pombalinas que expulsaram a Ordem do Reino Português (1759) e com a sua supressão pelo papado (1773). (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER; 2006, verbete antijesuítismo).

<sup>11</sup> O noviço da Companhia de Jesus, Carlos João Rademaker (1828-1885), vindo do noviciado de Turim, ingressou em Portugal no ano de 1848. Esta iniciativa levaria à reconstituição da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, no ano de 1880. Villares (2003, p. 27-28) apresenta uma cronologia do retorno e da fundação de novas congregações em Portugal ao longo de todo o século XIX.

Mesmo com o rápido retorno das Ordens religiosas na segunda metade do século XIX ao território português, a pressão anticongreganista de liberais e republicanos não diminuiu. As congregações regressavam e desenvolviam atividades nas áreas do ensino, assistência e saúde:

[...] Isto sabiam os anticongreganistas que numa intensa campanha na opinião pública aproveitavam oportunidades, como o centenário da morte do Marquês de Pombal em 1882 e as romagens anuais ao túmulo de Joaquim António de Aguiar, promovidas pela Associação Liberal de Coimbra, para exprimir o “sentimento e a ideologia anti-clerical”. (VILLARES, 2003, p. 28-29).

Mas a agitação e a perseguição anticlerical ganharam força, de fato, no começo do século XX, com o famoso Decreto Hintze Ribeiro<sup>12</sup>, de 11 de março de 1901, que procurou secularizar todas as Congregações. Pelo decreto ficava determinado que os governadores civis investigassem e informassem: (a) a existência nos seus distritos de Ordens regulares, com o objetivo de que fossem suprimidas; (b) a existência de estabelecimentos de ensino, propaganda, beneficência ou caridade que fossem dirigidos por quaisquer comunidades ou congregações religiosas. Em um prazo de oito dias, deveriam apresentar os seus estatutos e regulamentos, e, se não o fizessem, seriam fechados. O decreto procurava fazer valer a legislação dos anos de 1830, que proibia as Ordens religiosas em Portugal.

Um dos motivos que acelerou a perseguição anticlerical no começo do século XX foi o “Caso Calmon”. José Calmon, cônsul do Brasil no Porto, mantinha havia mais de um ano, um conflito com a filha, Rosa Calmon, solteira, de 32 anos de idade, que tinha o desejo de ingressar em um convento. O pai chegou até a interpor uma ação contra ela na justiça, a fim de impedir seu ingresso. O diretor do Hospital do Conde de Ferreira, Dr. Júlio de Matos, chegou inclusive a diagnosticá-la como portadora de “loucura religiosa”. Mesmo assim, no dia 17 de fevereiro de 1901, na saída da missa das onze horas, na Igreja da Trindade, no Porto, Rosa Calmon tentou uma fuga com a ajuda de algumas pessoas. O

---

<sup>12</sup> Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907) foi um dos políticos mais destacados do período final da Monarquia Constitucional (1834-1910) em Portugal, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho, o que seria equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro.

incidente gerou uma grande confusão, com gritaria, intervenção popular e a ideia de rapto a pairar no ar:

[...] Foi a gota de água para o eclodir de uma situação de confronto congreganista/anticongreganista que se vinha desenhando nos últimos anos do século XIX: os jornais, republicanos e monárquicos, desenvolveram uma campanha de acusações, calúnias e insultos contra o clero, e nas ruas, bandos de populares apedrejaram livremente recolhimentos, colégios de institutos religiosos, sedes de jornais católicos, e mesmo casas de particulares conhecidos como protectores daqueles. (VILLARES, 2003, p. 30).

Pode-se afirmar que a perseguição anticlerical portuguesa desencadeada pelo “Caso Calmon” e normatizada pelo Decreto Hintze Ribeiro, encontrava precedentes na história francesa. De fato, o anticlericalismo português foi bastante influenciado pelo francês, mas com uma diferença muito significativa: enquanto em Portugal a lei de 1901 permitiu a legalização das associações religiosas que se dedicassem à beneficência, à educação e ao ensino, na França o ensino público tornou-se totalmente vedado a qualquer associação religiosa.<sup>13</sup> (VILLARES, 2003, p. 33).

Com a implantação da República, o sentimento anticlerical assumiu novas proporções no âmbito político. O novo governo, em 8 de outubro de 1910 (apenas três dias após a tomada de poder), publicou um decreto, assinado por todos os ministros do Governo Provisório, que extinguiu novamente as Ordens Religiosas de Portugal:

O art. 1º repunha em vigor a legislação do Marquês de Pombal. Continuava a vigorar na República, proclamada três dias antes, a Lei de 3 de setembro de 1759, pela qual os jesuítas tinham sido desnaturalizados e proscritos do país. Não só esta, como também a Lei de 28 de agosto de 1767 continuava a vigorar. A primeira determinava a expulsão. A segunda, explicando e ampliando a

---

<sup>13</sup> O laicismo se constitui em um dos problemas mais polêmicos do ensino público francês, desde sua introdução, que se deu, paulatinamente, a partir do final do século XIX, quando se organizou, na França, a educação pública, gratuita e obrigatória. Desde então, os crucifixos foram retirados das salas de aula e os programas e professores se tornaram leigos. Em 1905, uma lei especial decretou a total separação da Igreja e Estado. Nas duas últimas décadas, o tema voltou a ser debatido, quando alunas muçulmanas se apresentaram às aulas utilizando o véu islâmico e foram proibidas de frequentar a escola. (Werebe, 2004).

anterior, determinava que os membros “da chamada Companhia de Jesus, ou jesuítas, fossem obrigados a sair imediatamente para fora do país e seus domínios” (Art. 2º). (VILLARES, 2003, p. 49).

A análise do conteúdo do Decreto de 8 de outubro de 1910 permite perceber de maneira clara o sentimento antijesuítico, que era uma marca do Partido Republicano Português. Mas como não eram apenas os jesuítas que se faziam presentes em Portugal, na época da proclamação da República, o terceiro artigo do referido decreto fazia valer também o Decreto de 28 de maio de 1834, que havia extinguido de Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e de todos os demais domínios portugueses, os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos regulares.

Outra questão que os republicanos procuraram alterar diz respeito à possibilidade que havia sido aberta para a permanência das Ordens em território português com o Decreto Hintze Ribeiro, que afirmava que, desde que apresentassem seu estatuto e se dedicassem ao ensino ou à assistência, poderiam manter suas casas. A República obrigou: (a) a expulsão dos jesuítas, qualquer que fosse sua nacionalidade; (b) expulsão dos membros de todas as outras Ordens que fossem estrangeiros ou naturalizados; no caso de serem portugueses, poderiam permanecer, desde que se secularizassem, isto é, que não mais vivessem em comunidade religiosa.

Os religiosos autorizados a viver secularizados em Portugal, não poderiam exercer o ensino ou intervir na educação, quer como professores, quer como empregados, quer como directores ou administradores de quaisquer institutos ou estabelecimentos de ensino [...]. (VILLARES, 2003, p. 55).

O Decreto de 31 de dezembro de 1910 somou-se à situação. Conhecido como Decreto anticongreganista, estabeleceu normas para o confisco dos bens das Ordens e, no caso dos jesuítas, estabeleceu que estes não poderiam entrar em território português antes de decorridos vinte anos de seu abandono da Companhia de Jesus.

No ano seguinte, outra lei fechou as bases da política anticlerical empreendida pelos republicanos: a Lei de Separação (1911), embora não fosse

uma lei anticongreganista, estabeleceu que Estado e Igrejas estariam separados a partir de sua promulgação. Para Medina (2001), o plural (igrejas) é injustificado, uma vez que o alvo era mesmo a Igreja Católica.

A hostilidade à religião, manifestada logo nos primeiros dias da revolução por uma enxurrada de diplomas que retomavam medidas pombalinas e liberais para expulsar as ordens religiosas e laicizar a vida do país, conheceria desde 20 de abril de 1911, com a já referida lei da Separação, um passo a mais a fim de criar na sociedade portuguesa um fosso imenso entre católicos e republicanos, em vez de se limitar a proceder à mutuamente vantajosa mera separação dos foros estatal e religioso. (MEDINA, 2001, p. 385).

É atribuída a Afonso Costa (1871-1937), ministro da justiça e um dos ideólogos do Partido Republicano Português, ter anunciado em uma reunião maçônica de 21 de março de 1911, que a Lei da Separação conseguiria, num curso de duas gerações, eliminar para sempre o catolicismo de Portugal. (MEDINA, 2001, p. 385-386). Sem procurar aprofundar a discussão sobre a veracidade ou não deste anúncio de Costa, os ataques à Igreja se tornaram cada vez maiores nos anos que se seguiram à proclamação da República. Somente em 1917, quando Sidônio Pais (1872-1918) tomou o poder, é que o Estado português reatou as relações diplomáticas com a Santa Sé:

[...] uma de suas primeiras medidas seria a de pôr fim às disposições que, desde 1910, os ministros da Justiça do Novo Regime tinham vindo a decretar contra todos os bispos, a ponto de, já em 1912, doze prelados estarem suspensos, destituídos ou desterrados [...]

Sidônio punha assim fim à “irritante questão” (como lhe chamaria mais tarde Salazar), dando os passos diplomáticos necessários para reatar relações com a Santa Sé, e começando por dar ele mesmo o exemplo do novo espírito da República portuguesa a entrar num templo católico para ali assistir a uma cerimônia em memória dos nossos soldados tombados na guerra [...]. (MEDINA, 2001, p. 386).

Um elemento que demonstra a preocupação por parte da Igreja Católica em se reafirmar, diante da perseguição anticlerical e anticongreganista sofrida nos



primeiros anos da República, são as aparições de Fátima, em 1917. Não foi por acaso que elas ocorreram exatamente durante o governo presidencial de Afonso Costa, visto como um dos mais severos críticos da Igreja.

[...] Se as chamadas “aparições” de Fátima ocorreram em 1917, em pleno governo (o terceiro e último) de Afonso Costa, tal fato nada tem de casual: o milagrismo ou messianismo dum país como o nosso reagia deste modo, pelo culto mariânico e pelo recurso ao milagre [...]. (MEDINA, 2001, p. 386).

Embora as relações começassem a tomar o curso da concórdia com o governo de Sidônio Pais, a partir de dezembro de 1917, a perseguição às Ordens, ou seja, o anticongreganismo, não reduziu na mesma intensidade. Apesar disso, uma série de congregações teve seu funcionamento autorizado durante o período da Primeira República, especialmente quando se tratava de sua atuação em áreas de interesse do Estado, como asilos, hospícios, sanatórios e casas de recuperação:

A verdade é que, apesar do choque inicial, pudemos constatar que a República autorizou mesmo uma série de congregações a funcionar nas suas casas, principalmente em áreas de interesse social. Estão neste caso, asilos, casas de regeneração, hospícios, sanatórios, entre outros, casas que, aliás, seriam a mais significativa presença congreganista na República, juntamente com o trabalho em hospitais [...]. (VILLARES, 2001, p.281).

A questão congreganista se resolveria, de fato, somente após a Concordata assinada entre a Santa Sé e o governo português em 7 de maio de 1940. Apesar do final da Primeira República ter reduzido bastante a perseguição às congregações, somente após o documento é que ficou estabelecida maior liberdade de organização à Igreja Católica, incluindo o direito a constituir associações ou organizações.

O final da Primeira República em Portugal (28/05/1926) guarda algumas semelhanças com o final da Monarquia Constitucional (05/10/1910). A revolução que acabou com a democracia encontrou grande apoio popular, congregando setores e opiniões heterogêneas, muito mais em torno daquilo que não queriam ser do que em torno daquilo que tinham como projeto:

[...] foi um movimento majoritário de estabilização, que triunfou, porque soube utilizar as camadas inertes, subjacentes da população, as interpretou no seu conservadorismo e as representou na defesa dos chamados valores tradicionais: a Religião, o Exército, a Nação, a Família, a Ordem, a Terra [...]. (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 372)

De maneira geral, todos os setores se mostravam descontentes com a situação do país próximo do final do governo republicano democrático, o que possibilitou uma aceitação do golpe que instalou um governo ditatorial em 1926. Assim como caíra a Monarquia Constitucional em 1910 – por falta daqueles que a defendessem – caía a República Democrática. Após alguns anos de instabilidade, o novo regime se consolidou sob a liderança de Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970).

[...] a liderança resultante do golpe de espadas de 1926 acabaria por ser confinada a um civil aliás de cepa clerical, já que o Ministro das Finanças finalmente chamado pelos militares em 1928, após alguns meses de catastrófica conduta da nau do Estado – António de Oliveira Salazar [...] – freqüentara o seminário e recebera mesmo ordens menores, mas optara afinal pela carreira acadêmica [...]. (MEDINA, 2001, p. 387).

Parece ter sido uma “justa recompensa para o Catolicismo português”, o fato que, depois de pelo menos três décadas de perseguição à Igreja Católica e suas congregações, o governo da nação fora entregue a um “quase padre”, que chegara, inclusive, a receber ordens menores: Salazar, formado no Centro Acadêmico de Democracia Cristã (CADC) de Coimbra, nos anos de maior perseguição e humilhação para a Igreja em Portugal. (MEDINA, 2001, p. 388).

Mas, nesse quadro, como ficou a Companhia de Jesus, Ordem escolhida por Serafim Leite para seu ingresso na vida religiosa? É uma questão que merece ser respondida para que se analise o papel que desempenharia a obra do padre Serafim, como um exemplo de uma literatura que, em Portugal, procurava exaltar os feitos dos jesuítas como forma de recuperar a imagem da Ordem.

### 2.2.2. A questão religiosa e a Companhia de Jesus em Portugal

Desde as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, a Companhia de Jesus se tornou a Ordem religiosa da Igreja Católica mais perseguida em Portugal. Vista como um império dentro do Império Português, os jesuítas foram expulsos dos territórios portugueses em todos os domínios, não apenas da Europa, mas também da América, da África e da Ásia. Mas antes de discutirmos a situação da Ordem no começo do século XX, é necessário verificar sua trajetória em Portugal, ligada que esteve, desde cedo, às questões políticas naquele país. Embora não seja o foco desta pesquisa, retomar o processo histórico de fundação e consolidação da Companhia de Jesus em Portugal é um instrumento útil para a análise da perseguição política que sofria no começo do século XX.

A Companhia de Jesus, fundada em 1539 por Inácio de Loyola (1491-1556) e reconhecida formalmente por meio da bula papal de Paulo III (1468-1549), *Regimini Militantis Ecclesiae*, em 1540, constituiu-se num importante instrumento de propagação da fé católica em tempos de luta contra o avanço protestante, após a Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero (1483-1546) em 1517. Devido, sobretudo, ao seu trabalho missionário, que incluía as funções de educação institucionalizada ou não, ou atuando como confessores de reis e príncipes, a Companhia teve uma participação política de destaque nos Tempos Modernos. Além disso, nas colônias do Novo Mundo, os jesuítas atuaram na catequese dos indígenas.

Portugal foi a primeira Província da Companhia de Jesus. Em 1538, o rei João III (1502-1557) teve notícias de Inácio de Loyola e seus primeiros companheiros, que no ano seguinte fundariam a Ordem. Já em 1540, atendendo a uma solicitação do rei, o papa Paulo III ordenou que alguns jesuítas se apresentassem em Portugal para uma missão evangelizadora nas Índias. O espanhol Francisco Xavier (1506-1552) e o português Simão Rodrigues (1510-1579) foram os designados por Inácio. Enquanto aguardavam por uma embarcação que os levasse às Índias, iniciaram o trabalho missionário em Portugal, especialmente as confissões. A partir disso, o rei quis mantê-los no país

e, somente Francisco Xavier se dirigiu ao Oriente, onde, mais tarde, seria reconhecido como “apóstolo”. Simão Rodrigues, por sua vez, permaneceu na Europa, e, em 1546, fundou a primeira província da Companhia de Jesus: a Província de Portugal.

La provincia de Portugal se caracterizó desde sus orígenes por su dinamismo misionero. Pocas armadas salieron del estuario del Tajo em los años sucesivos sin llevar misioneros a bordo. Hasta 1700, partieron para Asia y África más de 2000 jesuitas y para el Brasil, cerca de 500. (O'NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, verbete Portugal).

Em Portugal os jesuítas desempenharam funções importantes desde seu ingresso no reino, no século XVI. Trabalharam na corte como confessores reais, conselheiros e professores. Ao mesmo tempo, atendiam aos mais pobres, nas obras de caridade, em hospitais e prisões. Entretanto, foi, certamente, na educação que mais se sobressaíram. Eles criaram vários centros educativos no país e em seus domínios d'além mar, que, em função de seu número, organização e eficácia, tornaram-se a rede mais eficiente de ensino no reino português. Ao todo, foram trinta centros de educação em Portugal, ilhas adjacentes e África Ocidental, quatorze nas Índias e África Oriental, onze no Extremo Oriente e dezessete no Brasil, que tratavam da educação primária, secundária e superior.

A participação política dos jesuítas em Portugal foi bastante significativa. No período da União Ibérica (1580-1640), quando os portugueses ficaram submetidos ao governo espanhol, os inicianos contribuíram na luta contra o domínio da Espanha e pela independência lusitana. Ajudaram a divulgar o mito do sebastianismo e a convergir para a casa de Bragança as aspirações portuguesas. Como um dos principais núcleos de oposição aos espanhóis, destacou-se a Universidade de Évora. (O'NEIL; DOMÍNGUEZ, 2001, verbete Portugal).

[...] entre los jesuitas patriotas se distinguió Sebastião do Couto, y celebraron con gran entusiasmo la independencia (1 diciembre 1640). El nuevo Rey Juan IV les encargó varias misiones diplomáticas; el 14 enero 1641 salieron para Cataluña Ignacio de Mascarenhas y Paulo da Costa. António Vieira, destacado entre

los jesuitas en la consolidación de la independencia, fue enviado a diversas cortes europeas en difíciles y delicadas misiones. La provincia portuguesa contribuía com 5000 cruzados a los gastos de la guerra contra España. (O'NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, verbete Portugal).

Durante o século XVIII, também chamado de “século das luzes”, em várias nações européias ocorreu uma campanha contra os jesuítas. O antijesuitismo, uma das marcas do período, levou, até mesmo, à supressão da Companhia de Jesus, em 1773, por meio da bula papal de Clemente XIV (1705-1774), *Dominus ac Redemptor noster*. Acusados de retrógrados no ensino, comerciantes ambiciosos, entre outros, os jesuítas foram expulsos de todo o Reino Português por meio de um decreto do primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 3 de setembro de 1759; seus bens foram confiscados, muitos jesuítas foram presos e muitos conseguiram fugir, encontrando abrigo na Itália. Na época, a assistência de Portugal contava com mais de 1700 jesuítas, dos quais, 817 em Portugal e o restante no Brasil, África, Ásia e Extremo Oriente. (O'NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, verbete Portugal).

No período de sua supressão, os jesuítas atuaram, especialmente, na Rússia e na Polônia. Somente em 1814, por meio da encíclica *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, o papa Pio VII (1742-1823) restaurou a Companhia de Jesus. Mas a Ordem nunca mais chegou a ter a mesma importância na sociedade e no interior da Igreja como havia tido durante o início dos Tempos Modernos.

Em Portugal, após a restauração da Ordem, o rei D. Miguel (1802-1866) começou a tratar do retorno dos inicianos, em 1829. Tinha o interesse de confiar aos jesuítas a educação dos jovens e, para isso, entregou-lhes o Colégio das Artes de Coimbra, em 3 de agosto de 1832, após reconhecer sua existência legal. Mas, com o triunfo dos liberais, novamente os jesuítas foram expulsos do reino; embarcaram para Genova em 4 de julho de 1834.

Um novo retorno da Companhia de Jesus a Portugal aconteceria a partir de 1848, com o jesuíta Carlos Rademaker. Dez anos mais tarde, a Ordem foi restabelecida, e, aos poucos, o número de membros voltou a crescer. A Província da Companhia de Jesus em Portugal foi re-fundada em 1880. Nessa terceira fase da história dos jesuítas em Portugal destaca-se a fundação da *Revista Brotéria*,

em 1902, que passou a publicar pesquisas que atraíram a atenção nos meios culturais e científicos. Como vimos, logo após sua ordenação sacerdotal, Serafim Leite se tornou um dos grandes colaboradores da revista, que publicou inúmeros textos seus até o final de sua vida.

De facto, em 1858, o Padre Carlos João Rademaker, regressado de Itália desde há dez anos, iniciava o célebre Colégio de Campolide. Novos sacerdotes, também vindos de Itália, foram-se juntando a Rademaker, sendo já 44 quando, em 1863 se constituiu a Missão Portuguesa da Companhia de Jesus.

Em 1880, a Missão contava já com 9 casas e 49 padres. Na sequência deste crescimento, o Geral da Companhia de Jesus, Pedro Beckx [...] decretou a restauração da Província Portuguesa da Companhia de Jesus. (VILLARES, 2003, p. 234).

Entre os anos de 1858 e 1903, os jesuítas fundaram em Portugal doze casas, a saber, em Lisboa (duas), Torres Vedras, Louriçal do Campo, Porto, Covilhã, Braga, Castelo Branco, Guimarães, Setúbal, Viana do Castelo e Póvoa do Varzim. Em toda a Província, eram um total de 387 membros em 1910, sendo 161 sacerdotes, 103 escolásticos e 123 coadjutores. (VILLARES, 2003, p. 234-235).

Em 1910, com a implantação do regime republicano em Portugal, nova expulsão dos jesuítas ocorreu. Como vimos, a associação da Igreja Católica com a Monarquia tornou os religiosos um alvo preferencial das críticas republicanas. Os jesuítas procuraram manter uma relação próxima com Portugal, preparando-se para um eventual regresso (que começaria a acontecer discretamente a partir de 1923). Algumas casas foram abertas próximas das fronteiras, em Tuy, Ciudad Rodrigo e Salamanca. Alguns Colégios foram se transferindo de país para país, até seu retorno. O Colégio do Barro, que abrigava o noviciado em Portugal, foi transferido de Torres Vedras passando pela Holanda, Bélgica e Espanha; retornou para o território português em 1932, em Alpendurada. O mesmo se deu com o Colégio de Campolide, situado em Lisboa: passou pela Espanha e Bélgica até seu retorno, em 1932, para Caldas da Saúde. (VILLARES, 2003, p. 235).

Foi durante esse período, conturbado para os jesuítas em Portugal, que Serafim Leite ingressou como noviço na Companhia de Jesus. Seria impossível, em função dos acontecimentos que expulsaram a Ordem do território português

pela terceira vez, realizar seu noviciado em sua terra natal. E como os principais centros de formação jesuítica portugueses haviam sido transferidos para outros países, sua formação aconteceu fora da pátria. A opção de estudar na Bélgica e na Espanha não foi muito bem uma opção entre várias: foram as condições impostas por um momento de contestação anticlerical e anticongreganista em Portugal, durante a Primeira República.

O momento de apogeu da Companhia de Jesus em Portugal foi entre os séculos XVI e XVIII, até sua primeira expulsão em 1759. Depois disso, ao longo do século XIX, a presença da Ordem em Portugal esteve bastante limitada, com a segunda expulsão em 1834, no âmbito das reformas liberais. Finalmente, em 1910, quando da terceira expulsão dos jesuítas de Portugal, a Companhia de Jesus já não representava uma força tão bem estruturada quanto dois séculos antes.

De maneira geral, pode-se afirmar que a partir de 1923, quando os padres jesuítas passaram a reconstituir suas casas em território lusitano, a Ordem em Portugal já não contava com o mesmo prestígio que outrora tivera. O mesmo vale para a situação dos inacianos em outras nações e no interior da própria Igreja Católica. Entretanto, o problema em Portugal era muito maior, já que o ideal republicano português encontrou nos jesuítas, o alvo preferencial a ser atacado. Quando os inacianos começaram a retornar, a ordem do dia era recuperar espaço e prestígio no seio da sociedade portuguesa. Diante disso, o esforço empreendido pelos jesuítas portugueses em escrever sua história deve ser entendido como um esforço em recuperar o prestígio político, por meio de um discurso que visava a exaltação de seu passado glorioso na Antiga Assistência de Portugal. A possibilidade de reconstrução/rememoração desse passado visto como desejável para a Companhia de Jesus, teve início com a ascensão do regime ditatorial de Salazar, um “quase padre” que, a partir de 1926, empreendeu uma política de retomada das relações diplomáticas com a Igreja Católica. É a partir deste enfoque que a obra encomendada a Serafim Leite por seu superior Cândido Mendes, pode ser lida e analisada.

### 2.3. A obra intelectual de Serafim Leite: da encomenda à realização

A partir do momento em que Serafim Leite recebeu a incumbência de escrever a história dos jesuítas na antiga Assistência de Portugal, sua vida ficaria marcada por este trabalho. Desde o momento em que foi ordenado padre, o ofício ao qual passou a se dedicar foi o da escrita. Excetuando-se o período de quase um ano, entre 1922 e 1923, quando atuou como professor de Filosofia no Colégio de La Guardia, sua principal função na Companhia de Jesus foi ser escritor.

Como escritor, Serafim Leite se tornaria o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Mas sua produção intelectual é ainda maior do que a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Nesse sentido, antes de passarmos a uma análise de seu pensamento é necessário ter uma visão de conjunto de sua obra intelectual. Para isso, contamos com um importante instrumento de pesquisa, organizado pelo jesuíta Miquel Batllori (1962); trata-se da *Bibliografia de Serafim Leite, S. I.*, que apresenta os escritos do padre até 1962 e também indicações de notícias e citações dos textos de Serafim Leite por outros autores.

Como consideramos que o ano de 1932 foi decisivo para os rumos que tomaria a vida de Serafim Leite, podemos concordar, em parte, com Miquel Batllori (1962) que a produção intelectual do autor pode ser dividida em dois momentos distintos, tendo como marco o mesmo ano. No entanto, fizemos a opção de acrescentar outro marco nesta investigação: o ano de 1950, quando foi impresso o último tomo de sua principal obra.<sup>14</sup> Assim, entendemos que ao fim desse período, o pensamento de Serafim Leite sobre o passado jesuítico no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, encontrava-se consolidado. Isso nos levou a eleger como principais fontes para esta pesquisa, os textos que o autor produziu nesse período, entre 1932, ano em que recebeu a encomenda de Cândido Mendes, e 1950, ano em que terminaram de se publicar os dez tomos da *História da Companhia de Jesus*. Dessa maneira, nesta apresentação do conjunto de seus escritos, estabelecemos três momentos distintos, dos quais, apenas o segundo será objeto de análise mais detalhada nos capítulos subseqüentes. São esses momentos: 1913 a 1932; 1932 a 1950; 1950 a 1969.

---

<sup>14</sup> Esta divisão da produção de textos de Serafim Leite é adotada também por Livia Pedro (2008).



### 2.3.1. O despertar para a escrita: textos de Serafim Leite entre 1913 e 1932

A estreia de Serafim Leite como escritor aconteceu no Brasil, antes de seu ingresso na Companhia de Jesus; em 6 de abril de 1913, publicou na *Gazeta de Monte Alegre*, no Pará, o seu primeiro conto, intitulado *Joel e Fátima*. Este primeiro texto, assim como outros publicados no mesmo periódico foram assinados com o pseudônimo de *João Madeira*, em alusão ao seu local de nascimento, a Vila de São João da Madeira em Portugal.<sup>15</sup> Esta primeira publicação abre a primeira fase de sua produção intelectual; nela, os escritos do autor versam sobre assuntos diversos sendo mais de caráter literário, apologético, social ou de circunstância e foram publicados em jornais e revistas: vários no quinzenário *O regional*, de São João da Madeira, tantos outros no *Mensageiro do Coração de Jesus*, do qual foi colaborador entre 1924 e 1929, e a maior parte destes escritos na revista *Brotéria*, de 1929 a 1932. (BATLLORI, 1962). Para ilustrar esta heterogeneidade nos escritos de Serafim Leite nessa primeira fase, selecionamos alguns títulos relacionados a questões históricas e sociais de diversos países:<sup>16</sup> *Zélia, a Chantal brasileira, modelo de mães cristãs (1924)*; *Instrução e moral (1924)*; *O problema das habitações (1926)*; *O catolicismo no Japão (1928)*; *Crônica do movimento religioso na Alemanha (1929)*; *Caixas de compensação – um problema social (1930)*; *O movimento religioso no México (1930)*; *O clero indígena nas terras do padroado – notas de missiografia portuguesa (1931)*; *O salário na Rússia comunista (1932)*. Além destes, merecem destaque dois livros de poesia publicados no período: *Trajectórias (1931)* e *Do homem e da terra (1932)*.

---

<sup>15</sup> Além deste pseudônimo, Serafim Leite usaria outros dois em momentos distintos: *Anchióbrega* e *Mário Vítor*. O primeiro, composto dos nomes de Anchieta e Nóbrega e utilizado para identificar o trabalho que apresentou no Concurso de História da Prefeitura de São Paulo, em 1935-6, e o segundo, composto em homenagem a duas de suas irmãs, chamadas Maria e Vitória, que seria utilizado para assinar algumas obras literárias. (BATLLORI, 1962, p. 14).

<sup>16</sup> Entre parênteses indicamos o ano da publicação. Estes títulos não constam nas referências desta pesquisa, pois não foram analisados; a indicação completa pode ser consultada na referida obra de Miquel Batllori (1962) e podem servir a novas investigações sobre o itinerário intelectual de Serafim Leite.

Miquel Batllori (1962) não lista todos os escritos de Serafim Leite entre os anos de 1913 a 1932. Os escritos de fundo histórico foram todos apresentados, mas várias composições de fundo não histórico, sobretudo aquelas que foram publicadas no *Mensageiro do Coração de Jesus* e também em *O Regional*, ficaram de fora da bibliografia. Assim, uma pesquisa mais apurada sobre o pensamento o autor, até o ano de 1932, deveria começar por realizar um levantamento de quantos textos mais foram publicados nesses dois periódicos por Serafim Leite. Isso, contudo, não foi nossa preocupação.

### 2.3.2. A história como ofício: escritos de Serafim Leite entre 1932 e 1950

A partir de 1932 a produção intelectual de Serafim Leite se avolumou. No entanto, ao mesmo tempo em que o número de trabalhos publicados pelo autor aumentava, diminuía a sua heterogeneidade, isto é, seus textos passaram a versar mais sobre a temática da história da Companhia de Jesus no Brasil do que sobre outros assuntos. É evidente que isso guarda uma relação profunda com o projeto de pesquisa que o jesuíta passou a desenvolver. Em 1933, por exemplo, ainda num “período de transição”, Serafim Leite publicou um total de sete trabalhos; destes, quatro versavam sobre a pesquisa que ele havia iniciado; nos anos seguintes a proporção seria muito maior. Para se ter uma ideia, em 1937, dos dezoito trabalhos do autor citados por Batllori (1962) apenas dois não tratavam da história dos jesuítas no Brasil.

No período que se estende de 1932 a 1950, momento em que Serafim Leite esteve incumbido de redigir a história da Companhia de Jesus na antiga Assistência de Portugal, Miquel Batllori (1962) lista 171 trabalhos escritos e publicados pelo jesuíta, tanto no Brasil quanto em Portugal. Estes trabalhos são em sua maioria, resultados parciais de sua pesquisa. Vários são também, os discursos proferidos nos meios intelectuais que Serafim Leite passou a frequentar, tais como na Academia Brasileira de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, e na Academia Portuguesa de História. Muitos destes textos foram publicados em

revistas e outros tantos são artigos de jornais, como por exemplo, a revista *Brotéria* (em grande quantidade), a revista *Verbum*, a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, o jornal *O Regional*, de sua terra natal, entre outros. O fato de serem textos, em sua maioria, provenientes da pesquisa que Serafim Leite vinha desenvolvendo, e nesse sentido, serem resultados parciais, fez com que muitos deles fossem publicados em mais de um momento. Assim, boa parte deles está presente na própria *História da Companhia de Jesus*, o que nos fez adotar esta obra como a principal fonte de nossa pesquisa. No entanto, outras obras publicadas no período merecem destaque, antes que tratemos de seu grande trabalho: trata-se de *Um centenário célebre (1534-1934): a primeira biografia inédita do Apóstolo do Brasil*, de 1934, e *Páginas de História do Brasil*, de 1937.

*Um centenário célebre (1534-1934): a primeira biografia inédita do Apóstolo do Brasil* foi a publicação da primeira biografia do padre José de Anchieta (1534-1597). Com o título de *Breve Relação da Vida e Morte do Pe. José de Anchieta, 5º provincial que foi do Brasil*, de autoria de Quirício Caxa, a organização e apresentação de Serafim Leite para esta publicação foi o grande passaporte do autor para os meios intelectuais no Brasil. (VIOTTI, 1970). Isso aconteceu no ano do IV Centenário do nascimento de Anchieta, em 1934. Foi publicada em separata na revista *Brotéria* e assumiu grande importância, porque era um texto do qual se sabia a existência, mas que não se sabia a localização. Serafim Leite, em suas pesquisas nos arquivos, levantando documentação, encontrou três exemplares manuscritos; um em Roma, outro na Biblioteca Municipal do Porto e o terceiro na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Sua importância é aqui ressaltada, especialmente, pelo que representou a publicação, para o ingresso de Serafim Leite nos meios intelectuais brasileiros.

A obra *Páginas de História do Brasil* foi lançada em 1937, um ano antes de se iniciarem as publicações dos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. É o volume 93 da *Brasiliana*, a 5ª série da famosa *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, que, sob a direção de Fernando de Azevedo (1894-1974), publicou

muitos estudos sobre história do Brasil.<sup>17</sup> *Páginas de História do Brasil* é uma obra composta de dezesseis trabalhos independentes de Serafim Leite, trabalhos não necessariamente inéditos, pois alguns já haviam sido publicados em outros impressos.<sup>18</sup> No entanto, foram especialmente reunidos para compor um volume da referida coleção, dentro de sua proposta de oferecer ao público leitor, uma interpretação sobre o Brasil. A publicação da obra se reveste de importância por conter as linhas-mestras do pensamento que o autor apresentaria nos anos e obras subseqüentes.

Além disso, *Páginas* foi publicada na *Coleção Brasileira*, o que nos permite perceber a importância e o reconhecimento de Serafim Leite enquanto um intelectual no Brasil. Por meio desta publicação, em 1937, Serafim Leite passava a integrar o projeto intelectual da *Coleção Brasileira*, que a configurou como um núcleo da *intelligentsia* brasileira ao longo dos anos 1930. Os autores que eram convidados a publicar na coleção transitavam, em sua maioria, entre a imprensa, o incipiente sistema universitário, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os museus e os órgãos de administração pública federal. Nomes expressivos da intelectualidade de então.

[...] O fato de uma obra integrá-la já a qualifica de antemão, o que por si só já é uma condição para sua aceitação e recomendação. O fato de integrar a coleção já lhe dá a medida do seu valor e contribuição para o enriquecimento do debate acerca das questões do Brasil. Isso nos dá bem a idéia de como a coleção era fonte de prestígio intelectual para os seus editores e autores. (DUTRA, 2006, p. 311).

Nesse sentido, a obra de Leite tinha a seu favor, como justificativa para sua aceitação e recomendação, o fato de ter sido publicada como parte de um importante projeto que, ao longo dos anos 1930, sobretudo, publicou outros

---

<sup>17</sup> A *Coleção Brasileira* foi fundada em 1931 por Octales Marcondes Ferreira, sob os auspícios da Companhia Editora Nacional, da qual era diretor e proprietário. Esta coleção fazia parte do projeto dirigido e idealizado por Fernando de Azevedo, que se intitulou *Biblioteca Pedagógica Brasileira* e que foi dividida em cinco séries: *Literatura Infantil*; *Livros Didáticos*; *Atualidades Pedagógicas*; *Iniciação Científica*; e *Brasiliana*. A *Brasiliana* se propôs a disponibilizar para um grande público, de maneira compacta e enciclopédica, títulos raros e lançamentos recentes que interpretassem o Brasil, de forma a se constituir na maior e mais completa biblioteca de estudos nacionais. Foi dirigida por Fernando de Azevedo até 1946 e deixou de existir nos anos 1950. (DUTRA, 2006).

<sup>18</sup> O capítulo X, por exemplo, é a re-publicação da primeira biografia de José de Anchieta.

estudos de renomados intelectuais brasileiros preocupados em *revelar o Brasil aos brasileiros*. Além disso, a obra recebeu a apresentação de outro importante intelectual do período, a quem Serafim Leite dedicaria, no ano seguinte, o primeiro tomo da *História da Companhia de Jesus: Afrânio Peixoto (1876-1947)*.

É importante observar também que a *Coleção Brasileira*, em sua forma de organização, constituiu-se num projeto que apresentava de maneira implícita, uma pedagogia da nacionalidade. Isto significa dizer que a coleção tinha um projeto intelectual formador, ancorado num modelo cumulativo de saber, que buscava fazer da mesma, a maior obra de cultura nacionalista do Brasil. (DUTRA, 2006). Os volumes destinados a discutir a História do Brasil (do qual fazem parte as *Páginas*, de Serafim Leite) se constituíram no espaço por excelência da simbolização da nação:

[...] com seu patrimônio de lembranças comuns do passado nacional; seu resgate de um percurso evolutivo num tempo de progresso; e suas divisões entre um passado e um presente, os quais estabelecem as interpretações dos grandes eventos históricos da vida nacional [...]. (DUTRA, 2006, p. 306).

Por meio da história, estabeleciam-se as bases para o entendimento do processo de constituição da nação, invocado como lastro, por vezes das virtudes e, por outras, das mazelas nacionais.<sup>19</sup> Dessa maneira, devemos nos questionar: em que medida o conteúdo de *Páginas de História do Brasil* poderia ser lido como um espaço de simbolização da nação brasileira? Que símbolos são estes que Serafim Leite estaria construindo por meio de seu discurso? Estas questões ficarão, momentaneamente, sem respostas. Retornaremos a elas mais tarde. Antes, porém, é necessário concluir nosso percurso pelas obras que Serafim Leite publicou depois que recebeu a incumbência de escrever a *História*.

Dos trabalhos listados por Batllori (1962) no período de 1932 a 1950, certamente os mais importantes são os dez tomos da *História da Companhia de*

---

<sup>19</sup> Conforme assinala Eliane de Freitas Dutra (2006), os títulos da *Coleção Brasileira* foram organizados em diversas sub-seções, dentre as quais Antropologia, Demografia, Pré-história, Arqueologia, Botânica, Geografia, Geologia, Zoologia, Etnologia, Folclore, História do Brasil, Filologia, Medicina, Higiene, Direito, Economia, Viagens, História Econômica, entre outras. Em sua primeira década (1931-1941) houve um maior volume de publicação de títulos voltados para a História do Brasil. Destes, predominavam estudos sobre o Império, a Colônia e por último, a República.

*Jesus no Brasil*. Sua publicação se deu em cinco etapas: os dois primeiros tomos foram publicados em 1938. Ambos foram impressos em Portugal numa publicação conjunta da Livraria Portugália e da Civilização Brasileira. Os tomos III e IV se publicaram em 1943; os tomos V e VI, em 1945; os tomos VII, VIII e IX, em 1949; e, por fim, em 1950, foi publicado o tomo X, índice geral da obra. A partir do terceiro tomo, por proposta de Afrânio Peixoto e Rodolfo Garcia (1873-1949), o Ministro da Educação na época, Gustavo Capanema (1900-1985), autorizou a publicação da obra na Imprensa Oficial, por meio do Instituto Nacional do Livro.<sup>20</sup>

A obra pode ser vista como um clássico da historiografia sobre o período colonial e tem muito a acrescentar à historiografia da educação no mesmo período, especialmente porque a principal área de atuação da Companhia de Jesus no Brasil foi a educação. Isso significa que uma grande parte de seu conteúdo versa sobre o projeto educativo dos jesuítas na então colônia portuguesa. Além disso, seu estudo nos permite analisar o que o próprio autor entendia por educação no momento em que redigiu a obra. Ítalo Calvino (1993) em *Por que ler os clássicos* apresenta (entre outras) uma definição para o que é uma obra clássica; segundo o autor, “[...] é clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”. (CALVINO, 1993, p. 15). Assim, no caso específico da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, isso faz todo o sentido. Por mais que a historiografia e a historiografia da educação tenham produzido nas últimas seis décadas, desde a publicação da obra, tantas outras interpretações sobre a atuação jesuítica na América Portuguesa, a obra de Serafim Leite permanece como um “rumor”. Seja pela quantidade de informações contidas em suas páginas, seja pela quantidade de temas abordados, o texto de Leite continua a ser um ótimo ponto de partida para novas investigações sobre o processo que iniciou a formação da cultura brasileira. Concordamos, pois, com Sérgio Buarque de Holanda que, em 1951, afirmou que

---

<sup>20</sup> A segunda edição da obra, em versão fac-similar, foi publicada pela Editora Itatiaia em 2000, para comemorar os 500 anos do Descobrimento. Utilizamos nesta pesquisa a segunda impressão desta segunda edição, que, também em versão fac-similar, em nada alterou o conteúdo da primeira edição da obra. A única diferença foi a publicação dos dez tomos em cinco volumes, encadernados em capa dura, o que possibilita maior durabilidade do livro. Em 2004, a Edições Loyola publicou uma edição de luxo da obra, encadernada em quatro volumes, em papel e tamanho especiais e com o complemento de um cd-rom.

o passo mais importante para se conhecer a ampla atuação dos jesuítas no Brasil foi dado por Serafim Leite:

[...] O passo mais importante para a revelação ampla da obra da Companhia no Brasil seria dado a partir do mesmo decênio de 30 pelo padre Serafim Leite. Seus estudos e conferências reunidos em 1937 nas *Páginas de história do Brasil* constituíam apenas uma amostra, ampliada em 1940 com as *Novas cartas jesuíticas*, da riqueza de peças documentais que o autor pudera coligir não só no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma, como ainda em outros arquivos europeus. O principal resultado dessas pesquisas seria a *História da Companhia de Jesus no Brasil* que principiou a publicar-se em 1938 e de que em 1950 saiu o décimo e último volume. Não se poderia esperar melhor remate para o meio século de investigações de inúmeros historiadores em torno da obra de catequese e colonização empreendida pela milícia de Santo Inácio. (BUARQUE DE HOLANDA, 2010, p. 71).

Pode-se dizer que no momento em que se publicou o último tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite já era amplamente reconhecido como historiador oficial dos jesuítas no Brasil. Assim, estava concluído, junto com sua obra-prima, um processo que definiu seu ofício na Companhia: a história. Suas publicações posteriores carregam esta marca.

### 2.3.3. Os desdobramentos da pesquisa: escritos de Serafim Leite entre 1951 e 1969

O período que se iniciou após o fim da publicação de *História da Companhia de Jesus no Brasil* e se estendeu até a morte de Serafim Leite, em 1969, pode ser visto como o período em que o autor continuou a publicar textos que eram desdobramentos da sua grande pesquisa. Da mesma forma que no período imediatamente anterior, Leite continuou a colaborar com revistas – especialmente a *Brotéria* – jornais e institutos científico-culturais. Continuou a proferir palestras e a frequentar os meios intelectuais.

Além disso, publicou em 1953 o livro *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*, uma obra que deu continuidade a alguns aspectos abordados na *História* sobre a história artística brasileira. Foi responsável por prefaciar e anotar, em 1954, *Diálogo sobre a conversão do gentio*, de Manuel da Nóbrega (1517-1570) e *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, de Jorge Benci (1650-1708), fontes importantes para o estudo do período de atuação jesuítica na América.

Mas o grande trabalho que empreendeu depois de 1950, foi organizar a publicação dos documentos que havia encontrado em sua pesquisa. Quando deixou o Brasil, nesse mesmo ano, destinou-se a Roma já sabendo qual seria sua tarefa. Nos anos seguintes, Serafim Leite organizou e publicou os cinco volumes da *Monumenta Brasiliae*. Estes volumes constituem o que de mais importante foi produzido pelo jesuíta após a *História*:

O I tomo [...] saiu em 1956. Faz parte o *Monumento Brasiliae I (1538-1553)* da coletânea *Monumenta Historica Societatis Jesu*, da qual é o volume 79 [...] Com a mesma dupla tiragem, apareceram os volumes II (1957) e III (1958). Compreende o II tomo as cartas e mais documentos relativos à Companhia de Jesus no Brasil, dentre os anos de 1553 e 1558. O III, os dentre 1558 e 1563. O IV abrange matéria correspondente aos anos de 1563 a 1568 e saiu editado em 1960 [...]. (VIOTTI, 1970, p. 34).

Além da publicação dos volumes da *Monumenta Brasiliae*, depois de 1960 Serafim Leite publicou mais alguns artigos, sobretudo na *Brotéria*, e mais dois livros: *Novas Páginas de História do Brasil*, em 1962, e *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*. Apesar do que o título possa sugerir, a *Suma* não se constitui em um “[...] manual que tornasse acessível ao nosso público menos erudito a matéria contida nos dez tomos de sua monumental obra”. (VIOTTI, 1970, p. 35).

Por mais duas vezes, ao menos, Serafim Leite esteve no Brasil. Em 1954, participou do *Congresso de História Comemorativo do IV Centenário da Cidade de São Paulo*, do qual era uma das maiores autoridades em função do trabalho que havia realizado. E, em 1963, por convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, compareceu ao *Congresso Comemorativo do Bicentenário da*



*Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro.*

De maneira geral, aquele que percorre a bibliografia de Serafim Leite não pode deixar de ficar ao menos admirado. O volume de trabalhos publicados ao longo de 56 anos é, de fato, significativo. Miquel Batllori (1962) havia elencado 277 obras, às quais se somam mais algumas, entre 1962 e 1969. Tal situação lhe permitiu, como vimos, ser considerado por seus contemporâneos, um intelectual, no sentido mais estrito do termo. Uma vida a serviço dos livros.

Mas o percurso que permitiu a Serafim Leite ser reconhecido como o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil não pode ser explicado exclusivamente por sua dedicação individual e, como ele mesmo definiu, amor aos livros. É evidente que isto fez grande diferença, uma vez que o fato de ser um estudante dedicado e portador de uma sólida formação não foi ignorado por seus superiores jesuítas que, já em meados dos anos de 1920, destinaram-no à redação de um jornal e de uma revista. Contudo, as motivações para que o *padre* se tornasse o *historiador* foram provenientes do próprio momento histórico e situação pela qual passava a Companhia de Jesus em Portugal no final daquela década. A necessidade de reconquistar um espaço de prestígio político na sociedade lusitana, depois da perseguição que sofreram durante a Primeira República, motivou os jesuítas portugueses a elaborarem um grande projeto de pesquisa que tinha como objetivo principal, narrar os grandes feitos da história da Ordem na Antiga Assistência de Portugal. Assim, Serafim Leite foi um dos escolhidos para empreender tal tarefa, especialmente devido a sua sólida formação. Desse modo, é na confluência de fatores individuais e coletivos que devemos compreender sua vida a serviço dos livros.

### 3. O HISTORIADOR E A HISTÓRIA

É sempre um grande desafio estabelecer a análise do pensamento de um autor. O desafio é maior quando, como no caso de Serafim Leite, o autor apresenta uma vasta obra, fruto de mais de cinquenta anos dedicados a escrever. Assim, é preciso considerar que, nesta discussão, nem todos os aspectos do pensamento de Leite serão abordados; o que se pretende é apresentar uma visão geral sobre as ideias que o autor desenvolveu em sua obra a respeito do conceito de História. Além disso, não serão abordados todos os textos escritos pelo jesuíta, mas sim aqueles que foram produzidos no momento em que ele realizava a principal tarefa de sua vida, a pesquisa que resultou na *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Outro ponto a considerar, é o fato de que esta discussão não é inaugural. Existem dois estudos sobre Serafim Leite e que não devem ser esquecidos: são duas dissertações de mestrado, defendidas em décadas e programas de pós-graduação diferentes. A primeira delas, apresentada em 1993, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, intitulado *A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil"*, de autoria de Raquel Silveira Wrege (1993). A segunda dissertação foi defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, com o título *História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra*, de autoria de Livia Carvalho Pedro (2008).

Dessa forma, nosso ponto de partida neste capítulo é a discussão das ideias que foram apresentadas por Wrege (1993) e Pedro (2008) a respeito de Serafim Leite e sua principal obra. Em seguida será possível, por meio do estudo de seus textos, analisar de que maneira o historiador jesuíta compreendia o que é História e a função daquele que a escreve. Veremos que, embora não tenha escrito nenhum tratado sobre metodologia da pesquisa histórica, Serafim Leite esteve atento aos procedimentos que durante a primeira metade do século XX se apresentavam como predominantes na pesquisa histórica.

### 3.1. Estudos sobre Serafim Leite

*A educação escolar jesuítica: uma leitura da obra de Serafim Leite “História da Companhia de Jesus no Brasil”*, de autoria de Raquel Silveira Wrege (1993), pode ser considerado o único trabalho produzido até hoje, na área de História da Educação, sobre a publicação mais conhecida do historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Sob orientação de Dermeval Saviani, a dissertação de mestrado foi defendida em 30 de agosto de 1993, na Faculdade de Educação da Unicamp.

Wrege (1993) não se preocupou em analisar os vários livros e artigos de Serafim Leite. Sua dissertação trata exclusivamente da *História da Companhia de Jesus*, mas não em todos os seus aspectos: sua ênfase foi em realizar uma leitura interna da obra em relação às instituições escolares.

A autora iniciou a discussão com a justificativa para estudar o pensamento de Serafim Leite: ela argumenta que não se pode estudar a História da Educação Escolar Jesuítica no Brasil-Colônia sem que se estude antes os textos do padre, especialmente *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Assim, seu trabalho teria como finalidade realizar este estudo, o que significaria afirmar que seria uma espécie de resenha ou introdução ao pensamento de Serafim Leite, para aqueles que se propusessem a estudar a história da educação escolar no Brasil, no período em que o Brasil era uma colônia de Portugal. (WREGE, 1993, p. 1).

Na visão apresentada pela autora, os textos de Serafim Leite se revestem de importância quando se constata que vários estudiosos da história da educação colonial brasileira consultam seus escritos para a realização de suas pesquisas. Isso quer dizer que Serafim Leite, especialmente por meio de *História da Companhia de Jesus no Brasil*, é uma constante nas bibliografias dos historiadores da educação brasileira, quando tratam da temática da educação escolar jesuítica. Dentre os autores citados, na dissertação de Wrege (1993), como exemplos de historiadores que consultaram Leite e o elencaram nas referências de suas obras encontramos: Laerte Ramos de Carvalho, Tito Lívio Ferreira, Fernando de Azevedo, Luiz Antonio Cunha, Luiz Felipe Baêta Neves, José Maria de Paiva e Maria Luisa dos Santos Ribeiro.

A indicação destes, e não de outros autores, é uma mostra da pouca importância que a História da Educação do período colonial brasileiro tem recebido por parte dos pesquisadores. Nesse sentido, é possível constatar que, como toda obra, a dissertação de Wrege é datada de uma época. Assim, quase duas décadas depois de concluído, seu texto poderia ser revisto com o acréscimo de alguns autores e outras obras que, recentemente, têm se debruçado sobre o tema e o sobre período. Apesar disso, não é um trabalho que deva ser descartado, pois cumpre muito bem o objetivo a que se propôs: traçar uma leitura e análise interna da principal obra publicada por Serafim Leite, concernente às instituições escolares.

A dissertação de Wrege foi dividida em três capítulos. No primeiro, discute a criação das primeiras escolas pelos jesuítas no Brasil Colônia e o estabelecimento da Companhia de Jesus; no segundo, apresenta aspectos gerais da difusão dos colégios e casas de ensino; por fim, no terceiro capítulo, analisa aspectos específicos de cada instituição escolar, nas várias regiões do país, e são apresentadas as repercussões para a educação escolar no Brasil com a expulsão dos jesuítas em 1759, na visão de Serafim Leite.

Embora não tenha sido objeto da autora escrever um texto que analisasse o conjunto geral da obra de Serafim Leite, nem seu pensamento como um todo, ainda assim, sua dissertação apresenta uma ideia a respeito do padre jesuíta e de sua escrita da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Nesse sentido, é possível indagar de que forma Wrege interpretou o pensamento de Leite a partir da leitura que realizou deste livro.

É possível verificar que, já na introdução do trabalho, Raquel Wrege identifica como uma característica marcante no texto de Serafim Leite, a apologia da atuação jesuítica no Brasil. Ao comparar Serafim Leite com Tito Lívio Ferreira, por exemplo, a autora afirma que ambos são apologéticos na descrição que fazem dos jesuítas. Além disso, outro aspecto destacado é o da *descrição*. Ambos são descritivos e, nas tentativas de interpretação, caracterizam-se pelo excesso de elogios à educação jesuítica. (WREGE, 1993, p. 3). Esta apologia destacada pela autora não deveria se constituir em uma razão para que não sejam lidos os textos de Serafim Leite, pois:

[...] é possível também realizarmos uma compreensão do real do mesmo assunto a partir da análise crítica das informações contidas na Obra de Serafim Leite, se transformarmos a sua apologia e descrição em motivo de elucidação dos reais objetivos da Companhia de Jesus. (WREGGE, 1993, p. 6).

Na introdução do texto, a autora apresenta uma interpretação a respeito do método analítico de Serafim Leite; para ela, este método é o principal entrave que pode ser percebido na *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Seu estilo, às vezes apologético e quase sempre descritivo é visto por Wrege como fruto do histórico de vida deste historiador. Assim, para não contrariar sua religiosidade e sua posição na sociedade entre padres, intelectuais e políticos, o seu método seria fundamentado na historiografia positivista. (WREGGE, 1993, p. 9).

Para Wrege (1993), Serafim Leite incorpora a interpretação de Leopold Von Ranke a respeito do método de análise utilizado em seu estudo sobre os jesuítas no Brasil Colonial. Assim, ela afirma que para Leite são os documentos que escrevem a própria história, independente do historiador, a quem cabe apenas a descrição. Apesar desta afirmação, a autora não se detém muito sobre ela. Entendemos que, para a compreensão do próprio conceito de História que Serafim Leite apresentava, seria importante aprofundar um pouco mais esta discussão.

Outro aspecto destacado por Raquel Wrege a respeito do pensamento de Serafim Leite é sobre seu entendimento de educação. A autora entende que sua posição acerca da educação escolar jesuítica era a mesma posição dos colonizadores jesuítas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Assim, o ensino e a catequese jesuítica teriam o objetivo de transmitir valores europeus, enquanto sinônimos de civilidade em oposição à condição selvagem dos índios. (WREGGE, 1993, p. 17).

O texto de Wrege segue, basicamente, as informações contidas nos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São poucas as referências apresentadas; excetuando-se os dez tomos da obra de Serafim Leite, a autora listou mais dez trabalhos, de nove autores, em sua dissertação. Isso fez com que o desenvolvimento de seu texto, nos três capítulos apresentados, seja, de fato, uma apresentação da história das instituições escolares jesuíticas contida na

*História da Companhia de Jesus no Brasil*. Seu discurso se constituiu, assim, a partir deste texto de Leite; e um de seus objetivos parece ter sido mostrar que o padre jesuíta adotou uma narrativa descritiva e apologética da atuação jesuítica nas terras brasileiras entre os séculos XVI e XVIII.

A autora conclui o texto, reafirmando que a *História da Companhia de Jesus no Brasil* apresenta uma visão apologética e excessivamente descritiva e que não deve ser tomada como “a verdade” sobre os jesuítas no Brasil Colônia.

Procuramos expor o conteúdo da Obra de Serafim Leite deixando evidente o pensamento deste historiador, que ora oscila entre um excesso de descrição e ora se mostra apologético, tornando-se incoerente com a sua proposta de apresentar uma história sem vínculos interpretativos. No caso, a sua interpretação é a própria apologia, o que oportuniza ao leitor a identificação das relações de Serafim Leite com políticos, intelectuais e jesuítas quando escreveu a “História da Companhia de Jesus no Brasil”. Por conseguinte, o que Serafim Leite elogia, nós criticamos, com o objetivo de esclarecer a forma de exposição do historiador e a interpretação que fizemos de suas informações. (WREGE, 1993, p. 261).

De maneira geral, pode-se verificar então, que as principais características do pensamento de Serafim Leite, ressaltadas por Wrege em sua dissertação sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, são a apologia, a narrativa descritiva e a filiação deste autor ao método rankiano de escrita da História. Alguns destes aspectos, como o da filiação teórica de Serafim Leite ao método de Von Ranke de pesquisa histórica, necessitam maior aprofundamento para que se possa ter uma compreensão mais aprimorada sobre o pensamento do historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil.

Da mesma forma que a dissertação de Raquel Wrege (1993), *História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra*, de autoria de Livia Pedro (2008), não é um texto que se dedique a estudar o pensamento de Serafim Leite como um todo. A autora afirma que sua abordagem é da chamada história do livro e da leitura:

[...] Não se trata aqui de um resumo do livro ou de mais um exame crítico acerca do seu conteúdo. Baseado nas “práticas” – um dos elementos centrais da nova história cultural – este estudo visa

analisar o processo de produção e de recepção da *História da Companhia de Jesus no Brasil* e, desta forma, abordá-la como objeto de práticas da escrita e da leitura, respectivamente. (PEDRO, 2008, p. 6).

Ao adotar esta abordagem, Livia Pedro direcionou sua análise de forma a vincular, ao mesmo tempo, o estudo da produção, da transmissão e da apropriação do livro escrito por Serafim Leite. Isto a levou a dividir a dissertação em três capítulos: no primeiro, analisou o processo de formação intelectual de Serafim Leite como membro da Companhia de Jesus; no segundo, a autora tratou das circunstâncias sob as quais a *História da Companhia de Jesus no Brasil* foi concebida, escrita, publicada e divulgada. Por fim, no terceiro capítulo, discute a leitura, a repercussão e os usos da obra, no qual se destacam a distância entre o meio acadêmico e o público leitor comum, as críticas que foram publicadas sobre a obra e os títulos e prêmios recebidos por Serafim Leite em função da publicação de seu estudo. (PEDRO, 2008, p. 8).

A dissertação de Livia Pedro (2008), na introdução, inicia-se com uma longa exposição sobre a Companhia de Jesus, a partir daquilo que a autora definiu como escritos fundamentais da Ordem – os *Exercícios Espirituais*, a *Fórmula do Instituto*, as *Constituições*, o *Ratio Studiorum* e as *Cartas Jesuíticas*. Esta descrição se estende por vinte e uma das vinte e quatro páginas dedicadas à introdução do trabalho. A justificativa é apresentar a um público leitor menos familiarizado com a temática dos jesuítas, um pouco de sua história, do funcionamento da Ordem e de seus propósitos, entre outros.

Após esta introdução, no primeiro capítulo, a autora apresenta uma discussão sobre o processo de formação intelectual de Serafim Leite como padre jesuíta. Nossa discussão, apresentada na primeira parte desta tese, diferencia-se desta por adotar outro referencial no estudo da vida de Serafim Leite. Assim, enfatizamos que a partir de uma confluência de fatores individuais e coletivos o padre jesuíta se constituiu em importante intelectual católico durante o século XX. Enfatizamos, por exemplo, alguns aspectos do contexto histórico português do período da Primeira República, que influenciaram a formação intelectual de Serafim Leite, ao passo que Livia Pedro (2008) apenas os citou, mas não os explorou.

É no segundo capítulo da dissertação, no entanto, que aparecem as interpretações da autora sobre o pensamento de Serafim Leite. Nesse aspecto, Livia Pedro (2008) apresenta visão semelhante à visão de Raquel Wrege (1993). Não existe, apesar disso, qualquer referência ao primeiro trabalho produzido na área de História da Educação sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. De qualquer maneira, Pedro (2008) entende que uma das principais características da escrita de Serafim Leite é a apologia:

[...] Observamos, porém, que Serafim Leite redigiu os dez volumes do livro baseado nos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos. As interpretações das fontes jesuíticas e antijesuíticas feitas pelo autor, sempre favoráveis à Companhia de Jesus do primeiro ao último tomo, transformaram a obra inteira numa narrativa uniforme, mudando apenas os personagens, os fatos, as regiões e os séculos [...]. (PEDRO, 2008, p. 57).

Além disso, a autora afirma, a exemplo de Wrege (1993), que o método utilizado por Serafim Leite na redação da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, guarda relação com o método rankiano de escrita da história. Uma história positivista ou historicizante. “[...] Baseado nessa concepção de história como verdade definitiva, hoje posta em questão pela idéia de história como interpretação marcada por um alto grau de subjetividade, Serafim Leite elaborou a sua principal obra [...]. (PEDRO, 2008, p. 67).

Apesar de criticar o método adotado por Serafim Leite na redação de sua obra, Pedro (2008) ressalta a importância de o autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil* ter coletado, reunido, organizado e publicado vários documentos jesuíticos do período colonial, especialmente as cartas dos jesuítas, uma de suas maiores contribuições para a historiografia luso-brasileira.

Livia Pedro (2008) apresentou todos os tipos de fontes utilizadas por Serafim Leite na redação da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Assim, citou, por exemplo, as cartas jesuíticas, as crônicas escritas por jesuítas no período dos séculos de colonização, os catálogos anuais da Companhia, bem como as relações histórico-biográficas. A autora também citou os livros de História que foram utilizados pelo autor como referência na escrita de sua *História*: em geral, obras de História do Brasil escritas desde o século XVI até,



aproximadamente, 1933, ano em que o autor começou a redigir seu próprio estudo. Nessa lista, constam tanto autores defensores da atuação jesuítica quanto críticos dos inacianos. A autora fez um resumo dos assuntos tratados em cada um dos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Uma espécie de sumário geral da obra.

Ao se propor um estudo de história do livro e da leitura, Livia Pedro concluiu que o estudo de Serafim Leite foi direcionado (e ainda o é) a um público elitizado. No momento de sua primeira publicação, nos anos 1940, comprar os dez tomos da obra, no Brasil, significava gastar quase três salários mínimos. Quando a Edições Loyola publicou a edição de luxo da obra, em 2004, para comprá-la, o leitor deveria gastar mais de cinco salários mínimos. (PEDRO, 2008, p. 85-86).

Mas o texto de Livia Pedro não se dedica exclusivamente ao pensamento de Serafim Leite. A autora assinala, inclusive, que seu estudo, da mesma forma que o livro de Serafim Leite pode se constituir em ponto de partida para outras investigações, especialmente sobre o conteúdo da obra. É nesse sentido que nosso estudo pretende avançar: a partir dos escritos do padre jesuíta no período em que ele produziu sua maior obra, procuramos analisar seu pensamento a respeito de História, Sociedade e Educação, conceitos fundamentais, a partir dos quais se organizou sua principal obra, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

A partir da leitura e análise que fizemos a respeito dos dois estudos realizados sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, podemos, neste momento, enumerar alguns pontos de convergência entre estas interpretações: (1) Serafim Leite é visto como excessivamente apologético da atuação jesuítica; (2) a escrita de Serafim Leite é marcadamente descritiva; (3) o referencial teórico-metodológico do autor é o positivismo rankiano; (4) ainda que seja obra comprometida ideologicamente com um discurso favorável aos jesuítas, isso não significa que ela não deva ser lida e consultada; (5) a *História da Companhia de Jesus no Brasil* é um bom ponto de partida para novas investigações sobre o passado jesuítico no Brasil Colônia; (6) a ênfase dada pelo autor da *História* ao documento é uma das marcas de sua escrita, e, possivelmente, sua maior

contribuição à historiografia tenha sido o levantamento documental por ele realizado.

Concordamos com todos os aspectos que foram apontados como pontos de convergência entre as duas dissertações produzidas sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. No entanto, entendemos que não é suficiente interpretar os textos de Serafim Leite como se fossem apenas uma expressão de uma historiografia dita positivista, apologética da atuação jesuítica no Brasil Colônia. É importante compreendê-los como expressão de um movimento de ideias que, na primeira metade do século XX, procurava exaltar o passado glorioso dos jesuítas portugueses no Brasil, ao mesmo tempo em que coincidia com os discursos que, nesse país, intencionavam construir uma interpretação sobre a formação da sociedade brasileira. Isto pode ser percebido na análise dos escritos de Serafim Leite, o que, até o presente momento, conforme foi ressaltado por Raquel S. Wrege (1993) e Livia C. Pedro (2008), não foi realizado por nenhum estudo.

### 3.2. A concepção de História no pensamento de Serafim Leite

Depois de analisarmos o processo histórico de formação intelectual de Serafim Leite, e os dois estudos sobre a principal obra por ele produzida, podemos passar à análise dos principais conceitos a partir dos quais seu pensamento foi organizado.

O primeiro destes conceitos é a História. Mas, por que a História? É preciso considerar que o ofício de Serafim Leite na Companhia de Jesus, como vimos, foi a escrita. No entanto, não foi qualquer tipo de escrita, e sim a escrita de fundo histórico. Seu ofício foi, após 1932, a História. Nesse sentido, é importante considerar a forma como ele entendia aquilo que seria a marca de sua vida e de sua produção intelectual. De acordo com os estudos já realizados sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, por Livia Pedro (2008) e Raquel Wrege (1993), sua visão de História deve ser compreendida a partir dos pressupostos da historiografia tradicional, dita positivista, de inspiração rankiana. Qual o significado

disso? Ou, em outras palavras: é possível afirmar que Serafim Leite foi um historiador positivista? Em que sentido a afirmação anterior tem validade? Para afirmarmos que Serafim Leite seguia o método rankiano de escrita da história, é necessário compreendermos o que é o próprio método rankiano. Nesse sentido, antes de avançarmos pelo pensamento do autor, é importante nos atermos às origens da ciência histórica, que, ao longo do século XIX, constituiu-se a partir de duas vertentes que vulgarmente são definidas como historiografia positivista.

Foi durante o século XIX que as chamadas ciências humanas reivindicaram o mesmo estatuto científico que as ciências naturais já haviam adquirido por meio de um longo processo iniciado desde o princípio dos Tempos Modernos. Este reconhecimento, no entanto, somente foi possível quando as humanidades passaram a se fundamentar em um método. No caso particular da História, pode-se afirmar que foi precisamente nesse período que ocorreu sua consolidação como ciência, a partir dos pressupostos elaborados pela Escola Histórica Alemã, em suas duas vertentes: a escola rankiana e a escola prussiana.<sup>21</sup>

A escola rankiana pode ser considerada a primeira corrente histórica a estabelecer um método de pesquisa em História. Ela se constituiu a partir do pensamento de Leopold Von Ranke (1772-1848) e é conhecida também como escola metódica, história tradicional ou história positivista. O problema em utilizar o termo positivismo para definir o método proposto por Ranke na Alemanha é a confusão que isto pode gerar, uma vez que, nas humanidades, estamos muito mais acostumados a associar o termo positivismo ao pensamento de Auguste Comte (1798-1857), isto é, ao positivismo francês. Assim, é importante diferenciar entre as duas correntes. Dessa forma, entendemos que o mais adequado deva ser o uso dos termos “história metódica” ou “história rankiana” para se referir ao pensamento e método desenvolvido por Leopold Von Ranke.

A escola rankiana teve início com a institucionalização do Seminário de Ranke na Universidade de Berlim; isto representou um marco para o ensino de História na universidade. A prática do seminário consistia nos alunos estudarem criticamente as fontes históricas sob a orientação de um historiador especialista, que era o docente. Ainda se acrescentava a isto, a necessidade de apresentar de

---

<sup>21</sup> O que mais nos interessa nesta discussão é a escola rankiana e, por esta razão, a escola prussiana não será abordada.

forma separada do trabalho central de análise, a descrição e explicação do método utilizado pelo historiador. Esses seminários de Ranke ficaram bastante famosos. (GRAFTON, 1998). Além disso, entre seus alunos estavam não apenas pessoas comuns, mas alguns príncipes e monarcas que perceberam o uso político que poderia ser feito de uma história fundada em bases científicas, isto é, segundo os parâmetros e exigências da ciência moderna. Um dos exemplos que se pode citar é o príncipe Maximiliano da Baviera (1811-1864), que foi discípulo de Ranke no seminário e que, posteriormente, o convidou para fundar uma Escola Histórica na Baviera para implantar e difundir o novo método histórico.

É importante observar que no momento em que Leopold Von Ranke fundava uma escola histórica na Alemanha, esta, enquanto nação unificada, não existia. Nesse sentido, a própria ideia de nação precisou ser construída e, nessa construção, a História, como ciência que explica o passado dos homens, serviu a este propósito. Dessa forma, é possível compreender o interesse de príncipes e monarcas em uma utilidade política para a história científica proposta por Leopold Von Ranke e seus seguidores.<sup>22</sup> A história deveria ter um sentido político internacional, o que, no contexto da Alemanha antes da unificação, significava apontar um passado comum dos povos germânicos. Esse passado, entretanto, deveria ser narrado por uma história “verdadeira”, comprovada, objetiva, com bases científicas. Dela decorria uma ênfase nos aspectos políticos da história. A historiografia tradicional foi, e de certa maneira ainda é, associada a uma história dos acontecimentos políticos.

Em relação ao método investigativo para o historiador, Leopold Von Ranke propunha cinco regras bem claras. A primeira, relacionada à neutralidade: cabe ao historiador narrar o que se passou, o que aconteceu; não é sua tarefa julgar o passado. Do mesmo modo, a segunda regra está relacionada também à neutralidade: entre sujeito (historiador) e objeto (fato histórico) na pesquisa histórica não existe nenhuma relação de interdependência; por hipótese o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos. A terceira regra versa sobre a história em si: para Ranke, a história (como conjunto das *res gestae*) existe em si,

---

<sup>22</sup> A respeito do processo histórico de consolidação das nações e do nacionalismo é possível consultar o trabalho de Eric J. Hobsbawm (1990).

objetivamente; tem uma forma e uma estrutura que são acessíveis ao conhecimento humano. A quarta regra trata da relação cognitiva: ela é conforme um modelo mecanicista; o historiador registra o fato histórico, passivamente, da mesma maneira que um espelho reflete a imagem de um objeto, ou como uma máquina fotográfica registra uma imagem. A quinta regra é relacionada aos documentos: o historiador deve ter como principal tarefa, reunir um número suficiente de dados que se assentem sobre documentação segura; a partir destes fatos, o registro histórico se organiza e se deixa interpretar. (BOURDÉ; MARTIN, 1990).

Diante disso, é possível afirmar que o trabalho do historiador para a escola rankiana deveria ser fundamentado em um princípio de neutralidade, sem qualquer possibilidade de interpretação. Pautado no paradigma científico moderno, a história como ciência, deveria ser objetiva e, para atingir tal propósito de objetividade, era necessário estabelecer regras e procedimentos bem claros. Isso levou a uma valorização do documento e do fato histórico e a defesa de que é possível conhecer a história – que existe em si mesma – como ela de fato aconteceu, desde que sejam observadas as regras e procedimentos estabelecidos pelo método. Em poucas palavras: uma história *metódica*.

Retornemos ao pensamento de Serafim Leite e às indagações levantadas anteriormente: é possível considerá-lo um seguidor do método rankiano, isto é, um historiador metódico? Para responder a este questionamento, um primeiro ponto a ser considerado é o fato de que Serafim Leite não escreveu nenhum tratado sobre o método utilizado por ele em suas investigações. Ou seja, não encontramos nenhum escrito destinado exclusivamente a discutir metodologia da pesquisa histórica que tenha sido redigido pelo padre jesuíta. Assim, é necessário buscar em seus textos indicações relativas ao método e ao entendimento que o autor dava para História.<sup>23</sup> Além disso, é sempre importante lembrar que jurar fidelidade a um determinado método de investigação nem sempre significa que o autor siga, efetivamente, este caminho em suas pesquisas.

---

<sup>23</sup> Nos dez tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil* o nome de Leopold Von Ranke aparece citado uma vez, no prefácio do tomo VI: “[...] cumprindo à letra o que diz Ranke, um dos iniciadores dos métodos científicos da história moderna [...]” (LEITE, 2006, Tomo VI, p. XII).

### 3.2.1. A concepção de história na *História*

A *História da Companhia de Jesus no Brasil* é uma obra ímpar na historiografia sobre os jesuítas no Brasil Colônia. Os dez tomos da obra são compostos de quase cinco mil e duzentas páginas e resultados de quase dezoito anos de trabalho em tempo integral de Serafim Leite. Quando a tomamos como fonte, é possível interpretar, a partir dela, algumas concepções presentes no pensamento de seu autor; dentre elas, a concepção de História.

Embora não tenha escrito um tratado sobre método, os prefácios da *História* apresentam algumas indicações sobre a metodologia empregada na pesquisa histórica de Serafim Leite. Sua análise é, nesse sentido, imprescindível para se interpretar o pensamento do autor. O mais longo e mais elucidativo destes prefácios é aquele que abre o primeiro tomo da obra. Nele, o autor apresenta a ideia de projeto que tinha para a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, os pressupostos que norteariam seu pensamento e suas investigações, as justificativas de seu trabalho e indicações do método de pesquisa por ele adotado.

Se considerarmos a *História da Companhia de Jesus no Brasil* como um grande projeto de pesquisa desenvolvido por Serafim Leite, podemos analisá-lo a partir de alguns aspectos bastante comuns na pesquisa histórica. Em primeiro lugar em relação ao *tema*; já sabemos que a escolha pela temática da pesquisa não foi muito bem uma escolha, mas sim uma tarefa encomendada por seu superior na Companhia de Jesus. Podemos afirmar, outrossim, que, em certa medida, foi uma escolha entre duas opções disponíveis: escrever a história dos jesuítas no Brasil e escrever a história dos jesuítas no Oriente, na Antiga Assistência de Portugal. A opção pela primeira, por afinidade do autor que vivera no Brasil, poderia revelar um conflito com a regra do método rankiano de que deve existir neutralidade do pesquisador na escrita da história. Não no entendimento do autor estudado:

Preferiu-o, porque, amando entranhadamente o Brasil, onde passou, secular, os melhores anos da sua juventude, julgou que esse conhecimento direto lhe facilitaria a interpretação de certos pormenores da evolução do Brasil, ao passo que a sua qualidade

de português o levaria a interpretar, igualmente com justiça, a atividade de sua Pátria na colonização do Brasil. Entre estas duas tendências do coração, procurou o equilíbrio da verdade, sobreposto a paixões irredutíveis. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XI).

É interessante observar que o autor, logo no início da obra, em sua apresentação, afirma que motivações de caráter subjetivo o levaram a optar pelo estudo da história da Companhia de Jesus no Brasil: o fato de ser português e o fato de conhecer o Brasil, onde passou “os melhores anos da sua juventude”. Mas, em sua visão, tal inclinação *subjetiva* não seria um impedimento para o conhecimento *objetivo* da “verdade”.

Outro aspecto importante em todo trabalho de pesquisa histórica é a justificativa da relevância do objeto de estudo. Geralmente o pesquisador tenta responder ao seguinte questionamento: por que é importante estudar isto que estou estudando? No caso específico da pesquisa realizada por Serafim Leite, o autor apresenta o argumento de um importante intelectual brasileiro, considerado por ele, como o maior historiador brasileiro até então: João Capistrano de Abreu (1853-1927).

Disse um dia Capistrano de Abreu, que seria presunçoso quem quisesse escrever a história do Brasil, sem se escrever antes a história da Companhia de Jesus no Brasil. Já lá vão mais de 30 anos. A afirmação do maior historiador brasileiro vale, ainda hoje, apesar dos grandes passos dados depois dela, não só para a história orgânica, em si, inexistente até agora, como para a documentação que pressupõe [...]. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XIV).

A afirmação de Capistrano de Abreu à qual Serafim Leite se referiu, encontra-se na obra *Capítulos de História Colonial*, de 1907. Nela, o autor afirmava que no atual estado de conhecimentos sobre o passado colonial, em especial da atuação dos jesuítas, seria impossível determinar, com precisão, qual teria sido a influência das atividades jesuíticas no Brasil. Por isso, uma história da Companhia de Jesus no Brasil era, em sua opinião, obra urgente:

Durou duzentos e dez anos a sua atividade em nossa terra, e sua influência deve ter sido considerável. Deve ter sido, porque no atual estado de nossos conhecimentos é impossível determiná-la

com precisão. No tempo de sua prosperidade publicaram apenas a redundante, deficiente e nem sempre fidedigna crônica de Simão de Vasconcelos, que vai só de 1549 a 1570. O que se encontra nas crônicas gerais, ânuas e outras publicações reduz-se às poucas páginas reunidas por A. H. Leal na *Rev. Trim. do Inst. Hist.* Biografias como as de Anchieta, Almeida, Vieira, Correia, pouco adiantam. Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil. (CAPISTRANO DE ABREU, 1907, p. 98).

O mesmo Capistrano de Abreu foi citado na primeira notícia publicada no Brasil sobre o lançamento do primeiro tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Esta notícia, publicada na *Secção Varia do Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, em 04 de agosto de 1938, além de trazer elogios ao trabalho de pesquisa de Serafim Leite, utilizava como justificativa para a relevância da obra, o seguinte argumento:

Disse Capistrano de Abreu, o nosso maior historiador, que a história do Brasil não poderia ser escrita antes da história da Companhia de Jesus no Brasil. Sabia porquê. Os documentos, poucos e esparsos, de tão preciosos, davam idéia do que seria o manancial dos arquivos selados da Companhia [...]. (LEITE, 2006, Tomo II, Apêndice I).

Embora não seja o objeto desta tese, é imperioso analisar mais detidamente o significado do uso de uma afirmação do historiador Capistrano de Abreu, datada de 1907, como justificativa para os estudos desenvolvidos por Serafim Leite. O historiador é tomado como uma autoridade e, nesse sentido, suas palavras servem para justificar o mérito da obra que começava a ser publicada em 1938. De fato, João Capistrano de Abreu é um intelectual importante e influente no desenvolvimento da historiografia brasileira, conforme assinalou, por exemplo, Falcon (2011).

Capistrano, de uma maneira geral, optou por abordagens inovadoras ou pouco comuns, tanto do ponto de vista dos temas escolhidos quanto em termos dos problemas por ele levantados. Quanto aos métodos, ampliou as exigências da crítica histórica, o rigor da análise documental. Trata-se, no entanto, de conquistas



ou avanços lentos, progressivos, que só se cristalizariam de fato em começos do século XX, o que não lhes retira, certamente, o caráter inovador. (FALCON, 2011, p. 159).

As referências aos trabalhos de Capistrano de Abreu na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, não se reduzem ao prefácio do primeiro tomo. Muito pelo contrário: Serafim Leite nutria uma grande simpatia pelos escritos de Capistrano e, certamente, por sua forma de escrita da história, marcada, em sua fase mais madura, pelo rigor da análise documental. Apenas para exemplificar, no tomo I, seu nome é citado vinte e seis vezes; no tomo II, vinte e sete vezes.

Além de justificar o trabalho, é necessário informar os pressupostos que norteiam uma determinada pesquisa histórica. Assim, Serafim Leite dedica uma boa parte do prefácio do primeiro tomo para discutir alguns destes pressupostos de seu trabalho. Um deles é o entendimento que o autor dá para a ciência histórica.

Para iniciarmos a discussão deste método de escrita da história defendido por Serafim Leite, o ponto de partida pode ser o entendimento que o autor tem para História e para a função daquele que a escreve, isto é, o historiador. Para ele, “[...] a História pretende ser, simplesmente, a Verdade.” (LEITE, 2006, Tomo I, p. XVI). E ela, a verdade, somente pode ser atingida por meio da ação do historiador. A respeito disso, no Prefácio ao Tomo I, Leite se questiona se o fato de ser um padre da Companhia de Jesus não poderia prejudicar os resultados de sua pesquisa. Seu argumento – que se utiliza de elementos da lógica formal – é de que não, e muito pelo contrário: ninguém melhor do que um brasileiro para escrever a história do Brasil, ninguém melhor do que um português para escrever a história de Portugal, assim como ninguém melhor do que um jesuíta português que viveu no Brasil, para escrever a história da atuação da Companhia de Jesus no Brasil, no período da antiga Assistência de Portugal. Nesse sentido, mesmo que existam interpretações diversas da sua (condicionada pelo fato de ser jesuíta, português, que viveu no Brasil) existe uma garantia de objetividade: o documento.

Outros, que tenham ideias opostas à nossa civilização, que é afinal a civilização brasileira, poderão tirar consequências inversas. Mas damos uma garantia. Se em toda história humana há o elemento subjetivo, há também a objetividade do documento,

que pode ser dissecado e visto por todos com absoluta independência. No nosso caso, poder-se-á ver, entre outras coisas, que fugimos ao ditrambo e nos abstermos muitas vezes de por em relevo fatos, que têm sido muito mais encarecidos por escritores alheios à Companhia. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XIV).

A respeito desta possível subjetividade, condicionada pelos elementos anteriormente citados, Serafim Leite afirma estar convicto de não ter omitido nada por ser desagradável à Companhia de Jesus, nem de ter modificado o conteúdo dos documentos de maneira proposital. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XV). Nota-se, pois, uma ênfase acentuada na importância que têm os documentos na perspectiva da escrita da História para o autor.

Em trecho posterior, Serafim Leite apresenta um novo elemento conceitual, que contribui para sua definição de História: o conceito de *história científica*. Ela “[...] é e há de ser sempre, as datas e os homens, com a sua múltipla atividade no tempo e no espaço. Mediante investigação rigorosa, procura desprender de tudo, com nitidez, a linha geral dos acontecimentos [...]” (LEITE, 2006, Tomo I, p. XVI).

A ideia aqui apresentada é de que a história lida com homens no tempo e no espaço, buscando uma linha geral dos acontecimentos (na maioria das vezes cronológica). Em outras palavras, o autor afirma que sua *história científica*, guiada por um critério positivo, procurou em sua elaboração, interpretar ao longo do período de atuação dos padres da Companhia de Jesus, as condições mesológicas, antropológicas e sociais do Brasil.

Retornemos, contudo, à função do historiador para Serafim Leite. Aquele que pesquisa e escreve é responsável por substituir os símbolos pela História (aqui entendida, como se viu, como a “Verdade”). O povo na sua mentalidade, simples e sintética (senso comum) apaga o contorno dos fatos e os agrupa em torno de uma figura histórica ou de um episódio, transformando-o em um símbolo. E são estes símbolos, que devem ser substituídos pela História, trabalho do historiador; ele pega os documentos e inicia, de maneira sistemática, a redistribuição necessária, atribuindo a diversas pessoas e lugares, os fatos absorvidos pelo símbolo. Assim, a história pode, muitas vezes, causar o

desagrado de alguns, já que por meio dela, vez ou outra, ideias feitas podem ser desfeitas:

Um das vezes a idealização dá para concentrar num homem a glória de muitos. No Brasil, Anchieta. Outras vezes a divagação, como depois da perseguição pombalina e das calúnias impunes contra a Companhia (impunes, porque, pela dissolução e prisão, lhe foi impedida a defesa), dá para fazer do Jesuíta um homem de malas artes. Símbolo bom, símbolo mau! Ambos fictícios! A verdade mata a ficção. A revisão das fontes históricas refaz as mentalidades. É preferível assim. O símbolo, bom ou mau, é sempre uma falsificação [...]. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XV-XVI).

A história como ciência – e o conhecimento por ela produzido – têm uma função bastante clara: substituir as falsificações pela verdade dos fatos. Mas com qual propósito? O autor compreende que, nesse processo de desmistificação empreendido pelo historiador, cumpre-se um processo pedagógico:

A história de um período ou instituição fundamental dele, faz-se não para lamentar o ter sido, e já não ser. Nem haveria nisso vantagem. A vida é movimento, e o movimento seguinte já não é o movimento anterior. Contudo, se a vida prospera e se desenvolve (e o Brasil desenvolveu-se magnífica e maravilhosamente), é sempre encanto e lição ver o caminho trilhado e confrontar o ponto de chegada com o ponto de partida. (LEITE, 2006, Tomo III, p. X).

Ao adotar como linha-mestra a necessidade de produção de uma *história científica*, Serafim Leite entende que o historiador não pode ser um literato, um simples esteta. O rigor da história não se contenta com narrações literárias; ao contrário, necessita de rigor científico e exige demonstração do que se afirma. Esse rigor, a necessidade de demonstração científica, pode ser entendido como uma influência da escola alemã, isto é, da chamada história metódica. Sua escrita seria marcadamente descritiva em função desta visão.

O rigor se alcança, por assim dizer, por meio de uma clara orientação e organização do próprio trabalho: a definição do tema, a justificativa de sua escolha, o estabelecimento de objetivos, a consulta e análise da documentação disponível e a redação do texto. De acordo com os pressupostos rankianos,

veremos que Serafim Leite confere uma importância muito significativa aos documentos.

A procura pela verdade na história escrita por Serafim Leite é premissa para seu trabalho. O autor acredita que é possível encontrá-la e reproduzi-la. Como? Por meio da análise de suas fontes. Assim, não apenas no prefácio do primeiro tomo, mas em todos os outros prefácios, houve uma preocupação em apresentar as fontes utilizadas para a redação do texto, bem como a relação de arquivos consultados, dentre os quais, o Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum Societatis Iesu Romanum*) e vários outros arquivos europeus em Portugal, Espanha, Itália, França, Bélgica e Holanda. A respeito dos arquivos brasileiros consultados, Serafim Leite concluiu que sofreram atentados e que muita documentação se perdeu ou se encontra extraviada; documentação que poderia ser muito útil: “Descuidos dos próprios jesuítas, cupim, naufrágios, a invasão holandesa, e, sobretudo, a perseguição pombalina produziram efeitos catastróficos para a cultura histórica do Brasil.” (LEITE, 2006, Tomo I, p. XIV).

Após o levantamento e a consulta da documentação disponível, o próximo passo da pesquisa é a redação do texto. Para isso, é preciso organizar o conhecimento de forma a lhe dar um sentido na forma escrita. Assim, segundo Serafim Leite, para esta organização, três caminhos podem ser seguidos, a saber: o cronológico, o ideológico ou o geográfico. Como base, o autor adotou a cronologia, sendo que os dois primeiros tomos da História da Companhia de Jesus no Brasil tratam do século XVI e os demais tomos tratam dos séculos XVII e XVIII. Contudo, no interior de cada um dos tomos, foram adotados critérios de seleção geográficos e ideográficos, para a discussão dos temas.

Em relação à periodização, embora Serafim Leite afirme que adota como base a cronologia para seu estudo, isto é, o encadeamento sucessivo de acontecimentos, organizados num tempo linear e progressivo, sua divisão não seguiu os ciclos rotineiros de então (1500-1580; União Ibérica e assim por diante). Por sinal, o período da união das duas coroas (1580-1640) não é bem visto pelo *português* Serafim Leite, que aproveita a oportunidade, no prefácio do primeiro tomo, para afirmar sua nacionalidade e a distinção de seu povo e nação em relação aos espanhóis:

Não nos pareceu útil dividir a História da Companhia de Jesus no Brasil nos ciclos rotineiros: 1500-1580, domínio espanhol, etc. A fatalidade, que uniu as duas coroas de Portugal e Castela na mesma cabeça real, quase não teve repercussão no Brasil, senão no sentido de aportuguesar ou abrasileirar mais a Colônia e alargar as suas fronteiras. Concitou também contra ela os ódios dos inimigos de Espanha. Mas isto foi ainda um elemento de robustecimento da consciência luso-brasileira, repelindo com os próprios recursos a agressão estranha. O sentimento nacional português, malferido na Europa, lançou raízes livres na América. Lá não houve solução de continuidade. (LEITE, 2006, Tomo I, p. XVII-XVIII).

O discurso contido neste trecho apresenta a ideia de que a União Ibérica foi uma fatalidade e que quase não teve repercussão no Brasil, a não ser pelo fato de *aportuguesar ou abrasileirar* a então Colônia. Isso merece atenção. O termo União Ibérica é utilizado para designar a anexação de Portugal pela Espanha no período que se estende de 1580 a 1640. Foi cunhado e é utilizado muito mais pelos espanhóis do que pelos portugueses, que preferem denominar o período de Dominação Filipina. Os acontecimentos que levaram à união das duas coroas tiveram início a partir da crise de sucessão real em Portugal, com o desaparecimento do rei D. Sebastião em Alcácer Quibir, no Marrocos, em 1578. D. Sebastião, aos 24 anos de idade, não havia deixado herdeiros para o trono, de modo que o reino ficou a cargo de seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. Este, por sua vez, diante da crise que se instalou, chegou até mesmo a solicitar ao papa dispensa dos votos de castidade para que pudesse gerar um legítimo herdeiro para a Coroa. Nesse ínterim, enquanto esperava por uma decisão de Roma, aconteciam disputas pela nomeação de um sucessor: D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, filho ilegítimo do infante D. Luís e Felipe II, rei da Espanha, neto mais velho de D. Manuel. Sem uma solução, após a morte de D. Henrique, em 31 de janeiro de 1580, D. Antônio, apoiado por seu exército, foi aclamado rei, em 24 de junho. Dois meses mais tarde, em 25 de agosto de 1580, tropas espanholas, com cerca de 20 mil homens comandados pelo duque d'Alba, tomaram Alcântara, expulsando o reduzido exército de D. Antônio e anexando

Portugal à Espanha. Para os portugueses, isso significou ultraje e humilhação.<sup>24</sup> (VAINFAS, 2001, p. 571).

Se para os portugueses, a perda de sua autonomia durante os 60 anos de domínio espanhol significou ultraje e humilhação, pode-se perceber que o discurso de Serafim Leite, ao minimizar os efeitos e a repercussão da união das duas coroas no Brasil, é, ao mesmo tempo, um discurso que pretende minimizar um passado vergonhoso. Por mais que o autor afirmasse que o fato de ser *jesuíta, português e que viveu no Brasil*, não seria um impedimento para a isenção em sua pesquisa, fica explícito neste exemplo, que a obra de um autor está, evidentemente, condicionada por elementos dos mais diversos, especialmente pelo lugar que este autor ocupa na sociedade.

Retornemos à organização que Serafim Leite deu para *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Um olhar a respeito de sua estrutura interna nos permite perceber elementos de periodização e divisão dos assuntos tratados na obra, o que nos facilita visualizar o conceito de história do autor em seu principal trabalho.

Em geral, cada um dos tomos da *História* adota o mesmo padrão de divisão dos assuntos. Como Wrege (1993) apontou, os tomos de I a VII são aqueles que contêm a história, propriamente dita, dos jesuítas no Brasil Colônia; eles se apresentam divididos em livros e cada um dos livros é dividido em capítulos; no final, apresentam apêndices, índices de nomes e estampas e um índice geral do tomo. Os tomos VIII e IX são suplementos biobibliográficos com informações de todos os escritores jesuítas do período pesquisado por Serafim Leite; finalmente, o último tomo é um índice geral da obra, elemento do qual não pode prescindir um trabalho como o dele.

---

<sup>24</sup> Ao longo do período da União Ibérica, o império teve três reis: Filipe II de Espanha (I de Portugal), Filipe III de Espanha (II de Portugal) e Filipe IV de Espanha (III de Portugal). Filipe II foi bastante hábil politicamente, pois, ao saber do desaparecimento de D. Sebastião no Marrocos, infiltrou agentes entre a nobreza portuguesa e passou a oferecer cargos em troca de apoio político caso Portugal viesse a ser anexado pela Espanha, como de fato aconteceu. Isso lhe garantiu certa aceitação por parte da nobreza portuguesa após a ocupação de Alcântara pelas tropas espanholas. Além disso, o rei também garantiu, diante do clima de tensão social, que a autonomia portuguesa seria respeitada; esta garantia começaria a ser desrespeitada com os reinados de seus sucessores, especialmente de Filipe IV, o que acabou contribuindo para a restauração portuguesa em 1640. O período ficou marcado pelo crescimento do fenômeno do sebastianismo, isto é, pela expectativa da volta de um rei salvador para libertar Portugal do domínio castelhano. Veja-se mais sobre o tema em Eduardo d'Oliveira França (1997) e Rodrigo Bentes Monteiro (2002).

O critério utilizado pelo autor para realizar a divisão e a organização da obra é a cronologia. Serafim Leite dividiu por períodos a sua narrativa sobre os jesuítas na então colônia portuguesa. Os tomos I e II tratam do século XVI. Os demais tomos tratam dos séculos XVII e XVIII. Mas, ao critério cronológico, o autor acrescentou outros, geográficos e ideográficos. Assim, em cada século, o autor procurou tratar primeiramente dos aspectos relativos ao estabelecimento geográfico dos jesuítas e posteriormente da obra que os padres desenvolveram na região em que se estabeleceram.

Os dois primeiros tomos da obra tratam do século XVI, o chamado período heróico da Companhia de Jesus nos domínios portugueses na América. O primeiro (Século XVI – O estabelecimento) é composto de cinco livros mais apêndices. Serafim Leite inicia o primeiro livro apresentando pressupostos históricos da atuação jesuítica – a estrutura e o funcionamento da Ordem. Em seguida, sua discussão versa sobre os primeiros jesuítas que começaram a chegar ao Brasil juntamente com o primeiro Governo Geral, em 1549; Leite aborda a fundação dos primeiros colégios e a vinda de meninos órfãos para o Brasil. Ênfase especial é conferida pelo autor, já no segundo livro, aos meios de subsistência necessários aos padres jesuítas que se instalaram no Brasil no século XVI; nesse aspecto, são discutidas questões relacionadas às dotações reais, à posse de terras e criação de gado, entre outras. O primeiro tomo se encerra com mais três livros: o terceiro, intitulado *A caminho do sul*, trata da chegada dos jesuítas nas capitanias de São Jorge dos Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente; este livro trata também da fundação de São Paulo de Piratininga e da missão dos jesuítas portugueses no Paraguai. O quarto livro trata exclusivamente do Rio de Janeiro: a conquista e fundação da cidade, o estabelecimento da Companhia nesse território, e as fontes de receita. O quinto e último livro do tomo I versa sobre os jesuítas rumo ao norte, em Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Assim como o primeiro, o segundo tomo (Século XVI – A Obra) da *História da Companhia de Jesus no Brasil* é composto de cinco livros mais apêndices. Depois de discutir cronologicamente como se estabeleceram os jesuítas no Brasil ao longo do século XVI, Serafim Leite apresenta uma análise da atuação, isto é, da obra da Companhia de Jesus nesse mesmo período. Dessa maneira, o

primeiro livro discute a catequese e os aldeamentos; o segundo discute a colonização, no qual Serafim Leite aborda, por exemplo, a questão da liberdade dos índios; o terceiro livro, intitulado *Ministérios*, aborda os primeiros ministérios dos jesuítas no Brasil e a assistência religiosa prestada pela Companhia de Jesus; o livro quarto é destinado ao regime interno da Companhia de Jesus, no qual o autor apresenta, entre outras coisas, o processo de formação de um padre jesuíta no Brasil Colônia, o governo da Província do Brasil e as relações dos jesuítas com o clero e outros prelados. O último livro do tomo II analisa as ciências, letras e artes dos jesuítas, no século XVI, no Brasil; entre os principais temas nesse livro, encontram-se as manifestações literárias, as ciências médicas e naturais, a introdução do teatro, entre outros.

O tomo III (Século XVII-XVIII – Norte- 1 – Fundações e Entradas) se divide em quatro livros que tratam do estabelecimento dos padres da Companhia de Jesus no Ceará, no Maranhão, no Pará e no Amazonas, ao longo dos séculos XVII e XVIII. O tomo IV (Século XVII-XVIII – Norte- 2 – Obra e assuntos gerais) é dividido em cinco livros e versa sobre o mesmo tempo e espaço geográfico do tomo anterior, mas trata da obra jesuítica naquelas regiões e naquele tempo. Os cinco livros são assim intitulados: *A magna questão da liberdade, Aldeamento e catequese dos índios, O grave assunto das subsistências, Regime interno e apostolado externo e Ciências, letras e artes.*

O tomo V (Século XVII-XVIII - Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais) é dividido em três livros que são intitulados *Baía, Pernambuco e Nordeste*. O tomo VI (Século XVII-XVIII – Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé – Estabelecimentos e assuntos locais) se divide em cinco livros, assim intitulados: *Rio de Janeiro, Espírito Santo, Capitânicas do Oeste, São Paulo e Ao sul até o Rio da Prata*. Por fim, o tomo VII (Século XVII-XVIII – Assuntos gerais), aquele que conclui a *História* em seu plano orgânico, é composto de quatro livros: *O governo da Província, O magistério de dois séculos, Aspectos peculiares do Brasil, Perseguição e sobrevivência.*

O quadro a seguir facilita a visualização do conteúdo de cada tomo; apresentamos apenas o título dos livros de cada um dos tomos, para que se possa ter uma visão de conjunto da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Por meio de sua análise, é possível verificar de que maneira Serafim Leite



organizou seu pensamento, a partir dos critérios cronológico, geográfico e ideográfico.

<i>História da Companhia de Jesus no Brasil – conteúdo dos dez tomos</i>		
Tomo I	Século XVI – O estabelecimento	Livro Primeiro: A empresa do Brasil Livro Segundo: Meios de subsistência Livro Terceiro: A caminho do sul Livro Quarto: Rio de Janeiro Livro Quinto: Rumo ao norte
Tomo II	Século XVI – A obra	Livro Primeiro: Catequese e aldeamentos Livro Segundo: Colonização Livro Terceiro: Ministérios Livro Quarto: Regime interno da Companhia Livro Quinto: Ciências, letras e artes
Tomo III	Século XVII-XVIII – Norte-1 – Fundações e Entradas	Livro Primeiro: Ceará Livro Segundo: Maranhão Livro Terceiro: Pará Livro Quarto: Amazonas
Tomo IV	Século XVII-XVIII – Norte-2 – Obra e assuntos gerais	Livro Primeiro: A magna questão da liberdade Livro Segundo: Aldeamento e catequese dos índios Livro Terceiro: O grave assunto das subsistências Livro Quarto: Regime interno e apostolado externo Livro Quinto: Ciências, letras e artes
Tomo V	Século XVII-XVIII – da Baía ao Nordeste – estabelecimentos e assuntos locais	Livro Primeiro: Baía Livro Segundo: Pernambuco Livro Terceiro: Nordeste
Tomo VI	Século XVII-XVIII – do Rio de Janeiro ao Prata e Guaporé – estabelecimentos e assuntos locais	Livro Primeiro: Rio de Janeiro Livro Segundo: Espírito Santo Livro Terceiro: Capitânicas do oeste Livro Quarto: São Paulo Livro Quinto: Ao sul até o Rio da Prata
Tomo VII	Século XVII-XVIII –	Livro Primeiro: O governo da Província

	Assuntos gerais	Livro Segundo: O magistério de dois séculos Livro Terceiro: Aspectos peculiares do Brasil Livro Quarto: Perseguição e sobrevivência
Tomo VIII	Escritores: de A a M – Suplemento biobibliográfico – I	Primeira parte do suplemento que apresenta uma nota biográfica e uma relação dos textos de cada escritor jesuíta.
Tomo IX	Escritores de N a Z – Suplemento biobibliográfico – II	Segunda parte do suplemento que apresenta uma nota biográfica e uma relação dos textos de cada escritor jesuíta.
Tomo X	Índice geral	Índice geral dos dez tomos

Por meio da análise da estrutura e organização internas da principal obra produzida por Serafim Leite, é possível afirmar que o autor entendia que para narrar a história era preciso seguir uma linha cronológica. Assim, percebemos pela divisão temporal dos tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*: os acontecimentos são narrados linear e cronologicamente – do século XVI ao século XVIII. É possível afirmar que à cronologia devem se acrescentar os elementos geográficos: Serafim Leite inicia a obra com a ocupação jesuítica na Bahia, em Salvador, quando em 1549 os primeiros jesuítas chegaram com a expedição que trouxe Tomé de Sousa (1503-1579), o primeiro governador geral do Brasil, e, a partir daí, o autor desenvolve uma narrativa que descreve a ocupação jesuítica que foi se estabelecendo na colônia, tanto para o norte quanto para o sul e, posteriormente, para oeste, atingindo além do litoral, as terras do interior da colônia.

Sobre a organização da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, existe outro aspecto que chama a atenção. Geralmente, atribui-se como uma das práticas da historiografia tradicional uma valorização de algumas figuras históricas, num processo que poderíamos denominar como construção de heróis. Embora Serafim Leite tenha afirmado que o papel da história é substituir os símbolos pela verdade, existe na *História* uma valorização de determinadas figuras que são consideradas segundo o papel que desempenharam na colonização e em cada momento da presença jesuítica no Brasil. Nesse sentido, o

primeiro tomo, que trata de questões relativas ao estabelecimento da Ordem no Brasil, é aberto com a imagem de Manuel da Nóbrega (1517-1570), considerado por Serafim Leite, o maior político do Brasil. O segundo tomo, no qual se discute a obra jesuítica no século XVI, abre-se com a imagem de José de Anchieta (1534-1597), “apóstolo do Novo Mundo”, visto como a personificação das atividades jesuíticas ao longo do século XVI na América Portuguesa. Da mesma maneira, o tomo III, dedicado ao estabelecimento da Companhia de Jesus da Baía ao Nordeste, traz como imagem de abertura, a figura do padre Luiz Figueira (1575-1643), fundador da missão do Maranhão e do Grão-Pará. O tomo IV, dedicado à obra jesuítica no Norte e à questão da liberdade dos índios, traz como imagem de abertura o padre António Vieira (1608-1697). Já no tomo V, a figura histórica exaltada na abertura é o padre Alexandre de Gusmão (1629-1724) fundador do seminário de Belém da Cachoeira, um dos grandes pedagogos da Companhia de Jesus. O tomo VI, por sua vez, abre-se com o fundador da Ordem, Santo Inácio de Loyola (1491-1556). O tomo VII é aberto com a imagem do padroeiro das Missões do Mundo Português, São João de Brito (1647-1693). Os tomos VIII e IX, de conteúdo biobibliográfico, são abertos com uma cópia de uma imagem de uma biografia do padre João de Almeida (1572-1653), escrita por Simão de Vasconcelos (1596-1671), um dos grandes cronistas da Companhia de Jesus, e com o padre Vieira, novamente, talvez o maior escritor entre os jesuítas no Brasil. O último tomo, índice geral da obra, abre-se com uma imagem da medalha comemorativa recebida por seu autor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1949, como homenagem do instituto a Serafim Leite, pela conclusão de seu estudo.

Estes exemplos acima citados mostram um pouco da organização do pensamento de Serafim Leite: em cada época da atuação jesuítica, o autor destaca uma figura histórica da Companhia com atuação mais política e outra figura com uma atuação mais missionária ou religiosa, por assim dizer.

As dedicatórias do trabalho merecem destaque; elas são indicações dos espaços intelectuais freqüentados pelo autor da *História*, no período em que redigia seu estudo. O tomo I é dedicado a Afrânio Peixoto, grande incentivador, amigo de Serafim Leite, intelectual que seria lembrado muitas outras vezes nos escritos do padre. O tomo II é dedicado ao Brasil, na véspera do centenário da

fundação de Portugal (1139-1939) e antevéspera da fundação da Companhia de Jesus (1540-1940). O tomo III, por sua vez, é dedicado à Academia Brasileira de Letras, instituição da qual faziam parte alguns dos principais intelectuais brasileiros do período, e que foi bastante incentivadora dos trabalhos de Serafim Leite. Rodolfo Garcia, por exemplo, ao lado de Afrânio Peixoto, solicitaram ao ministro da educação, Gustavo Capanema, a publicação dos tomos III a X da *História*, pelo Instituto Nacional do Livro. O tomo IV, Serafim Leite dedicou à memória do pai, morto em terras brasileiras no começo do século XX. O quinto tomo é dedicado a Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), intelectual, membro da Academia Brasileira de Letras, que fez uma doação à biblioteca da Casa de Escritores dos Jesuítas Portugueses, da coleção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, uma das fontes da *História*. O sexto tomo é dedicado ao padre Cândido Mendes, superior de Serafim Leite, que lhe deu a tarefa de redigir a *História*. O sétimo tomo é dedicado às cidades de Salvador da Baía, São Paulo de Piratininga e São Sebastião do Rio de Janeiro, unidas em sua fundação por Nóbrega. O oitavo e nono tomos não têm uma dedicatória especificamente, mas apenas uma comemoração de três centenários (1549-1949): da instituição do Governo Geral no Brasil, da chegada da Companhia de Jesus no Brasil e da fundação da cidade de Salvador. O último tomo é dedicado a José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), que havia sido interventor federal, em São Paulo, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Neste momento devemos procurar sintetizar as informações que discutimos até aqui, sobre o conceito de história no pensamento de Serafim Leite, de modo a podermos avançar em nosso estudo. Podemos afirmar que Serafim Leite considera que a história é uma ciência, que conquista sua cientificidade por meio do rigor metodológico na pesquisa. Como pressuposto para o historiador está a ideia segundo a qual a história existe e o passado, como objeto do conhecimento histórico, pode ser narrado como de fato aconteceu, desde que bem fundamentado em farta documentação. O documento é, por sinal, o que garante a objetividade, pois, mesmo que existam elementos subjetivos, a verdade pode ser alcançada pelos documentos. A história é vista como os acontecimentos humanos, as ações dos homens na sociedade, ao longo do tempo; sua narrativa

deve seguir elementos cronológicos, geográficos ou ideográficos e tem como função primordial destruir os símbolos, que são falsificações, e toda falsificação é prejudicial à sociedade. Assim sendo, o trabalho do historiador é substituir os símbolos pela história, entendida como a verdade. Uma visão de acordo com os pressupostos da historiografia científica, de inspiração rankiana.

É importante ressaltar que Serafim Leite esteve atento aos procedimentos da pesquisa histórica que, desenvolvidos e difundidos por Leopold Von Ranke, serviram ao propósito de conferir à História o *status* de ciência. Sua preocupação, como defensor dos jesuítas, era transmitir credibilidade naquilo que escrevia, para que não restassem dúvidas de que a história dos jesuítas publicada por ele diferenciava-se das histórias dos jesuítas publicadas nos séculos anteriores. Não que as primeiras (em geral as crônicas e biografias dos séculos XVI a XIX) tivessem faltado com a verdade; apenas não estavam fundamentadas em um método seguro, pois não existia o rigor para se pesquisar e escrever história. Em outras palavras: mesmo ao empreender uma defesa da atuação jesuítica na colonização do Brasil, Serafim Leite procura garantir ao leitor que sua obra é imparcial, pois está fundamentada em procedimentos modernos de pesquisa histórica.

Como homem de seu tempo, Serafim Leite produziu história segundo os parâmetros que em sua época eram tidos por muitos historiadores como certos. Vale lembrar que as críticas a um modelo tradicional de escrita da história, comumente chamado de história positivista, começaram a ganhar força na França, no princípio dos anos de 1930, com a fundação da revista dos *Annales*. Este grupo seria responsável por liderar uma verdadeira revolução francesa na historiografia,<sup>25</sup> o que, evidentemente, não se passou da noite para o dia.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> O termo *revolução francesa da historiografia* é tomado emprestado aqui da obra de Peter Burke (1997). Sobre a história do grupo conhecido como *Escola dos Annales* existem vários estudos, dentre os quais podemos citar, em perspectivas opostas, o próprio Burke (1997) e também François Dosse (1992).

<sup>26</sup> As críticas à historiografia tradicional, da qual Serafim Leite poderia ser visto como um representante, não foram realizadas somente pelos *Annales* a partir dos anos 1930. Na verdade, desde fins do século XIX já existiam críticas ao modelo rankiano, conforme podemos perceber nos escritos de Jacob Burckhardt, François Simiand e outros, que criticavam a ênfase conferida pelos historiadores metódicos aos aspectos políticos da história. Estudioso do Renascimento, Burckhardt, por exemplo, entendia que a história era um campo em que três forças interagiam: o Estado, a Religião e a Cultura. (BURKE, 1997).

Um dos aspectos mais enfatizados na historiografia tradicional eram as questões políticas. Como seguidor dos princípios do método rankiano, seria de se supor que sua obra fosse destinada então, a uma história política, ou que, ao menos, compreendesse as questões políticas como norteadoras da própria história dos homens. Não é o que se percebe pela análise de seus textos. Nesse sentido, apesar desta visão que podemos definir, assim como fizeram Raquel Wrege (1993) e Livia Pedro (2008), como de inspiração rankiana, dita positivista, deve-se considerar o fato de que Serafim Leite era um padre; isso significa que sua visão de mundo marcada pelo catolicismo influenciaria na sua concepção de história e na produção de seus escritos. Por isso, é preciso analisar o pressuposto geral de sua obra que, no que diz respeito ao processo de formação do Brasil, é a influência religiosa.

#### **4. SERAFIM LEITE: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E RELIGIÃO**

Na condição de padre da Companhia de Jesus, Serafim Leite apresenta como uma das marcas de seu pensamento sobre a história dos jesuítas na América Portuguesa, a influência religiosa. Sua visão sobre história, marcada, como vimos, pelo método rankiano, enfatiza muito mais os aspectos religiosos da colonização do Brasil do que os aspectos políticos. Nesse sentido, apesar de ser possível classificá-lo como um historiador metódico, o autor foge à regra no que diz respeito ao sentido geral da história que, para aqueles historiadores, encontra seus fundamentos nos acontecimentos políticos e para Serafim Leite, por sua vez, encontra seus fundamentos na religião. Isto deve ser compreendido considerando-se todo o processo, abordado no primeiro capítulo desta tese, de formação intelectual do autor, que era um intelectual católico, sacerdote, membro de uma Ordem religiosa bastante tradicional e controversa no interior da Igreja Católica.

Neste capítulo, primeiramente, ao estudarmos os conceitos de educação e sociedade no pensamento de Serafim Leite será possível discutir, por meio da análise de alguns de seus escritos, como o seu discurso era marcado por essa ideia da influência religiosa na formação do Brasil. Como veremos, em sua visão, foi a influência do catolicismo e, em especial, da Companhia de Jesus, a responsável por garantir uma sociedade homogênea em termos linguísticos e religiosos. Em seguida, analisaremos a forma como a historiografia da educação no Brasil tem se relacionado com os escritos de Serafim Leite. Isto implica percorrer a consolidação da área como disciplina e campo de pesquisa, ao longo do século XX, especialmente. Permite-nos perceber que os estudos sobre a educação durante o período de colonização portuguesa na América constituem-se numa das temáticas menos pesquisadas pelos historiadores da educação brasileira. Em consequência, os textos de Serafim Leite continuam sendo lidos por poucos pesquisadores, que nem sempre estão atentos às especificidades de sua obra intelectual e de seu pensamento.

#### 4.1. A influência religiosa no pensamento de Serafim Leite

O sentido geral da colonização portuguesa na América na visão de Serafim Leite é a própria religião. O Brasil nasceu cristão segundo o autor. No primeiro contato com Portugal, já se plantou uma cruz; esta seria um símbolo e uma promessa. A semente cristã, porém, a ser plantada nestas terras chegou quase meio século mais tarde, com a instituição do Governo Geral e a chegada dos primeiros jesuítas. (LEITE, 1937). Esta ideia foi expressa por Leite em uma conferência no curso de férias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 8 de agosto de 1935. Mais tarde foi publicada em *Páginas de História do Brasil* e tinha o título: *Influência religiosa na formação do Brasil*. Um texto curto, mas que apresenta algumas informações significativas do pensamento de Serafim Leite.

Primeiramente, vejamos sobre a questão da predominância e importância da Companhia de Jesus. Ao afirmar que a semente da religião foi plantada no Brasil com os jesuítas a partir de 1549, Serafim Leite relegava a um plano secundário as demais Ordens religiosas e mesmo o clero secular, que aqui estiveram antes dos inicianos. Sobre a presença religiosa nos 49 anos que se estendem da chegada de Pedro Álvares Cabral e a vinda dos primeiros jesuítas, o autor escreveu que nesse período, alguns religiosos aportaram nas regiões de Santa Catarina e Porto Seguro, mas não deixaram vestígios de sua atividade apostólica, especialmente porque não aprenderam a língua dos índios. Além disso, o clero secular do Brasil compunha-se de padres que eram indesejáveis em Portugal e que haviam sido, de certa forma, obrigados a vir para o Brasil; faziam mais mal do que bem para a colonização e a conquista espiritual. Já em relação aos jesuítas, o pensamento era bem diferente: eles foram os pioneiros do movimento religioso e despertaram a nação para a civilização cristã:

Sem desconhecer o concurso dos demais, pode-se sem receio, emitir esta proposição exata: *a história da Companhia de Jesus no Brasil, no século XVI, é a própria história da formação do Brasil nos seus elementos catequéticos, morais, espirituais, educativos e em grande parte coloniais*. A contribuição de outros fatores



religiosos não modifica sensivelmente estes resultados. (LEITE, 1937, p. 14)

Em sua principal obra, Serafim Leite também apresenta a mesma ideia sobre a influência religiosa na formação do Brasil. O autor argumenta que, no momento em que a Europa, deslumbrada pelo fulgor do Renascimento, produziu a exaltação do homem e das nações, Portugal chegava ao Marrocos (1415) com o sentimento expresso de *servir*. O *serviço de Deus* foi, segundo o autor, a ideia norteadora da empresa de D. João I (1357-1433); isto teria alicerçado Portugal a sua glória, abrindo a era das grandes navegações e dos descobrimentos modernos. Entretanto, o chamado *serviço de Deus* não foi o único pensamento impulsionador dos descobrimentos: Portugal, comerciante por natureza, é marinheiro por predestinação; em todo caso, antes do império vinha a fé. Onde chegava a proa de um navio português, podia ou não chegar a espada, mas certamente chegava certamente a cruz. (LEITE, 2006, Tomo I, p. IX).

A leitura deste trecho permite compreender o pressuposto que nortearia o estudo realizado por Serafim Leite: a motivação das conquistas territoriais portuguesas no início da Modernidade foi a expansão da fé cristã. Ainda que existissem outros interesses, como os econômicos, por exemplo, a grande motivação portuguesa para suas aventuras marítimas foi mesmo o *serviço de Deus*. O autor, nesse sentido, apresenta a ideia norteadora da *História da Companhia de Jesus no Brasil*: a obra dos jesuítas no chamado Brasil Colonial é fruto de um projeto português, que aliado a interesses dos mais diversos, primava pela expansão da fé cristã.

Serafim Leite entende que o orgulho do Brasil é sua unidade de língua, de religião e de território. Esta tríplice unidade é um reflexo do método colonizador de Portugal, que na visão de Leite teve a conquista religiosa como prioridade. Assim, por meio da transmissão da religião, os jesuítas portugueses deram forma a uma nação que deveria se orgulhar de ter uma única religião, uma única língua e um grande território unificado. Um discurso que silenciava qualquer tipo de diversidade em nome da unidade. Além disso, pode-se afirmar que essa visão estava de acordo com a cultura histórica brasileira dos anos 1930; uma cultura de caráter nacionalista, herdeira e com apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):

[...] De cariz nacionalista essa “cultura histórica” floresceu durante o período do Estado Novo, mas sua gestão se iniciou no “Atelier do Catete”, logo que Getúlio Vargas assumiu o poder, contou com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e perdurou até a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1961. Para o bem ou para o mal, não importa, esse material historiográfico existe e desempenhou papel importante na formação de duas gerações de brasileiros, devendo, portanto, ser objeto de exame. (GUIMARÃES, 2011, p. 30).

O IHGB foi fundado em 1838, durante o Império, com a finalidade de ser uma instituição que refletisse a nação brasileira. Deveria ser um espaço de divulgação cultural e científica para a construção da nação, recém tornada independente, em 1822. Em seu sítio oficial afirma que:

Em 167 anos de profícua existência, tem-se caracterizado por atividades múltiplas, nos terrenos cultural e cívico, pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, à disposição do público, durante todo o ano, e pela realização de conferências, exposições, cursos, congressos e afins. (IHGB, *Resenha Histórica*, 2010)

Nomes importantes da política, magistratura, artes, magistério e outras atividades produtivas têm integrado o Quadro Social do Instituto desde sua fundação. Entre eles, vemos Serafim Leite.

Os escritos de Serafim Leite, bem como sua visão de história, podem ser vistos como herdeiros dessa tradição historiográfica iniciada no Brasil com o IHGB, que tinha como objetivo primordial dar um sentido à ideia de nação. É bem verdade, no entanto, que o objetivo principal de Serafim Leite ao escrever a história dos jesuítas na América Portuguesa não era constituir uma interpretação para o processo de formação da nação brasileira; seus trabalhos e seu discurso, entretanto, serviram e coincidiram com este processo.

Além disso, é importante observar que o contexto educacional do início dos anos de 1930 era favorável, no Brasil, para que um intelectual católico publicasse seus textos e obtivesse reconhecimento. Após um período de afastamento entre

Estado e Igreja Católica durante as três primeiras décadas do regime republicano, a partir dos anos de 1920 e, mais especificamente, a partir da instauração do governo provisório de Getúlio Vargas em 1930, a reaproximação entre Estado e Igreja se tornou um fato. Mas antes de observarmos os anos trinta, vejamos alguns antecedentes.

Em 1916, o arcebispo de Olinda e Recife, recém-chegado de Roma, D. Sebastião Leme (1882-1942) redigiu um documento intitulado *Carta Pastoral de 1916*, que expressava as intenções da Igreja Católica para recuperar sua importância junto ao poder político no Brasil. A carta continha pelo menos dois pontos básicos, que seriam adotados pelos católicos e pelo governo Vargas a partir de 1930: tratava-se do ensino religioso obrigatório e da organização da Ação Católica em todo o território brasileiro.

A Carta Pastoral que sai de Recife em 1916 tornou-se na verdade, a gênese da recatolização do Brasil, lançando as raízes de uma trajetória que viria a ser plenamente realizada com o advento do Estado Novo, em 1937, data em que a Igreja e o Estado se uniram em um pacto de colaboração recíproca. (ATAIDE DE ALMEIDA, 2007, p. 281).

Em relação aos aspectos educacionais do início dos anos 1930, um dos primeiros atos do governo provisório de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. A pasta foi ocupada por Francisco Campos, integrante do movimento da Escola Nova, que havia dirigido a reforma da instrução pública em Minas Gerais. Em 1931, logo após a posse, o ministro baixou um conjunto de sete decretos conhecidos como *Reforma Francisco Campos*. Isso denotava a orientação do novo governo de tratar a educação como uma questão nacional. (SAVIANI, 2007).

O ensino religioso foi uma disciplina estabelecida por um desses decretos baixados por Francisco Campos (Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931). Pela primeira vez no regime republicano brasileiro, a disciplina passou a fazer parte do currículo das escolas oficiais brasileiras.<sup>27</sup> Isto representava uma concessão aos anseios da Igreja Católica que haviam sido expressados em 1916, por D.

---

<sup>27</sup> A respeito da história da disciplina de ensino religioso nas escolas brasileiras consulte-se, por exemplo, os trabalhos de Cury (2010) e Frisanco (2000).

Sebastião Leme, em sua *Carta Pastoral*. Assim, um escolanovista, ministro da educação de um governo republicano, firmava uma aliança com a Igreja Católica. Qual o significado disto?

Segundo Dermeval Saviani (2007), esta aliança não se configurava tão estranha quanto pode parecer à primeira vista, uma vez que já existia um movimento semelhante em outros países que haviam implantado a república e o princípio da laicidade e que, posteriormente, haviam retomado as relações com o catolicismo. Além disso, em um momento de consolidação do capitalismo industrial no Brasil, com o crescimento e organização do proletariado fabril, à Igreja caberia a função de esclarecer as camadas menos favorecidas que sua condição social não provém da exploração sofrida no trabalho.

Saviani (2007) argumenta que o conflito entre católicos e escolanovistas no interior da Associação Brasileira de Educação (ABE) somente aconteceu no final de 1931 durante a IV Conferência Nacional de Educação – ao passo que o decreto é datado do mês de abril. A ruptura se consumou em 1932, com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e, no ano seguinte, os educadores católicos membros da ABE se retiraram da associação e fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação.

Nesse sentido, o pensamento de Serafim Leite pode ser interpretado no Brasil, a partir desse contexto que nos anos de 1930, tinha como um de seus elementos a reaproximação do Estado republicano e da Igreja Católica. Ao construir um discurso de valorização do passado jesuítico na colonização portuguesa na América, o padre valorizava não somente o passado da Ordem, mas a própria Igreja como um todo, num momento em que isto era objetivo político das lideranças católicas.

#### 4.2. A educação como modo de formar uma sociedade ideal

O pensamento de Serafim Leite sobre o passado jesuítico no Brasil parte da ideia de que o país deve se orgulhar por ser o que é. Uma nação de dimensões geográficas continentais, homogênea na língua e na religião. Mas o

país somente é assim, porque na origem de sua formação, esteve presente o elemento religioso, muito bem representado pelo padre jesuíta, que enviado por Portugal, deu forma e imprimiu nestas terras virgens, uma feição de incontestável grandeza. (LEITE, 1937).

Desta ideia podem decorrer alguns questionamentos: de que maneira os padres jesuítas, representando os interesses portugueses, deram forma e imprimiram à feição de incontestável grandeza no Brasil? Que modelo de sociedade se constituiu aqui e que, na visão do autor, apresenta esta incontestável grandeza? A resposta a estas duas questões passa pelos conceitos de educação e de sociedade no pensamento de Serafim Leite.

A educação foi o instrumento por meio do qual os jesuítas implantaram um projeto de sociedade durante a colonização do Brasil. Como se sabe, a Companhia de Jesus, desde sua fundação por Inácio de Loyola, constituiu-se numa Ordem religiosa missionária, que fez da educação sua principal missão. Os jesuítas tiveram colégios espalhados por todo o mundo, fiéis ao seu método pedagógico, o *Ratio Studiorum*, que pode ser considerado como um dos documentos fundadores da pedagogia moderna. No Brasil não foi diferente.

O método pedagógico dos jesuítas, *Ratio Atque Institutio Studiorum* teve sua primeira publicação em 1599. Suas origens estão associadas à quarta parte das *Constituições da Companhia de Jesus*. Estas, redigidas por Inácio de Loyola, constituem-se em normas internas de organização e funcionamento da Ordem, e apresentam em sua quarta parte, normas relacionadas à educação no interior da Companhia de Jesus.

O ensino de estudantes não pertencentes à Ordem não se apresentava no plano inicial de Inácio de Loyola e dos primeiros companheiros, fundadores da Companhia de Jesus. Em 1540, quando se apresentaram ao papa Paulo III (1468-1549), o objetivo dos inacianos era a missão no Oriente, em Jerusalém, para a reconquista da Terra Santa. Entretanto, com os acontecimentos dos anos posteriores, dentre os quais merecem destaque a fundação em Goa do primeiro colégio para externos (1543), a doação de recursos do duque de Gandia, Francisco de Borja (1510-1572), para a abertura de um colégio naquela cidade (1544) e a abertura do Colégio de Messina (1548), considerado o primeiro colégio

clássico da Companhia, plenamente organizado, aos poucos, a Companhia de Jesus definiu como um de seus principais objetivos a educação.

Leonel Franca (1952), jesuíta brasileiro responsável pela tradução brasileira do *Ratio Studiorum*, observou que, nas origens da educação jesuítica, encontra-se o método parisiense ou o *modus parisiensis*. Este modelo se tornou conhecido pelos fundadores da Ordem quando eram estudantes em Paris durante os anos de 1530, e serviu de base para a organização do ensino nos primeiros colégios da Companhia.

O *Ratio Studiorum* pode ser visto como um documento que resultou de um esforço de elaboração coletiva dos membros da Companhia de Jesus ao longo da segunda metade do século XVI. Não se questiona o fato de que as linhas-mestras do documento foram definidas por Inácio de Loyola. Porém, as experiências educativas desenvolvidas nos vários colégios que a Ordem fundou em suas missões serviram de base para a redação final do documento. Pelo menos três documentos diversos circularam pelos colégios da Companhia antes da unificação, compilação e promulgação oficial do *Ratio* em 1599, pelo Superior Geral, Claudio Acquaviva (1543-1615). (BERTRÁN-QUERA, 1986).

O código de leis,<sup>28</sup> que a partir de 1599 passava a orientar toda atividade pedagógica desenvolvida nos estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus, representa os resultados de uma experiência coletiva de educação de mais de meio século.

[...] Experiência rica, ampla, variada, que talvez constitua um caso único na história da pedagogia. Nela estão representadas todas as raças e nações do Velho continente; para ela contribuíram centenas de estabelecimentos de educação dos mais frequentados e afamados do seu tempo; enriqueceram-na duas ou três gerações de educadores [...]. Raro exemplo de uma ampla sistematização pedagógica em que a mais estrita unidade resultou harmoniosamente da mais variada colaboração. (FRANCA, 1952, p. 23).

---

<sup>28</sup> De uma razão de estudos, o *Ratio Studiorum* se configurou em uma razão política, uma vez que exerceu importante influência em meios políticos, mesmo não católicos. O principal objetivo da educação jesuítica segundo a própria Companhia não era o de inovar, mas sim de cumprir as palavras de Cristo: “Docete omnes gentes, ensinai, instrui, mostrei a todos a verdade.” Esse foi um dos motivos pelos quais os jesuítas desempenharam na Europa e também no chamado “Novo Mundo” o papel de educadores, unido à veia missionária da Ordem. Veja-se mais sobre a temática em Arnaut de Toledo (2000) e Arnaut de Toledo, Ruckstadter e Ruckstadter (2006, verbete *Ratio Studiorum*).

Retornemos ao pensamento de Serafim Leite: quando se refere à educação, ele não se refere apenas àquela educação institucionalizada, ministrada em escolas e colégios, organizada pelo *Ratio Studiorum*. É evidente que o estudo da história dos colégios jesuíticos ocupa um grande espaço em suas obras, especialmente na *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Raquel S. Wrege (1993), por exemplo, em sua dissertação de mestrado analisou na *História* apenas os aspectos relacionados aos colégios jesuíticos. Mas, além dos colégios, e portanto, além da educação formal e institucionalizada, Serafim Leite compreende educação num sentido amplo, relacionado ao processo por meio do qual a *barbárie* é substituída pela *civilização*. Dessa forma, tanto a instrução nas letras, quanto a catequização e a colonização, fazem parte de um mesmo processo pedagógico, por meio do qual, a barbárie dos índios foi sendo substituída pela civilização cristã/portuguesa. Assim sendo, não se pode compreender a educação em seu pensamento, sem que se compreenda a visão que o autor tem a respeito dos povos indígenas que habitavam a terra antes da chegada do europeu.

Os índios são vistos por Serafim Leite como inferiores na escala da civilização; inferiores por condições históricas e não por condições de essência. Em sua essência são vistos como homens, tão humanos quanto os portugueses, mas que pelas condições em que viviam não precisaram se desenvolver:

A vida dos índios quando chegaram os portugueses ao Brasil, estava na escala inferior da civilização. Não é possível subir a um grau superior sem necessidades correspondentes. Os índios não a tinham. O rio ou o mar dava-lhes o peixe; a floresta, a caça. Vestuário não era preciso, sobretudo para os que habitavam as regiões tropicais. Para que todas as complicações civilizadas? [...]. (LEITE, 1937, p. 21).

Mas, para mudar tal situação, isto é, para sair de um estado de vida quase vegetativo e ascender aos estágios superiores da civilização, seria preciso criar entre os indígenas, o hábito do trabalho e a necessidade dele. Tarefa que seria realizada pela Companhia de Jesus.

O autor afirma que a história, cumprindo sua função de substituir os símbolos, no que diz respeito aos indígenas, deve contribuir para substituir as ideias equivocadas que foram construídas pelo romantismo nacionalista do século XIX. Os documentos estão disponíveis para que os erros sejam corrigidos:

[...] Quem não conhece o *Guarani* de José de Alencar? O romance é belo, mas a realidade é outra. António Blasques deixou-nos a descrição das casas dos índios antes de aldeados, das quais os próprios meninos, depois de conviverem com os portugueses, sentiam náuseas [...] A página deve ser conservada para substituir a ilusória impressão com que o romantismo nacionalista, político e literário, falsificou os nossos aborígenes, no correr do século XIX [...]. (LEITE, 1937, p. 22).

Ao discutir o processo educativo de substituição da barbárie pela civilização, por meio da catequização e difusão do trabalho, Serafim Leite apresenta aquilo que compreende como um modelo de sociedade ideal para a educação dos índios: trata-se do aldeamento. Nela, cada qual cumpre sua função e todos trabalham para o bem comum, coordenados pelo padre e pelos princípios religiosos. Em sua visão, as aldeias eram espaços coletivos criados pelos jesuítas para defesa dos índios, para que, sob a tutela dos padres não se tornassem escravos dos colonos. Nas aldeias:

[...] adquiriam os índios hábitos de trabalhos, cultivavam as terras, viviam matrimoniais, educavam os filhos, exercitavam as indústrias mais usuais e necessárias, que os jesuítas pessoalmente lhes ensinavam, de tecelões, alpargateiros, ferreiros, pedreiros. (LEITE, 1937, p. 20).

Cada aldeia contava com uma igreja e uma escola. Assim, os índios adaptados ao trabalho, nos padrões portugueses, adotavam outras práticas cristãs, como a monogamia, por exemplo. Com isso, civilizavam-se. Além de adotarem a monogamia, nesse processo civilizatório era importante romper com outras práticas comuns aos índios, que não seriam aceitas entre os portugueses cristãos; a antropofagia era uma delas.

A questão da antropofagia dos índios que habitavam os domínios portugueses na América não é interpretada por Serafim Leite como uma questão



religiosa das tribos. Seu argumento é de que a morte ritual dos índios no Brasil nada tinha a ver com a morte ritual de outras tribos que praticavam sacrifícios a ídolos. A motivação inicial para tais práticas seria econômica:

[...] Vivendo os índios politicamente desagregados, o vínculo nacional reduzia-se a algumas léguas de superfície. 'A cada 20 ou 30 léguas' os índios 'comem-se uns a outros', diz Pero Correia. A necessidade de defender a caça, a pesca e os pequenos cultivos, nas reduzidas fronteiras, não seria a causa preponderante da caça ao homem, o concorrente incômodo? Cremos que sim [...]. (LEITE, 2006, Tomo II, p. 35-6).

O processo civilizador/educativo que fez com que os índios abandonassem a antropofagia somente foi possível quando uniram esforços a Companhia de Jesus e o Governo-Geral. Serafim Leite informa que desde os primeiros momentos da presença jesuítica, em 1549, os padres estiveram empenhados em extinguir o costume de comer carne humana, mas que sua eficácia ficava muito restrita ao seu raio de ação, nos aldeamentos e nos colégios. Quando se afastavam, os índios retomavam suas antigas práticas. Somente com Mem de Sá (1500-1572), terceiro governador-geral do Brasil é que esta situação se modificou:

[...] Com ele entrou-se na fase decisiva. Uma de suas primeiras medidas de governo foi a proibição absoluta da antropofagia entre os índios em contato com os portugueses. Quem desobedecesse seria castigado 'mui asperamente' [...]. Com tão unânime decisão, a antropofagia jugulou-se. Recuou para o interior, à proporção que avançavam os padres e os portugueses. Este movimento civilizador foi possível e operou-se pela conjugação dos esforços do governador e dos jesuítas [...]. (LEITE, 2006, Tomo II, p. 40-1).

A respeito do processo educativo e da eficiência da educação jesuítica, o autor ressalta a importância da adaptação que os jesuítas demonstraram quando do contato com culturas totalmente diferentes da sua.<sup>29</sup> Serafim Leite destaca o aprendizado da língua como um elemento essencial na conquista dos espíritos:

---

<sup>29</sup> A questão da adaptação jesuítica às condições específicas de cada missão gerou um conflito no interior da própria Igreja Católica. O bispo D. Pero Fernandes Sardinha (1496-1556), no Brasil, por exemplo, foi opositor dessas práticas adaptativas jesuíticas. (LEITE, 1937, p. 20).

[...] Fraternalizaram. Cada qual aprendia a língua dos outros: os índios, a portuguesa; os portugueses a brasílica. Também cantavam. E os seus cantares iam por vezes bem longe, atingindo as almas dos pais, amantes de cantorias e música. Para captar os corações deste gentio, permitiram os padres que os meninos de casa (índios e órfãos) juntassem às suas canções, à moda de Portugal, as cantigas indígenas; enterrassem os mortos com música; e cortassem o cabelo segundo o costume da terra. Era a adaptação consciente; era a ponte que os jesuítas lançavam entre a vida americana e o Cristianismo: adaptação ao secundário, para a conquista essencial do espírito. (LEITE, 1937, p. 16).

Outro exemplo que ilustra o esforço de adaptação dos jesuítas às necessidades da missão é a respeito do ensino de grego nos colégios da Companhia no Brasil. Conforme o *Ratio Studiorum*, o curso de Letras – integrante do curso de Humanidades – deveria compreender o estudo de grandes autores latinos e gregos. Entretanto, Serafim Leite ressalta que no período inicial no Brasil, o grego foi substituído pelo ensino da língua dos índios, o tupi. O autor entende que era mais útil aos padres aprender o tupi do que o grego, diante de um reduzido número de estudantes, de uma necessidade de formação rápida e de um grande trabalho de catequização a realizar. (LEITE, 2006, tomo VII).

Serafim Leite entendia que os jesuítas, acertadamente, para garantir a eficiência de sua educação, deram maior atenção ao ensino das crianças, pois, “[...] sabiam perfeitamente que as mentalidades se formam na juventude”. (LEITE, 1937, p. 15). Os inicianos reconheciam que para atrair as crianças, nada melhor do que outras crianças e, nesse sentido, o embarque de órfãos para o Brasil, em 07 de janeiro de 1550, foi interpretado pelo padre como uma estratégia para a conquista espiritual dos indígenas:

[...] O sertão porém estava povoado de índios selvagens e belicosos. E o português, contrário a guerras de extermínio, preferia a captação. Ora a captação só é exequível quando se suprimem as barreiras morais. Para começar a transpor as trincheiras da barbaria e da língua inventou-se, entre outros, um meio. Iriam de Lisboa crianças. Misturadas as crianças portuguesas com as crianças indígenas, operar-se-ia a transmissão da língua e talvez a fusão de ideais [...]. (LEITE, 1937, p. 71).

A educação formal, isto é, aquela institucionalizada, ofertada em escolas da própria Ordem é um tema discutido por Serafim Leite. O tom de seu discurso permanece o mesmo: a defesa e a valorização dos jesuítas e de suas atividades na América Portuguesa. O pioneirismo é evocado como virtude, como grande qualidade dos jesuítas portugueses que ao longo do século XVI se tornaram os primeiros professores do Brasil.

[...] Os índios davam-se como “boçais”. Parece uma palavra dura, mas não é na realidade, porque pouco depois de chegar, conta Nóbrega, como coisa digna de se saber na Europa, que a disposição do Brasil era excelente, e que um índio principal aprendeu o ABC em dois dias. Boçal, portanto, significa naquelas cartas, falta de cultura, não significa falho de inteligência. E o fato de um índio aprender o ABC “todo” em dois dias prova que o discípulo era esperto. Prova também (porque não?) que o mestre sabia seu ofício. João de Deus, Montessori ou outro mestre da Escola Ativa não fariam mais, nem melhor, na atualidade. (LEITE, 1937, p. 38-39).

No primeiro tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil* encontramos um capítulo do primeiro livro dedicado exclusivamente à discussão da educação e da instrução. Nessa parte, o autor apresenta a educação jesuítica e o que se desenvolveu a partir de seus princípios na América Portuguesa. Um dos aspectos que chama a atenção é a ideia que os jesuítas portugueses não faziam nenhum tipo de distinção de raças, como se suas escolas fossem precursoras de um modelo de educação pública universal. Exceto em relação aos escravos: se eles não podiam frequentar as escolas isso se dava pelas mesmas razões que atingem o proletariado moderno, isto é, as condições e necessidade de trabalho não permitem que seja diferente. (LEITE, 2006, Tomo I).

A escravidão merece análise mais detida, por ter sido a principal forma de trabalho que se desenvolveu no período de colonização portuguesa no Brasil. Pelo fato de adotarem o sistema dos aldeamentos, nos quais os jesuítas catequizavam os índios, ao mesmo tempo em que utilizavam sua força de trabalho, em vários momentos, os colonos e os padres estiveram em conflito

sobre a questão do cativo do gentio.<sup>30</sup> Sob o pretexto de educarem, por meio da catequese e da adequação dos nativos à produção, os padres da Companhia acabavam por se beneficiar, na visão dos colonos, da mão-de-obra indígena. Da mesma forma que seus companheiros do passado, Serafim Leite se posiciona de maneira a defender a liberdade dos índios; isso não significava, porém, posicionar-se de maneira contrária ao sistema de escravidão. Esta instituição foi, na visão de Leite, praticamente *inevitável*.

[...] No Brasil do século XVI, sem ouro nem prata, os portugueses ou se adaptavam às condições indígenas, bem miseráveis, reduzindo a agricultura a quatro palmos de terra, à roda da cabana agreste (e isto seria indianizarem-se, quer dizer, atraiçoar a civilização), ou desenvolveriam a agricultura, tornando-a rendosa e fonte de riqueza, criando latifúndios. Esta segunda alternativa foi a natural e a que, de fato, se impôs. Onde viriam, porém, os braços necessários? Da Europa? Impossível. Portugal para sustentar o seu vasto império, desde o Brasil ao Extremo Oriente, não podia dar, tendo uma população metropolitana reduzida, senão chefes, que o fossem já ou viessem a ser [...]. De mais a mais, existia ali na mata, perto, e depois em frente, na África, uma infinidade de operários disponíveis; o seu trabalho criaria a riqueza indispensável para o desenvolvimento econômico do Brasil [...]. (LEITE, 2006, Tomo II, p. 232).

O entendimento de que o latifúndio era a opção *natural*, bem como a escravidão, seja de índios ou de negros africanos, *praticamente inevitável*, denota um pouco da visão de Serafim Leite sobre a própria história ou sobre o seu sentido. Pode se compreender deste trecho, que aquilo que se passou na história da colonização portuguesa na América não poderia ter sido de outra forma, como se os acontecimentos históricos já estivessem, de antemão, pré-determinados ou então condicionados.

A respeito dos escravos africanos, Serafim Leite informa que, evidentemente, nenhum senhor comprava um escravo para que ele estudasse e se tornasse bacharel ou sacerdote; toda a educação que eles recebiam era

---

<sup>30</sup> Muitos destes conflitos entre padres jesuítas e colonos a respeito da exploração do trabalho indígena foram abordados por Serafim Leite e podem servir de inspiração para novas investigações sobre o período colonial. Veja-se, por exemplo, o capítulo IV do livro dois, no segundo tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil* (LEITE, 2006, Tomo II, p. 194-235).

fornecida pela Igreja, *a única educadora do Brasil*, até o fim do século XVIII. Sobre as atividades da Companhia para a educação dos escravos negros, o autor afirma que três fatos denotam a importância que os jesuítas tiveram em sua educação: primeiro, o de ter sido o jesuíta Pero Dias que escreveu a *Arte da Língua de Angola*, com o objetivo de ter acesso àqueles que aportavam no Brasil; segundo, o de ter se fundado o ‘apostolado do mar’ nos Colégios à chegada dos navios da África; e terceiro, as missões saídas de Colégios de cada região, em toda extensão do território, para atender aos escravos nas fazendas e engenhos. (LEITE, 2006, Tomo VII).

É no tomo VII da *História* que Serafim Leite dedica maior atenção à obra educacional dos jesuítas; o autor dedicou um livro inteiro para o tema, no qual considera que os jesuítas ofertaram em seus colégios uma educação pública e gratuita:

A instrução ministrada pela Companhia de Jesus durante os seus dois séculos de magistério no Brasil, vê-se, pelo próprio fundamento e evolução dela, que foi gratuita e pública, e nos três graus, popular, média e superior. (LEITE, 2006, Tomo VII, p. 141).

Serafim Leite relata, no livro dois do sétimo tomo, um problema prático em relação à gratuidade do ensino jesuítico. O padrão de organização utilizado nos colégios jesuíticos que se estabeleceram em domínios portugueses na América, África e Ásia foi aquele do Real Colégio das Artes de Coimbra, que era público. Contudo, apresentava uma diferença significativa: enquanto o subsídio concedido pelo Estado aos professores de Coimbra era para o *ensino*, o subsídio concedido aos professores dos outros colégios era para a *missão*. Na prática, significava que um colégio no Brasil, por exemplo, não poderia utilizar seus recursos indiscriminadamente para ensinar a todos, mas somente àqueles que quisessem se ordenar padres para atuarem na missão. Porém, se o colégio admitisse uns e excluísse outros, colocar-se-ia na condição de particular deixando de ser público. Tal questão se resolveu no Colégio da Bahia, quando se decidiu por continuar a ser público, obrigando-se a admitir todos que lá quisessem estudar. (LEITE, 2006, Tomo VII, p. 141).

Sobre o fato de ser gratuita a educação jesuítica, Serafim Leite apresenta uma distinção entre colégio e seminário, pois a educação era gratuita no primeiro e não no segundo. Nos seminários, os alunos recebiam além da instrução e educação, moradia e sustento; eram internatos escolares, destinados, preferencialmente, àqueles que pretendiam se ordenar sacerdotes. Eram particulares, portanto. Os colégios, por sua vez, estavam abertos a todos. (LEITE, 2006, Tomo VII).

A frequência dos Colégios era constituída por filhos de Funcionários Públicos, de Senhores de Engenho, de Criadores de Gado, de Oficiais Mecânicos e, no século XVIII, também de Mineiros, o que representava no Brasil a nobreza e a burguesia europeia, embora estas duas denominações sejam um tanto fictícias transportadas ao Brasil dos primeiros séculos. (LEITE, 2006, Tomo VII, p. 143).

Fica claro que o colégio, embora aberto a todos, reafirmava a exclusão da sociedade colonial, visto que negros e índios não o frequentavam. No entanto, Leite procura silenciar ou reduzir esta exclusão, ao afirmar que a tendência portuguesa e católica na colonização do Brasil foi de atenuação dos preconceitos de raças, pois conviviam lado a lado homens livres brancos e mestiços, e abaixo deles, os homens escravos. (LEITE, 2006, Tomo VII).

No referido livro do tomo VII, Serafim Leite apresenta informações sobre o ensino secundário no Brasil (inclusive relacionando as disciplinas e professores que a ministravam), sobre o ensino das ciências sacras e o famoso caso das tentativas de se criar uma universidade no Brasil durante o período. Mesmo em relação a isso, Serafim Leite encontra um argumento para fazer a defesa de Portugal: se os colonizadores perderam a chance de criar no Brasil uma universidade no século XVIII, algo que poderia ser visto na atualidade como uma glória de sua colonização, como é motivo de glória a criação de universidades na América pela Espanha no período colonial, isso ocorreu por conta do espírito geral da colonização portuguesa, de centralização e unidade, o que conferiu ao Brasil sua unidade nacional. (LEITE, 2006, Tomo VII, p. 229).

A questão da história do ensino superior no Brasil foi analisada pormenorizadamente por Luiz Antonio Cunha (2007), em obra intitulada *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. No primeiro

capítulo da obra, dedicado ao ensino superior na colônia, o autor se fundamenta nos escritos de Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de modo a argumentar que, embora não fossem reconhecidos juridicamente, pela metrópole, como cursos de ensino superior, os cursos oferecidos pelos jesuítas no Brasil, em especial no Colégio da Bahia, o primeiro a ser fundado pelos inicianos no Brasil e modelo para os demais, reproduziam o método utilizado pelos padres na Europa, bem como todo o ritual que envolvia o ensino superior no velho mundo. (CUNHA, 2007, p. 32). Sobre este aspecto, Serafim Leite aponta que:

O curso de Artes no Colégio da Baía apresenta-se como uma Faculdade de Filosofia, de direito pontifício e de feição e praxe universitária, e com a mesma praxe e solenidade dava o grau de Mestre e Artes aos externos: anel, livro, cavalo, pagem do barrete, e capelo azul de seda. (LEITE, 2006, Tomo VII, p. 193).

Apesar de os estudos no curso de Artes do Colégio da Bahia terem sido idênticos aos estudos dirigidos pelos jesuítas no Colégio de Évora, os graus conferidos aos alunos não tinham o mesmo valor jurídico. Além do reconhecimento pontifício (que ambos recebiam), em Portugal, havia um reconhecimento civil pelas leis do direito português. (LEITE, 2006, Tomo VII).

Desse modo, os graduados em Artes por Évora podiam ingressar diretamente nos cursos de Medicina, Direito, Cânones e Teologia da Universidade de Coimbra. Para o curso de Direito, a universidade requeria um ano de Lógica, não todo o curso de Artes. Porém, nem mesmo esse “ano de Lógica” cursado na Bahia era reconhecido [...]” (CUNHA, 2007, p. 33).

Serafim Leite retrata todos os esforços empreendidos pelos padres da Companhia de Jesus do Brasil, para que esta situação adversa fosse modificada. O autor apresenta vários documentos dos séculos XVII e XVIII nos quais os colonos solicitavam às autoridades portuguesas o direito de criação de uma universidade no Brasil. (LEITE, 2006, Tomo VII).

Neste momento é importante sintetizar alguns pontos já discutidos para que seja possível avançar. O conceito de educação no pensamento de Serafim

Leite é bastante amplo, pois considera não apenas a educação institucionalizada, mas todas as práticas sociais que elevaram à condição de civilizados aqueles que originalmente viviam em estado de “barbárie”. Além disso, o pioneirismo dos jesuítas na educação brasileira é evocado em muitos momentos da obra de Serafim Leite – não somente na *História da Companhia de Jesus* – como sendo grande virtude da Companhia de Jesus e da colonização portuguesa na América. Com isso, Serafim Leite segue um padrão de narrativa que estabelece heróis e vilões para a história da educação brasileira. Heróis, os jesuítas. Vilões, os colonos quando fugiam aos princípios da unidade cristã ou mais tarde, no século XVIII, o Marquês de Pombal e seus seguidores, que expulsaram os jesuítas interrompendo suas atividades educativas. Diante da ideia de educação no pensamento de Serafim Leite, algumas indagações podem surgir: que relação tem os seus escritos com a historiografia da educação no Brasil? Como os pesquisadores da história da educação brasileira têm lido sua obra até o presente momento? Para responder a estes questionamentos, é necessário, a partir daqui, analisar o processo histórico de consolidação da história da educação como disciplina e como campo de pesquisas no Brasil, algo que se deu durante o século XX.

#### 4.3. Serafim Leite e a história da educação no Brasil Colonial

Ao considerarmos os textos de Serafim Leite como fontes para esta pesquisa e que permitem as investigações sobre a forma como um intelectual católico, da Companhia de Jesus, durante o século XX, pensou o passado da Ordem na Antiga Assistência de Portugal, um dos elementos que deve ser considerado é a forma como estes textos foram lidos ao longo do tempo, ou seja, o seu contexto de leitura.

Nesse sentido, é importante analisar em que medida os escritos de Serafim Leite continuam a se constituir como fontes para a historiografia da educação do período colonial. Dessa maneira, procuramos realizar um levantamento sobre a



forma como seus trabalhos foram e são utilizados como referência nos estudos da área.

Antes de discutir a produção recente sobre o período de atuação jesuítica no Brasil Colonial, no campo da História da Educação, é necessário discutir a própria noção de campo aqui empregada. Isso leva a uma incursão pelo processo de consolidação da área História da Educação na academia brasileira, especialmente, ao longo da segunda metade do século XX e primeira década do século XXI. Há que se considerar que não é uma tarefa simples, pois “[...] Implica efetuar escolhas, constituir hierarquias, elaborar análises que, ao mesmo tempo que conferem uma inteligibilidade à narrativa, instituem um passado (portanto, erigem uma memória) para o campo [...]” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 38).

Pode-se dividir o processo de constituição da área de História da Educação em função de três vertentes: a primeira estaria ligada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); a segunda seria aquela vertente que se desenvolveu sob influência das pesquisas elaboradas para atender às necessidades advindas da implantação da disciplina nos cursos das Escolas Normais; e a terceira vertente, teria se desenvolvido a partir dos estudos que se iniciam com a criação dos Programas de Pós-Graduação em Educação, durante a década de 1960. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

O primeiro livro voltado exclusivamente para a história da educação no Brasil foi redigido por José Ricardo Pires de Almeida, membro honorário do IHGB. Trata-se da obra *L’instruction publique au Brésil: histoire et législation (1500-1889)*. Nessa obra, o período colonial recebe pouca atenção: somente é citado na introdução, cinco páginas destinadas aos esforços precursores dos jesuítas e dez páginas destinadas às iniciativas pombalinas. A chegada da família real portuguesa, em 1808, é tida como marco fundador do início de uma constituição da nacionalidade brasileira.

Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pires de Almeida partilhava de seus objetivos de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império, respeitando uma postura positivista de escrita da história. [...] Partilhava também do projeto do IHGB de “*desvendamento do processo de gênese da Nação*” brasileira, percebida como “*continuadora de uma certa tarefa*

*civilizadora iniciada pela colonização portuguesa*”. Nesse movimento de construção identitária da Nação pelo IHGB, distinguir-se do outro era necessário, seja internamente apartando-se dos negros e índios, porque não portadores da noção de civilização; seja externamente das repúblicas latinoamericanas, porque ameaças a forma de governo monárquico e representação da barbárie. [...] (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 41).

Pode-se notar no discurso de Pires de Almeida o mesmo padrão narrativo a que se entregavam aqueles que se ligavam ao IHGB. Nesse sentido, seu discurso de elogio ao Império coincidia com os anseios de construção da nação, o que se percebe quando o autor menciona D. João VI:

A chegada de D. João VI ao Brasil mudou completamente as condições do país, sob todos os aspectos e, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, começa verdadeiramente a constituição da nacionalidade brasileira, nacionalidade proclamada em dezembro de 1815 e reconhecida, pouco tempo depois, por todas as potências da Europa. (PIRES DE ALMEIDA, 2000, p. 41).

Diferentemente de Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003), que consideram a obra de Pires de Almeida um marco inicial nas produções sobre história da educação, e que teria inclusive desdobramentos sobre obras produzidas posteriormente, Clarice Nunes afirma que:

É possível admitir que o livro de José Ricardo Pires de Almeida não constitua uma obra fundadora da história da educação brasileira. Apesar de trabalhar uma temática-eixo como a organização escolar, o livro não foi destinado ao ensino nas Escolas Normais e Institutos de Educação, só muito recentemente tendo sido divulgado. Praticamente não é citado em outras obras de História da Educação. (NUNES, 1995, p. 57).

Em sentido contrário, Vidal e Faria Filho (2003) afirmam que a obra, traduzida para a língua portuguesa somente em 1989, cem anos após sua edição original, não ficou no limbo da historiografia educacional brasileira, tendo sido citada por vários autores:

[...] referência de boa parte da bibliografia posterior sobre história da educação, Pires de Almeida viu-se citado, dentre outros, por Júlio Afrânio Peixoto, em *Noções de história da educação*, de 1933; Primitivo Moacyr, *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-1853*, de 1936; Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, de 1943; e Theobaldo Miranda dos Santos, *Noções de história da educação*, de 1945 [...]. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 42).

Vidal e Faria Filho (2003) entendem que não considerar a importância do trabalho de Pires de Almeida, pelo fato de que ele não foi adotado no ensino da disciplina nas Escolas Normais, é o mesmo que dissolver seu papel na construção de uma tradição historiográfica. Sendo assim, defendem que sua obra iniciou um fazer historiográfico em educação, típico do IHGB, isto é, com alguns elementos básicos, tais como a transcrição de documentos, e ligado a um processo maior de elaboração da ideia de nacionalidade brasileira.<sup>31</sup>

Outro autor de destaque, ligado ao IHGB, é Primitivo Moacyr.<sup>32</sup> Advogado e funcionário da Câmara dos Deputados de 1895 a 1933, ano de sua aposentadoria, foi chefe da redação de debates com o serviço de documentos parlamentares e, com tal experiência, levou ao pé da letra o lema positivista de que o “documento fala por si”. Assim sendo, dedicou-se a coligir documentos e publicá-los em vários volumes: oito referentes ao Império, publicados na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional e sete sobre a República, publicados pela Imprensa Nacional, por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).<sup>33</sup> Assim como o livro de Pires de Almeida, os volumes compilados por Moacyr se tornaram referências para os

---

<sup>31</sup> As propostas inscritas nos Estatutos do IHGB, de 1839, eram, entre outras, coligir e metodizar documentos e interpretar a gênese da civilização brasileira; o livro de Pires de Almeida é um exemplo disso, da mesma forma que são as obras de Primitivo Moacyr.

<sup>32</sup> Sobre Primitivo Moacyr, veja-se o trabalho de Luiz Antonio de Oliveira (2009).

<sup>33</sup> O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Apresenta como principal objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro para subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas na área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Foi criado em 1937, e chamava-se, originalmente, *Instituto Nacional de Pedagogia*. Desde 1944, publica a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, importante veículo de comunicação de pesquisas na área educacional. Outra publicação destacada, desde 1981, é o periódico *Em aberto*. As edições mais recentes de ambas as publicações do INEP podem ser consultadas em seu portal eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/home>.

estudos subseqüentes de história da educação brasileira. (SAVIANI, 2008a, p. 154-5).

A segunda vertente que influenciou o desenvolvimento da história da educação começou a tomar forma a partir da introdução desta disciplina no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro em 1928. Era uma mudança que integrava o conjunto de ações promovidas por Fernando de Azevedo na reformulação da instrução pública do Distrito Federal, a partir de 1927. Entre os primeiros professores chamados a ministrar a nova disciplina, encontrava-se Júlio Afrânio Peixoto; seria dele, também, o primeiro manual didático brasileiro sobre História da Educação: *Noções de História da Educação*, publicado em 1933 pela Biblioteca Pedagógica Brasileira, na série *Atualidades Pedagógicas*. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

Da mesma forma que o livro de Pires de Almeida, a obra de Peixoto quase não menciona a educação no período colonial brasileiro. Dedicou duas páginas para análise da educação jesuítica e duas páginas para as reformas pombalinas. Entretanto, de uma forma geral, não é somente esse período da educação brasileira que recebe pouca atenção: de 265 páginas da obra, apenas 54 são dedicadas à educação nacional enquanto que as outras se referem desde os “selvagens e primitivos” passando pelas civilizações antigas, medievais, modernas e contemporâneas, à educação nos Estados Unidos da América e na América Latina. Vidal e Faria Filho (2003) afirmam que o manual instaurou um padrão narrativo que se tornaria modelo de escrita para os manuais brasileiros de história da educação posteriores. Nunes (1995) entende que Afrânio Peixoto estabelece uma separação entre campos microscópicos meramente documentais e uma perspectiva panorâmica além de distinguir entre uma finalidade menos histórica e mais educacional, isto é, entre evolução de algumas ideias e a cronologia de alguns fatos.

Com essa operação ele cria dois conjuntos de significados, demarcando lugares de conhecimento e, a partir deles, delimitando o lugar da história da educação. O conteúdo pertinente ao lugar educacional – uma formulação abstrata que transforma a educação em seu próprio sujeito e objeto – apresenta uma perspectiva panorâmica e relata a evolução das ideias pedagógicas. Ao deixar de lado a pesquisa em fontes primárias e eleger a compilação

comentada como forma de trabalho, o historiador da educação apresenta a história da civilização como palco de experiências, das quais filtra modelos para o presente e para o futuro e através dos quais reforça a convenção brilhantemente criada pela Sociologia de que educar é fazer crianças e adolescentes adquirir hábitos sociais [...] (NUNES, 1995, p. 58).

Ao lado do texto de Afrânio Peixoto, encontram-se outros compêndios publicados como o mesmo intuito: auxiliar os docentes no ensino da disciplina de História da Educação nos cursos de formação de professores. Entre eles, pode-se destacar *Pequena História da Educação*, das madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman, de 1936, *História da Educação*, de Bento de Andrade Filho, de 1941, *Noções de História da Educação*, de Theobaldo Miranda Santos, de 1945, *Esboço de História da Educação*, de Ruy Ayres Bello, de 1945, *História da Educação: evolução do pensamento educacional*, de Raul Briquet, de 1946, *História da Educação*, de Aquiles Archêro Júnior, de 1957, *História da educação brasileira*, de José Antônio Tobias (s/d) e *História da educação lusobrasileira*, de Tito Lívio Ferreira, de 1966. Tais manuais apresentavam traços de história geral da educação, dedicando pouco espaço à educação brasileira, vista, pela maior parte dos autores, como praticamente inexistente, pouco relevante e com quase tudo ainda por fazer.

[...] Assim, o livro de Afrânio Peixoto reservou apenas 54 das 265 páginas à educação brasileira; as madres Peeters e Cooman, 9, em 151; Bento de Andrade, 3, em 272; Ruy Ayres Bello, 25, em 250; Theobaldo Miranda Santos, de 512 páginas, dedicou 37 à educação brasileira, incluídas num apêndice. (SAVIANI, 2008, p. 156).

Como exceção à regra, Tito Lívio Ferreira dedicava maior atenção à educação brasileira. Para ele, a História do Brasil se divide em dois grandes períodos: história lusobrasileira, da chegada dos portugueses até 1822, e a história nacional de 1822 em diante. Nesse sentido, dedica as 287 páginas de seu livro à educação desde a chegada dos portugueses até o momento da Independência. Filiado teoricamente à tradição do IHGB, baseou sua escrita em uma farta documentação.

[...] Além de um refinamento teórico e agudo senso crítico em relação a trabalhos anteriores de história da educação para uso em Escolas Normais, uma inovação substantiva aparecia nesse livro em relação aos demais analisados: em vez de ressaltar a contribuição dos jesuítas à educação no período estudado, o autor fazia depender tal contribuição, em boa parte, do zelo com que a monarquia portuguesa tratava da educação lusobrasileira. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 50).

Em meio a tantos manuais, pode-se questionar: que elementos os unificavam e tornavam sua escrita semelhante? De maneira geral, seus autores não se definiriam por serem *historiadores da educação*, uma vez que a disciplina, como vimos, se instituiu somente em 1928, com sua inserção nos currículos dos cursos de formação de professores. Além disso, não seria uma disciplina autônoma, ligada que estava à filosofia. Tampouco os autores eram *historiadores de ofício*.<sup>34</sup> Um elemento comum à produção dos manuais citados parece ser a sua relação com o pensamento católico. Tal presença de um *ethos religioso* contribuiu para a consolidação de uma visão salvacionista, que confere à história da educação não somente o papel de compreensão da realidade, mas de transformação. Outro elemento marcante nesses manuais é o fato de que se tornaram tribuna de defesa de ideais, em função de terem sido escritos por educadores, professores e diretores de escolas normais, engajados nas lutas do campo educacional. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 51).

Pode-se depreender que com os compêndios escritos para atender às necessidades advindas da implantação da História da Educação como disciplina nos cursos de formação de professores, salvo a contribuição de Tito Lívio Ferreira, com sua *História da educação lusobrasileira*, a história continuou como repetição e comentário, e por vezes fantasia interpretativa. Constituída como disciplina escolar, ligada à filosofia, impregnada de ideais salvacionistas, à História da Educação foi delegado o papel de ciência auxiliar da Pedagogia (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 51-2). Tal função começaria a se alterar com a emergência da terceira vertente, ligada aos estudos acadêmicos, sobretudo a

---

<sup>34</sup> Segundo Nunes (1996, p. 69), os compêndios aparecem, em sua maioria, como casos isolados inseridos na produção de seus autores, que, apenas esporadicamente, assumiram o papel de *historiadores da educação*.

partir de fins da década de 1960, com a criação dos programas de pós-graduação em educação.

Entretanto, uma obra que teve papel importante nesta constituição do campo foi *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo (1996), publicada em 1943. Ainda que não fosse uma obra exclusivamente educacional, mas sim sociológica, o terceiro tomo, que trata da transmissão da cultura, tendo como objeto central os processos educativos, tornou-se referência para os estudos na área.

Assim como outros estudos acadêmicos do período, a obra inseria-se, por um lado, num movimento que tendia a compreender e produzir identidades para a cultura nacional;<sup>35</sup> por outro lado, inseria-se num movimento de lutas da educação brasileira, erigindo-se em plataforma de defesa de um ideal de escola, a escola nova. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 53).

A defesa do escolanovismo acabou por conferir à escrita de Fernando de Azevedo um modelo de construção de heróis e vilões na história da educação brasileira:

[...] No primeiro caso, encontravam-se os jesuítas e os pioneiros da educação nova. No segundo, estavam Pombal, o ato de 1834 e os educadores *tradicionais*. Utilizando-se de um discurso bipolar, Azevedo desenhava o novo, associado aos reformadores de 1920 e 1930, em oposição ao velho, forças reacionárias de pensamento educacional, e construía a história da educação como um movimento ascensional em direção ao novo, à renovação do sistema educativo [...]. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 53).

A obra de Fernando de Azevedo merece atenção. Para que possamos exemplificar este modelo de construção de heróis e vilões na história da educação brasileira, podemos utilizar alguns trechos do capítulo em que o autor discute a educação jesuítica. Da mesma maneira que Serafim Leite, que via no pioneirismo do trabalho jesuítico durante a colonização portuguesa na América uma de suas grandes virtudes, o texto de Fernando de Azevedo analisa os jesuítas como responsáveis por forjar uma nova pátria, ao lançar as bases de uma *educação popular*. Não se deve esquecer que, como um dos defensores do escolanovismo,

<sup>35</sup> Exemplos desta literatura são os trabalhos de Gilberto Freyre (1998), *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933, e de Sérgio Buarque de Holanda (1988), *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936.

que defendia entre outros aspectos, uma educação para todos, Azevedo via com bons olhos este trabalho realizado pelos inacianos:

[...] Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis, brancos, índios e mestiços, e procurando na educação dos filhos conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria. (AZEVEDO, 1996, p. 500).

Ao elogiar alguns passos dados pela Companhia de Jesus nos aspectos educativos durante a colonização, Azevedo critica o que se deu após 1759, isto é, após as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal. Em sua visão:

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão [...]. (AZEVEDO, 1996, p. 524).

Podemos afirmar então, que o discurso de Fernando de Azevedo se assemelha, em alguns aspectos evidentemente, ao discurso de Serafim Leite. Claro está, que Azevedo não é defensor incondicional dos jesuítas, da mesma maneira que o padre Serafim Leite. Mas alguns elogios à Companhia de Jesus, e, ao mesmo tempo, críticas às reformas pombalinas, estão presentes em sua obra.

Apesar destes esforços pioneiros, de pessoas ligadas ao IHGB e de professores da disciplina nas escolas normais, a configuração do campo da História da Educação Brasileira como um domínio historiográfico específico é fato relativamente recente, que se liga, em especial, à ascensão de Laerte Ramos de Carvalho à cátedra de história e filosofia da educação na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1952. Laerte Ramos de Carvalho propôs a alguns de seus ex-alunos um programa de pesquisas que cobrisse alguns temas básicos



de história da educação brasileira, o que produziu importantes trabalhos realizados entre os anos de 1950 e 1970. (SAVIANI, 2008).<sup>36</sup>

Dermeval Saviani (2008) considera outras contribuições aos estudos na área de História da Educação que surgiram, paralelamente, às do grupo liderado por Ramos de Carvalho, dentre as quais: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, publicado entre 1938 e 1950, *História do Ensino Profissional no Brasil*, de Zoraide Rocha de Freitas, publicado em 1953, *Primórdios da Educação no Brasil*, de Luiz Alves de Mattos, de 1958, *História do ensino industrial no Brasil*, de Celso Suckow da Fonseca, de 1961, *O método pedagógico dos jesuítas*, de Leonel Franca, publicado em 1960 e *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*, de Geraldo Bastos Silva, de 1969. Em especial, chamamos a atenção para a obra de Serafim Leite, que, embora não seja um texto que trate exclusivamente da história da educação, uma vez que discute várias questões relativas a todos os ministérios desenvolvidos pela Companhia de Jesus no Brasil, constituiu-se em referência importante para os estudos sobre a educação jesuítica na colonização portuguesa no Brasil.

A produção historiográfica da educação brasileira pode ser lida considerando-se um processo de construção e desconstrução da memória educacional. Se levarmos em consideração os trabalhos de Pires de Almeida (2000) e Fernando de Azevedo (1971), por exemplo, ambos produziram histórias da educação comprometidas. O primeiro supervalorizou o Império, e, por isso, mesmo, tratou de *construir* uma memória educativa que exaltasse seus feitos. Azevedo (1971), defendendo o escolanovismo, precisou *desconstruir* a imagem positiva do Império, o que o fez, identificando suas iniciativas como continuidade das reformas pombalinas que expulsaram os jesuítas e nada organizaram, em termos educativos, em seu lugar. (SAVIANI, 2008).

---

<sup>36</sup> Sobretudo a partir de um plano geral de monografias, cada pesquisador passou a se dedicar a temas específicos da educação brasileira, com base em documentação primária – fator pouco explorado até então, principalmente nos compêndios. Destacam-se, entre outros: *A ilustração brasileira*, de Roque Spencer Maciel de Barros, publicado em 1959, *Educação e Sociedade no Brasil*, de Jorge Nagle, de 1966, *A reforma de 1920 da instrução pública no Estado de São Paulo*, de Antunha, publicado em 1967, *O ensino secundário no Império*, de Mariotto Haidar, de 1971 e *A Escola Normal no Estado de São Paulo*, de Leonor Maria Tanuri, de 1973. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 55). A produção desse grupo começou a esboçar um projeto de construção de uma História da Educação Brasileira, autônoma e apoiada em levantamentos documentais originais, redefinindo as relações entre história e filosofia da educação por meio da abertura de diálogo com a sociologia da educação. (WARDE, 2006, p. 92-3).

A partir do final da década de 1960, no entanto, com o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação em educação, procurou-se *construir* uma memória crítica da educação brasileira. Tal memória se amparou nos referenciais teórico-metodológicos do marxismo, primeiro em Althusser (anos 1960 e 1970) e depois em Gramsci (anos 1970 e 1980).<sup>37</sup>

Parte das pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980 procurou, inspirada no marxismo, construir uma memória crítica da educação brasileira, desconstruindo a memória escolanovista ao evidenciar seus vínculos com o liberalismo e sua crença na revolução social pela revolução educacional [...]. (SAVIANI, 2008, p. 159).<sup>38</sup>

Em sentido oposto, Vidal e Faria Filho afirmam que essa nova intelectualidade não chegou a romper com a matriz azevediana de escrita da história da educação brasileira, tendo a ela se acomodado, acentuando a centralidade à ação política dos intelectuais e ao conceito ampliado de Estado. (2003, p. 57-58). Em relação a esta afirmação, Dermeval Saviani (2008), por sua vez, argumenta que estes autores procuram *desconstruir* a memória crítica definida como de *corte preponderantemente marxista*.

A situação atual, portanto, com a qual nos deparamos é a de tentativas de *desconstrução* da memória crítica marxista que se construiu a partir do final dos anos de 1960. Por um lado, influenciados por elementos da chamada Nova História Cultural, vários estudos têm sido desenvolvidos na academia, com o propósito de discutir novos temas, novas abordagens e novos enfoques em história da educação. Nesse processo, cumpre assinalar a importância do fortalecimento das pesquisas e da consolidação do campo historiográfico da educação.

Em 1984, no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a principal instituição científica da área, foi criado o GT História da Educação; este grupo de trabalho constituiu-se em pouco

---

<sup>37</sup> Os primeiros cursos de pós-graduação em educação foram instalados em universidades católicas, na PUC-Rio (1965) e PUC-SP (1969).

<sup>38</sup> O livro *Escola e Democracia*, de Dermeval Saviani (2003), publicado originalmente em 1983, é um exemplo desse modelo que procurou desconstruir a memória educacional escolanovista substituindo-a por uma memória crítica da educação brasileira.

tempo, em espaço de aglutinação de pesquisadores, de crítica historiográfica e de difusão de novos horizontes de investigação, ligados à história das mentalidades, ao pós-estruturalismo e a nova história cultural. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 58).

Em 1986 foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR), sediado na Unicamp e que articula outros grupos regionais em quase todos os estados brasileiros. O grupo surgiu com a meta de realizar investigações históricas sobre a educação brasileira de um ponto de vista global, diferenciando-se de outras tendências presentes no campo da historiografia educacional.

Além do HISTEDBR, outras aglutinações de pesquisadores têm se constituído nas universidades brasileiras, na forma de grupos de pesquisa, o que parece ser uma novidade na forma de realizar investigações: sem abandonar a produção individual, temos assistido ao desafio de realização de investigações de escopo alargado, de longo prazo e com preocupação de mapear, organizar e disponibilizar acervos documentais. Além disso, associações científicas específicas da área foram organizadas e se constituem em importantes órgãos de divulgação impressa. Um exemplo disso é a criação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 1999, e da Revista Brasileira de História da Educação. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 59).

De forma geral, temos assistido a um crescimento significativo da produção acadêmica sobre a história da educação. Com isso, os pesquisadores têm sentido a necessidade de realizar mapeamentos e balanços da produção que se constituem em importantes fontes de informação sobre os atuais rumos da história da educação brasileira.<sup>39</sup> Nesse sentido, passamos, a seguir, a uma possibilidade de leitura da história da educação no período colonial, por meio de uma síntese da produção, que nos permita identificar a relevância que a área atribui ao período, bem como à forma com que Serafim Leite tem sido utilizado (ou não) pelos pesquisadores que se dedicam ao período.

---

<sup>39</sup> Um exemplo é o livro organizado por José Gonçalves Gondra (2005), *Pesquisa em história da educação no Brasil*.

#### 4.3.1 História da Educação no Brasil Colonial: uma síntese da produção

Em texto publicado na revista *Educação & Sociedade*, Norma Sandra de Almeida Ferreira afirma que nas últimas duas décadas tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas intituladas *estado da arte* ou *estado do conhecimento*. São pesquisas bibliográficas, que tem como principal desafio, realizar o mapeamento da produção acadêmica sobre um determinado tema em diferentes campos do conhecimento visando expor quais aspectos e dimensões têm recebido maior ou menor enfoque por parte dos pesquisadores. Em outras palavras: são pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre certo tema:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (FERREIRA, 2002, p. 259).

É precisamente esta a motivação aqui: conhecer a produção sobre a História da Educação no Brasil Colonial, especialmente aquela que trata da atuação dos jesuítas, além de levantar e avaliar dados sobre aquilo que tem se produzido na academia sobre o tema. Este conhecimento possibilitará verificar com que frequência os textos de Serafim Leite são utilizados como referência pelos estudiosos da História da Educação Jesuítica no Período Colonial brasileiro. No entanto, esta tarefa não parte do zero, pois outros trabalhos já foram produzidos e são importantes referências sobre a produção que existe acerca do período.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Dois são os textos essenciais: *A obra educacional da Companhia de Jesus no Brasil, segundo a historiografia*, de Gilberto Luiz Alves (2003) e *O Estado da Arte em História da Educação Colonial*, de Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior (2006).

De acordo com Gilberto Luiz Alves (2003), podemos encontrar quatro tendências na historiografia sobre a obra educacional da Companhia de Jesus no Brasil: (1) tendência apologética, desenvolvida, sobretudo, por cronistas da própria Ordem desde o século XVI até nossos dias; (2) tendência anti-jesuítica, iniciada no período pombalino, mas que foi rareando suas manifestações, de forma progressiva, ao longo dos séculos XIX e XX; (3) tendência que recuperou paulatinamente a imagem da Ordem e que reúne elaborações pouco homogêneas do ponto de vista teórico-metodológico; (4) tendência influenciada pela teologia da libertação, que se desenvolveu durante a segunda metade do século XX.<sup>41</sup> A produção acadêmica recente, desenvolvida no interior dos programas de pós-graduação, poderia ser vista como um desmembramento desta última; se hoje não há mais a influência da teologia da libertação, os trabalhos que vêm sendo produzidos procuram realizar uma análise crítica da atuação educativa da Companhia de Jesus nas terras da então colônia portuguesa.

Entre os trabalhos apologéticos, destacam-se as obras dos padres Serafim Leite, Simão de Vasconcelos, Luiz Gonzaga Cabral e Leonel Franca. Este conjunto dos “[...] escritos dos cronistas inacianos têm conteúdo laudatório e propagam a ação da Companhia de Jesus como verdadeira epopéia, realizada não só no Brasil, mas no universo como um todo. [...]” (ALVES, 2003, p. 1). Contudo, e não se questiona que, de fato, os textos de Serafim Leite são apologéticos, seus trabalhos poderiam ser enquadrados na terceira tendência anteriormente descrita, uma vez que servem a um projeto de recuperação da imagem da Companhia de Jesus, em Portugal ao menos. Além disso, seria um equívoco afirmar que não apresentam rigor metodológico: a pesquisa e a forma da escrita de Leite seguiram as orientações metodológicas da história metódica rankiana, vulgarmente intitulada positivista.

---

<sup>41</sup> A teologia da libertação é uma teologia que nasceu por meio de estudos de teólogos na América Latina durante a segunda metade do século XX, em especial, a partir dos anos de 1960. Em geral, esses autores buscavam respostas, na doutrina cristã, para os sérios problemas sociais que o continente enfrentava (e ainda enfrenta); mas nem por isso restringiu-se somente à região. A ideia defendida é que a miséria dos indivíduos e da sociedade não é natural, mas sim fruto da injustiça e da opressão. Nesse sentido, a teologia da libertação promoveu simultaneamente, uma nova maneira de encarar a religião e a bíblia. Isto foi possibilitado, sobretudo, por influência do diálogo que estes estudiosos iriam estabelecer entre cristianismo e marxismo. Mais informações sobre o tema podem ser consultadas em Boff e Boff (1985) e Catão (1986).

O discurso apologético mais recente traz em suas bases, como pressuposto, o ataque ao Marquês de Pombal.<sup>42</sup> Da mesma maneira que o discurso anti-jesuítico traz em suas bases, e como pressuposto, o ataque feroz à Companhia de Jesus e aos inicianos. Em geral:

[...] A alusão a um deles suscita o outro. Pode-se falar, inclusive, de uma historiografia animada ideologicamente pelo ideário pombalino, que viu a Companhia de Jesus como um obstáculo à tarefa de modernização burguesa de Portugal e seus domínios. Motivado por seu projeto de modernização, o despotismo esclarecido denunciou sistematicamente a congregação como instrumento do obscurantismo reacionário a serviço do *antigo regime* [...]. (ALVES, 2003, p. 1).

Até a primeira metade do século XX, pode-se perceber que os defensores dos jesuítas – entre eles Serafim Leite – reafirmaram cada vez mais categoricamente, os mesmos argumentos utilizados pelos primeiros cronistas da Companhia de Jesus, acrescentando ainda, a crítica a Pombal. Por outro lado, entre os admiradores das reformas pombalinas, nota-se um movimento que o levaria a ser visto, no mínimo, como uma figura controvertida. Nesse momento, tanto o “rigor” crescente utilizado nas análises do período pombalino quanto a apologia jesuítica, fazem parte de um mesmo fenômeno: “[...] Ambas são atitudes de frente e verso do comportamento conciliador que a burguesia aprofundou gradativamente em relação à Igreja Católica, a partir do século XIX.” (ALVES, 2003, p. 2).

A terceira tendência na historiografia sobre a obra da Companhia de Jesus seria aquela responsável por recuperar a imagem da Ordem. Entre seus representantes, encontram-se conservadores e liberais, o que demonstra a destituição de homogeneidade quanto às suas motivações teórico-metodológicas; até mesmo escolanovistas, como Fernando de Azevedo, contribuíram para sua realização. (ALVES, 2003, p. 3).

No entanto, o que mais interessa no momento, é a quarta tendência citada por Alves (2003). Ela teria se desenvolvido por influência da Teologia da

---

<sup>42</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), exerceu o cargo de primeiro-ministro português durante o reinado de D. José I (1750-1777). Defensor do despotismo esclarecido, foi o responsável pela expulsão dos jesuítas de todas as terras da Coroa Portuguesa, em 1759.

Libertação, a partir da segunda metade do século XX. O livro *Colonização e Catequese* de José Maria de Paiva (2006) é um exemplo desta tendência. Publicado pela primeira vez em 1982, como resultado de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, concluído em 1978, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, *Colonização e Catequese* pode ser considerado hoje, um clássico sobre a educação desenvolvida pelos jesuítas no período colonial brasileiro. Ao lado de *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*, de Luiz Felipe Baêta Neves (1978) é um marco, uma vez que rompe com a visão apologética dispensada até então por grande parte da historiografia sem com isso, amparar-se nos argumentos anti-jesuítas. Uma das grandes virtudes da obra é o fato de demonstrar, por meio da análise da catequese jesuítica no Brasil ao longo do século XVI, como o trabalho missionário da Companhia de Jesus esteve a serviço dos interesses econômicos metropolitanos. Em função do regime do padroado, não existia separação entre Estado e Igreja e, conseqüentemente, seus objetivos coincidiam.<sup>43</sup> O texto, porém, deve ser lido no contexto de sua produção: o final da década de 1970, durante o declínio da ditadura militar e sob a influência da Teologia da Libertação.

Amarílio Ferreira Júnior (2006) desenvolve uma análise interessante da produção de *Colonização e Catequese*. O autor se questiona como a obra poderia ser crítica em relação à catequese jesuítica sem atacar os princípios da “universalidade cristã”. A resposta foi encontrada na teoria do conhecimento utilizada por Paiva, isto é, nos pressupostos da Teologia da Libertação como método para pesquisa:

A teologia da libertação, como forma de se compreender a concepção de mundo cristã, patrocinou um encontro solene entre metafísica e materialismo. A metafísica achava-se representada pelo cristianismo e o materialismo pelo marxismo; porém não o materialismo marxista como um todo, mas apenas o materialismo

---

<sup>43</sup> Padroado é o nome dado ao conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e Espanha; tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval, que permitia um domínio direto da Coroa nas questões religiosas, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Assim, padres e bispos, além de membros da Igreja Católica, eram funcionários da Coroa, o que implicava, em grande parte, o fato de religião e religiosidade serem questões de Estado (e vice-versa, em muitos casos). Veja-se mais sobre o tema em Arnaut de Toledo, Ruckstadter e Ruckstadter (2006) e Vainfas (2001).

histórico. Foram, portanto, as categorias emprestadas do historicismo formulado por Marx e Engels que conferiram à teologia da libertação uma visão crítica do mundo [...]. (FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 2).

Nesse sentido, foi possível à Teologia da Libertação, quando aplicada à produção de conhecimento no campo das ciências humanas, utilizar-se do conceito de luta de classes, por exemplo, como um instrumento teórico de explicação da sociedade.

Já no plano da teoria, a teologia da libertação amalgamou os aspectos místicos da crença cristã com os conceitos do materialismo histórico, isto é, aceitava os pressupostos analíticos do materialismo histórico sem, contudo, romper com a fé na transcendência, o que implicava rejeitar os fundamentos do materialismo filosófico. Dito de outra forma: o marxismo da teologia da libertação era um marxismo mutilado, principalmente porque os escritos marxianos não fizeram qualquer tipo de concessão para com a concepção religiosa de mundo (FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 13).

Ainda assim, mutilando o marxismo, foi possível à Teologia da Libertação produzir uma teoria do conhecimento aplicável às ciências humanas. Em sua essência, celebrava-se sobre novas bases o casamento entre fé e razão, esta última emprestada de Marx. Nesse sentido, da fusão entre o marxismo e o cristianismo nasceu uma terceira corrente de pensamento, intitulada *Teologia da Libertação*:

Cristianismo e marxismo, eis aí as duas correntes clássicas do pensamento ocidental que se fundiram e deram origem a uma terceira: a teologia da libertação. A teologia da libertação – era, obviamente, mais cristã do que marxista – influenciou de forma significativa a vida política nacional, marcada pela luta contra a ditadura militar, e também o mundo acadêmico brasileiro que emergiu após a reforma universitária de 1968, particularmente a pesquisa em ciências humanas realizadas nos programas de pós-graduação. (FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 14-15).

Já na introdução de *Colonização e Catequese*, a referência à Teologia da Libertação como método é explícita, quando o autor apresenta uma de suas



principais fontes: a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, especialmente os dois primeiros tomos, que são aqueles que tratam do século XVI – período por ele estudado:

Ninguém, que analise a influência dos jesuítas na História do Brasil, pode passar sem uma leitura da **História da Companhia de Jesus no Brasil**, do P. Serafim Leite SJ, editada pela Livraria Portugália e pela Civilização Brasileira [...] O trabalho de Serafim Leite se beneficiou do acesso a todas as fontes conhecidas, sendo, por isto mesmo, riquíssimo em informações. A organização dos temas permitiu uma ampla visão dos acontecimentos. [...] Não há dúvida de que a obra reflete sua origem. Não é, contudo, este o seu defeito. O trabalho de Serafim Leite se ressentiu de uma crítica ideológica que indique as razões, senão verdadeiras, ao menos possíveis dos fatos historiados. Inúmeras passagens demonstram que o autor se identifica com a posição dos primeiros jesuítas, aliados naturais do estamento dominante [...]. (PAIVA, 2006, p. 16).

Na sequência, Paiva (2006, p. 17) conclui que o julgamento de Serafim Leite não pode servir de orientação para os estudiosos do período e, que se deve evitar segui-lo para *sentir o outro lado da História*. Mas o que seria *sentir o outro lado da História*? De acordo com Ferreira Júnior (2006, p. 16), é o mesmo que defender ideologicamente aqueles que foram *oprimidos* pelo *estamento dominante* no período colonial brasileiro. Ou seja: defender ideologicamente os índios. Para empreender tal tarefa, a perspectiva adotada é a da Teologia da Libertação:

Deste outro lado intérprete melhor foi a publicação da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA, feita pela Editora Vozes de Petrópolis. Seu segundo volume tem o título de **História da Igreja no Brasil** e traz como subtítulo: *ensaio de interpretação a partir do povo*. A perspectiva que seus autores adotaram coincide com a nossa. A Teologia da Libertação, que, há anos, lançou seu primeiro manifesto conclamando a Igreja à fidelidade radical às suas origens, despertou o interesse de doutores e pastores. Também os historiadores retomaram os dados e refizeram a leitura dos fatos. (PAIVA, 2006, p. 17).

Recentemente, no ano de 2006, foi lançada a 2ª edição do livro *Colonização e Catequese*. Nela, José Maria de Paiva apresenta um longo

posfácio intitulado *Após 25 anos* contendo um balanço das questões tratadas por ele na primeira edição do texto, em 1982. No geral, nota-se que o autor procura afirmar que foi mal interpretado por seus leitores, e que seu enfoque (já naquele tempo) era o cultural:

O enfoque que quis dar à análise foi o cultural. Na Introdução escrevi: *as qualidades da cultura, eis como denominaria o objeto da pesquisa histórica*, entendendo por qualidades aquilo que concretamente a caracteriza, ou, nas palavras do livro: *qualidades no seu significado substantivado, como constituinte do singular de cada sujeito*. Meus leitores, porém, entendiam que meu enfoque era o econômico, numa visão marxista [...] (PAIVA, 2006, p. 105).

Para Ferreira Júnior (2006, p. 18), a diferença que salta à vista no posfácio é o abandono de Paiva da abordagem marxista e dos conceitos extraídos do marxismo pela Teologia da Libertação. O que aparece em seu lugar é o viés culturalista, por meio do qual Paiva entende, na atualidade, que havia uma lógica isomórfica entre a estrutura social lusobrasileira e a imagem metafísica que a mesma criou. Porém, isso não significa que houvesse uma prioridade do religioso sobre o secular ou vice-versa. Assim, a cultura da sociedade portuguesa quinhentista é concebida como uma realidade objetivamente de caráter cristã e portadora de coerência e especificidades próprias, de modo que não se pode isolar qualquer elemento cultural da totalidade social e só pode ser compreendido em seu contexto mais amplo.

Se *Colonização e Catequese* pode ser considerado hoje um marco na produção acadêmica sobre a atuação jesuítica no Brasil Colônia, da mesma forma *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios* merece atenção. Escrito por Luiz Felipe Baêta Neves (1978), o livro trata da colonização do Brasil e da atuação jesuítica nesse período, tendo sido influenciado – ou utilizando como referencial teórico-metodológico – por uma aproximação do autor com estudos da Antropologia. Ao contrário de Paiva (2006), que, influenciado pela Teologia da Libertação, mantém intocado o princípio da universalidade cristã, Baêta Neves (1978) relativiza o papel da catequese. Sua leitura do período foi influenciada pelo Estruturalismo e pelo pensamento de Michel Foucault.

Estas duas obras trouxeram uma forma diferenciada de se analisar a história da atuação jesuítica no Brasil Colonial. Assim, constituíram-se em referências significativas para os estudos que se seguiram e, ambas elaboraram suas investigações tendo a *História da Companhia de Jesus no Brasil* como referência. Na seqüência, nossa análise se volta para as obras mais recentes, sobretudo na área de História da Educação, que tratam do tema. O propósito é verificar com que frequência os autores têm utilizado os textos de Serafim Leite, e como têm lido a História da Educação no período colonial brasileiro.

#### 4.3.2. A recente produção da História da Educação sobre o período de atuação jesuítica no Brasil Colonial

Estudar a ação desenvolvida pelos padres da Companhia de Jesus na colonização do Brasil implica sempre no enfrentamento de um problema teórico-metodológico de grande magnitude. É um tema sempre pouco afeito a despertar indiferença, de modo que não é possível minimizar a opção epistemológica. Em geral, tem-se a ideia que o que havia para ser dito já o foi, tanto por seus defensores, quanto por seus críticos. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 1).

No entanto, um olhar mais atento para a produção na área de História da Educação, permite perceber que tal argumento não é válido. Embora a produção venha crescendo nos últimos anos, especialmente a partir dos esforços de alguns pesquisadores, vinculados a grupos de pesquisa que se dedicam ao tema da educação jesuítica no período colonial brasileiro, ainda não se pode dizer que a hegemonia que os jesuítas tiveram na prática esteja se efetivando nas pesquisas.<sup>44</sup>

Ao analisarmos os trabalhos apresentados nos três primeiros Congressos da SBHE, temos os seguintes dados: no I Congresso, realizado no Rio de

---

<sup>44</sup> Apenas para exemplificar, um desses grupos, liderado por José Maria de Paiva é o grupo de pesquisa DEHSCUBRA - *Educação, História e Cultura: Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*. O grupo se formou em 2000, congregando pesquisadores de várias universidades do país, dentre as quais, Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Estadual de Maringá, e Universidade Federal de São Carlos. Tem realizado encontros anuais para divulgação das pesquisas realizadas e se constituído em importante espaço de debates sobre os rumos da pesquisa sobre o período.

Janeiro, no ano 2000, foram apresentados um total de 215 trabalhos, dos quais 7 versaram sobre a colônia; no II Congresso, realizado em Natal, no ano de 2002, dos 359 trabalhos apresentados, 11 tratavam do período colonial. Em 2004, no III Congresso, na cidade de Curitiba, de 394 trabalhos, 3 sobre a colônia. Se analisarmos os Encontros Anuais da ANPEd, no GT História da Educação, a situação não muda: no período de 2000 a 2004, de um total de 60 trabalhos apresentados, apenas 1 dedicava-se ao estudo do período colonial brasileiro. Verifica-se assim, a pouca atenção que o tema tem recebido nos principais eventos de história da educação no país. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 3-4).

Outra possibilidade de verificação do número reduzido de estudos sobre o período é por meio da análise de artigos em periódicos. Apenas para exemplificar, selecionamos aqui a Revista Brasileira de História da Educação, da SBHE. O período analisado vai desde seu primeiro número (2001) até o 23º (2010). Justifica-se a escolha, pois:

*A Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) foi criada pela Diretoria da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), logo após a edição do I Congresso Brasileiro de História da Educação (ICBHE), em novembro de 2001. Desde a sua origem, tem como principal objetivo ser um canal de comunicação permanente entre os pesquisadores de história da educação, visando fomentar a produção do conhecimento no campo, constituindo-se assim em um espaço de divulgação de trabalhos inéditos produzidos tanto no Brasil quanto no exterior. (GALVÃO; MORAES; GONDRA; BICCAS, 2008, p. 173).*

E na revista que se propõe como um canal de comunicação da pesquisa em história da educação, nos vinte e um números, não existe um único artigo que trate do período colonial brasileiro. Apenas uma resenha, publicada no número 19, do livro *Educação, História e Cultura no Brasil Colônia*.<sup>45</sup>

Da mesma forma que percebemos a quase inexistência do tema em eventos e no caso da Revista Brasileira de História da Educação, nos compêndios a situação não é muito diferente. Dois exemplos nos atestam: o livro *História da*

---

<sup>45</sup> A resenha, escrita por César de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza, trata do livro organizado por Paiva, Bittar e Assunção (2007) como resultado parcial das atividades desenvolvidas pelo DEHSCUBRA.

*Educação no Brasil*, de Otaíza Romanelli (1986) e *História da Educação Brasileira: leituras*, de Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003). Ambos reservam pouco espaço para discutir a presença jesuítica na história da educação brasileira: Romanelli sintetiza a educação jesuítica em quatro páginas, enquanto que Hilsdorf em dez. Em relação às diferenças de abordagem, Romanelli é anti-jesuítica, considerando a educação da Companhia de Jesus elitista, humanista e desvinculada da realidade da colônia; Hilsdorf, por outro lado, declara-se numa terceira via, mais equilibrada, entre as posições apologéticas e anti-jesuíticas e procura ver os jesuítas como homens de seu tempo. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 9-10).

No entanto, no que diz respeito aos manuais, recentemente temos assistido a um movimento que procura modificar a situação. O livro organizado por Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos (2004), intitulado *História e Memórias da Educação no Brasil*, serve como exemplo. No primeiro volume, composto de treze artigos de diferentes autores, são abordadas temáticas que abrangem a cultura, instituições, gênero, teorias e práticas educativas.

[...] temas que há pouco tempo dificilmente eram abordados, tais como: educação da mulher, a perspectiva cultural da vida coletiva, a visão diferente do 'outro' frente ao processo colonizador, práticas educativas como exemplos de uma situação geral. Uma maior amplitude de temas possibilita, sem dúvida, um aprofundamento da totalidade da vida educacional na Colônia. (COSTA, 2006, p. 2).

Além do livro de Stephanou e Bastos (2004), outra obra significativa é *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*, de Dermeval Saviani (2007). A grande inovação é, além do espaço dedicado ao tema – são quatro capítulos dedicados à educação jesuítica (52 de 472 páginas), num compêndio que abarca desde 1549 aos dias atuais – a questão da periodização utilizada, a partir do marco das ideias pedagógicas e não dos tradicionais marcos políticos. Segundo o autor, na historiografia educacional brasileira, pelo menos dois modelos de periodização foram amplamente utilizados para compreender o fenômeno educativo: um primeiro, que já aparece desde o trabalho de Pires de Almeida, utilizou como

marcos os acontecimentos políticos, e um segundo, que, como crítica ao modelo político, periodizou a educação brasileira a partir dos marcos econômicos:

No caso da história da educação brasileira, a periodização mais freqüentemente adotada se guiava pelo parâmetro político, abordando-se, em conseqüência, a educação no período colonial, no Império e na República [...].

As críticas a essa forma de periodizar levaram, num primeiro momento, ao critério da determinação econômica, considerando, *grosso modo*, os períodos agrário-exportador-dependente, nacional-desenvolvimentista de industrialização com base na substituição de importações e internacionalização do mercado interno com os marcos a partir dos quais se deveria compreender a história da educação brasileira [...]. (SAVIANI, 2007, p. 12-13)

A obra *História das idéias pedagógicas no Brasil* seria inserida, segundo seu autor, num esforço iniciado em 1971, por Laerte Ramos de Carvalho, em compreender a educação por meio de uma periodização centrada nos aspectos internos e não externos ao processo educativo. (SAVIANI, 2007, p. 13-14).

Outro indicativo importante da produção acadêmica sobre o período de atuação da Companhia de Jesus no Brasil Colônia são as teses e dissertações. Podemos afirmar que existe um crescimento notável presente nas bibliotecas digitais brasileiras, especialmente a partir dos anos de 1990.

A produção acadêmica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial presentes nas bibliotecas digitais brasileiras está representada por 187 dissertações, 83 teses de doutorado e 5 teses de livre docência. Estes trabalhos abrangem o período de 1970 a 2006. Aproximadamente 50% destes trabalhos (87) foram defendidas na Universidade de São Paulo/Brasil, e a maioria desta produção acadêmica está na área de concentração de História e de Educação. Oito trabalhos entre dissertações e teses de doutorado foram orientados pelo Prof. Dr. José Maria de Paiva, o que revela a presença deste professor na pesquisa sobre a educação jesuítica. As palavras-chave que mais apareceram na produção acadêmica sobre educação jesuítica no Brasil colonial foram: Jesuítas, Companhia de Jesus, Missões, Educação, Anchieta (Padre), Brasil Colônia, Colonização, Índios, Antônio Vieira Padre) e Catequese. (HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M., 2007, p. 126).

É possível afirmar que o crescimento da produção ao longo dos anos 1990, insere-se no processo de consolidação da História da Educação como área de pesquisa bem como é resultado dos esforços de grupos de pesquisadores por diversificação dos temas de pesquisa. Ainda assim, é um número relativamente pequeno, quando comparado a outros períodos da história da educação brasileira. Por quê?

Algumas respostas podem ser sugeridas. Primeiro: na escolha de determinado assunto, sempre existem aspectos subjetivos, pois não se pode deixar de considerar que a escolha por este ou aquele tema implica busca de reconhecimento; assim, cria-se uma hierarquia entre o que é mais e o que é menos importante de ser pesquisado. Segundo: pelo tema estar situado num passado mais distante, requer do pesquisador uma atenção sobre a formação da sociedade brasileira, o que, necessariamente, implica afinidade com a história dos primeiros séculos de colonização do Brasil. Terceiro: em decorrência do segundo, a questão das fontes é outro aspecto fundamental, pois, o trabalho com documentos antigos, redigidos em linguagem distinta da atual exige gosto, dedicação e disciplina. Quarto: no que diz respeito exclusivamente à pesquisa educacional, como o Brasil passou a ter um sistema nacional de educação somente no período republicano, é sobre esse sistema que a maior parte das pesquisas na área tem incidido. (FERREIRA JÚNIOR, 2007, p. 15-16).

Diante disso, ainda nos resta uma questão: como a produção acadêmica atual tem lido a obra de Serafim Leite? Em geral, Serafim Leite tem sido lido de acordo com a interpretação de Gilberto Alves (2003), que o define como modelo de uma literatura apologética das atividades que os padres jesuítas desenvolveram no Brasil durante a colonização. Isso é, em parte, verdadeiro. Os textos de Serafim Leite adotaram um padrão narrativo que constituiu heróis e vilões para a história da atuação jesuítica na América Portuguesa. Mas, para além disso, é necessário considerar as motivações deste trabalho e as determinações de seu autor, além do fato de que foi obra encomendada e que fazia parte de um projeto amplo da Companhia de Jesus em Portugal. Compreender a defesa de Serafim Leite aos jesuítas, dessa forma, significa perceber que seus estudos tinham um propósito muito claro em Portugal: por meio da valorização do passado da Ordem na Antiga Assistência de Portugal, os jesuítas da primeira metade do

século XX, procuravam se afirmar como importante instituição no seio da sociedade portuguesa. Por outro lado, o discurso laudatório no Brasil, atendia aos interesses de uma elite intelectual, da qual Serafim Leite se tornou um membro importante e influente, em dar sentido a uma idéia de nação, de sociedade, e de educação, reafirmando o papel de relevo da Igreja Católica. Nesse sentido, mesmo sendo textos apologéticos, a obra de Serafim Leite continua como referência obrigatória para os estudiosos do período de atuação jesuítica na colonização do Brasil.



## 5. CONCLUSÃO

No Brasil, o campo de pesquisas que conhecemos como História da Educação se desenvolveu a partir do final do século XIX, mas ganhou independência de outras áreas apenas a partir das últimas décadas do século XX. Esse processo de sua consolidação esteve ligado ao surgimento de programas de pós-graduação na área de educação, o que tem proporcionado um crescente número de investigações sobre as mais variadas temáticas e sob os mais diferentes enfoques.

Entretanto, mesmo diante de um crescente número de pesquisas históricas em Educação, algumas temáticas ou alguns objetos permanecem recebendo pouca atenção por parte dos pesquisadores. Uma destas é o tema da educação que se desenvolveu nos três primeiros séculos de colonização portuguesa na América, em especial, a participação da Companhia de Jesus nesse projeto colonial.

Ao mesmo tempo em que a história da atuação jesuítica na educação colonial brasileira é um tema pouco explorado pelas investigações em História da Educação, é também um tema bastante polêmico. A polêmica é, por sinal, um elemento que tem marcado a própria história da Companhia de Jesus, desde sua fundação por Inácio de Loyola, em 1540. Nos primeiros séculos de sua existência, até o momento de sua supressão, em 1773, a Ordem se configurou como uma das mais importantes instituições no interior do Catolicismo, o que lhe trouxe muitos partidários – os próprios jesuítas que cresceram em número – e também, muitos adversários. Nesse sentido, encontramos diferentes interpretações sobre os padres inicianos, geralmente situadas em dois extremos: uma defensora incondicional da Companhia e outra, antijesuítica.

No entanto, pesquisas mais recentes, bem como grupos de pesquisa, mesmo que em menor número, têm procurado dar um novo sentido, ou novas interpretações para a atuação jesuítica no processo de colonização que os portugueses empreenderam no Brasil. Mesmo não tratando diretamente da educação jesuítica na América Portuguesa, esta pesquisa procurou se situar nesse conjunto de investigações.

Nossa contribuição para o debate se constituiu em analisar, sob um diferente ponto de vista, o pensamento de um intelectual da Companhia de Jesus do século XX, que se tornou, reconhecidamente, o historiador oficial da Ordem no Brasil. Serafim Leite, como vimos no primeiro capítulo desta tese, definiu-se como um homem apaixonado pelos livros e muito dedicado ao estudo. Sua vida, dividida entre Portugal e o Brasil, e especialmente sua produção literária, autorizaram-no a ser reconhecido tanto em sua terra natal como em sua segunda pátria, como uma autoridade intelectual, influente nas questões históricas sobre o passado da Companhia de Jesus na Antiga Assistência de Portugal.

O reconhecimento de Serafim Leite como historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil se deu em função da publicação de sua grande pesquisa: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, publicado em dez tomos, resultado de quase duas décadas de dedicação integral do padre, é obra ímpar na historiografia que trata das ações jesuíticas no Brasil Colonial. Pode ser considerado um clássico da historiografia e da historiografia da educação brasileira.

Embora tenha escrito uma das obras mais consultadas pelos historiadores e pelos historiadores da educação que analisam a história dos jesuítas no Brasil Colônia, o pensamento de Serafim Leite, até o presente momento, não havia sido objeto de pesquisa. Apenas dois trabalhos se referiram diretamente à produção intelectual do padre: o primeiro, de Raquel S. Wrege (1993) e o segundo de Lívia C. Pedro (2008). Ambas as dissertações de mestrado, fundamentaram-se na leitura do principal estudo do autor, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Wrege (1993) analisou internamente a *História* em relação às instituições escolares apresentadas por Leite, ao passo que Pedro (2008) se dedicou a escrever uma história do livro e da leitura.

Conforme analisamos no segundo capítulo desta tese, por meio de caminhos diversos e com objetivos distintos, as duas dissertações de mestrado que tiveram o principal estudo de Serafim Leite como objeto de análise, chegaram a conclusões semelhantes. As autoras entenderam que Serafim Leite é excessivamente apologético da atuação jesuítica, que sua escrita é marcadamente descritiva, que seu referencial teórico-metodológico é o positivismo rankiano, que sua leitura é imprescindível para novas investigações

sobre o período e sobre a atuação da Companhia de Jesus, e que a maior contribuição de Leite à historiografia foi o levantamento documental realizado por ele. Além de Wrege (1993) e Pedro (1993), outros autores, como Alves (2003), por exemplo, apontaram a questão da apologia das ações da Companhia de Jesus como uma marca dos estudos de Serafim Leite.

Nesta tese argumentamos que, diferentemente do que estas pesquisas têm apresentado, não é suficiente interpretar os textos de Serafim Leite como se eles se constituíssem apenas como uma expressão de uma historiografia positivista rankiana, apologética da atuação jesuítica no Brasil Colonial. É possível concordar com estes autores que têm ressaltado o importante trabalho de pesquisa documental de Leite, bem como seu tom laudatório e sua narrativa descritiva. Contudo, é importante compreender que seus trabalhos são datados e, nesse sentido, constituem-se em importantes fontes documentais para entender como um intelectual católico que viveu no século XX, pensou, investigou, descreveu e analisou o passado de sua Ordem na colonização do Brasil por Portugal.

Em relação ao método utilizado por Serafim Leite, para que fosse possível considerá-lo ou não, como um historiador metódico ou rankiano, foi importante estabelecer algumas categorias de análise. Selecionamos três conceitos que aparecem nos escritos do autor, para investigar sobre seu pensamento. Foram eles: história, sociedade e educação.

O autor não escreveu nenhum tratado de metodologia da pesquisa histórica, mas o padrão utilizado na organização de sua obra nos permitiu analisar suas concepções. Serafim Leite considerava a história como uma ciência responsável por substituir os mitos pela “verdade”. Esta efetivamente existe e pode ser alcançada pelo historiador, desde que ele esteja bem orientado por um método investigativo, que lhe permita acessar, objetivamente, os documentos. Após isto, o último passo é a organização da narrativa que deve seguir critérios cronológicos, geográficos e ideográficos. Este foi o padrão, conforme vimos, adotado na organização da *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Ao comparar o método utilizado por Leite na pesquisa e na escrita de sua obra, com os pressupostos do método rankiano, concluímos que Serafim Leite pode ser considerado, com ressalvas, um historiador metódico. O fato de ser

padre não pode ser ignorado nesse aspecto: enquanto para os demais historiadores metódicos o sentido geral da história se encontra nos fatos políticos, Serafim Leite atribui importância muito maior aos fatos religiosos para se compreender o sentido geral da história. A influência religiosa em seu pensamento foi determinante.

Ao analisarmos os conceitos de educação e sociedade em Serafim Leite, foi possível verificar a influência religiosa em seu pensamento. Vimos que para o autor, é importante buscar nas origens religiosas da formação do Brasil, a glória de sua nação. O povo brasileiro deve se orgulhar de se constituir numa pátria triplamente unificada: unidade de território, língua e religião. E em sua visão, a religião foi responsável, por meio de um modelo educativo do qual os jesuítas foram os principais representantes, em consolidar um modelo ideal de sociedade que ao se desenvolver, resultou na nação e no povo brasileiros.

Sobre o discurso laudatório de Serafim Leite, argumentamos que sua obra, como fonte para o conhecimento histórico do século XX, precisa ser compreendida no contexto que a originou. Nesse sentido, foi importante analisar as motivações de seu trabalho de pesquisa para a compreensão de seu pensamento.

Defendemos que a obra de Leite precisa ser analisada em relação a dois contextos distintos, mas que se completam. Como intelectual dividido entre Portugal e o Brasil, as motivações de sua pesquisa, bem como seus resultados, foram diferentes em cada nação.

A pesquisa que o consagrou como historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil foi uma encomenda, tarefa recebida de seu superior em Portugal, padre Cândido Mendes. Fazia parte dos esforços que a Companhia de Jesus empreendeu em Portugal ao longo da primeira metade do século XX, para recuperar o prestígio de outros tempos. Como se sabe, depois da primeira expulsão dos jesuítas de domínios portugueses, durante as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, nunca mais os padres inicianos tiveram o mesmo prestígio na sociedade portuguesa. Além disso, após a implantação do regime republicano, em 1910, e mesmo antes, já com o ideal republicano de fins do século XIX, os jesuítas se tornaram o alvo preferencial a

ser abatido pela perseguição que os defensores da República empreenderam à Igreja Católica e às Ordens religiosas.

Por outro lado, em terras brasileiras, as investigações desenvolvidas por Serafim Leite o consagraram como autoridade intelectual em um momento no qual se buscava uma explicação para as origens do Brasil e da própria cultura brasileira. Ao afirmar que o orgulho da pátria brasileira deveria se encontrar na tríplice unidade de língua, território e religião, em certa medida, Serafim Leite exaltava valores e sentimentos significativos no processo de consolidação de um sentimento nacional. Além disso, tanto por seu discurso quanto por seu método de pesquisas, o padre jesuíta se apresentava à intelectualidade brasileira como um herdeiro da tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que teve, como um de seus principais objetivos, dar sentido a uma ideia de nação e nacionalidade para o povo brasileiro.

A proximidade com a intelectualidade brasileira, que lhe garantiu facilidades para publicar os volumes III a X da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, foi iniciada durante as comemorações do IV Centenário de Nascimento de José de Anchieta, em 1934, quando o padre Serafim Leite apresentou a primeira biografia do missionário, até então desconhecida pelos intelectuais no Brasil. Até o final de sua vida, essa contribuição não cessou, pois em vários momentos, o padre foi convidado a discursar, como autoridade que era, nos assuntos jesuíticos coloniais.

Além disso, o próprio contexto dos anos 1930 era favorável ao desenvolvimento e acolhida das pesquisas que foram desenvolvidas por Serafim Leite. Após os anos iniciais do regime republicano no Brasil, assim como o que acontecera em outras nações – como Portugal e França, por exemplo – com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, iniciava-se um período de reaproximação entre Estado e Igreja, o que criava um ambiente propício para um discurso que exaltava o passado da nação ao mesmo tempo em que valorizava o passado do catolicismo.

Portanto, a obra de Serafim Leite esteve associada ao movimento de recuperação da importância da Companhia de Jesus e do próprio catolicismo em Portugal. Isto motivou sua encomenda e sua produção. No Brasil, por outro lado, é possível afirmar que sua obra esteve associada em parte, a um movimento de

aproximação entre Estado republicano e catolicismo, mas com um discurso que se apresentou como herdeiro de uma tradição historiográfica iniciada pelo IHGB, no século XIX, esteve ligada e coincidiu com outros discursos que no mesmo período procuraram dar sentido à ideia de nacionalidade para a população brasileira. Embora o padrão narrativo adotado por Serafim Leite em seus textos tenha sido a defesa das ações empreendidas pela Companhia de Jesus no Brasil, seus estudos se constituem na mais completa fonte de informações sobre a atuação dos padres inicianos na colonização da América Portuguesa e são, dessa forma, fonte indispensável e obrigatória ao estudo da educação jesuítica nos primeiros séculos de colonização.

## REFERÊNCIAS

Fontes:

LEITE, S. (S. J.). A minha vocação. In: **Revista da Academia Brasileira de Letras**. vol. 60. Rio de Janeiro, Jul./dez. 1940.

\_\_\_\_\_. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomos I-X. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Páginas de História do Brasil**. Biblioteca Pedagógica Brasileira – Série 5ª – Brasiliana, vol. 93. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

Obras consultadas:

ALVES, G. L. A obra educacional da Companhia de Jesus no Brasil, segundo a historiografia. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 9, mar. 2003.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. **Acta Scientiarum**. Maringá, vol. 22, n. 1, 2000, p. 181-187.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Antijesuitismo ou Anti-jesuitismo. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. (verbete)

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Padroado. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. (verbete)

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Ratio Studiorum. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. (verbete)

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; SKALINSKI JÚNIOR, O. Exercícios Espirituais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. (verbete)

ATAÍDE DE ALMEIDA, M. das G. A República Cristã: fé, ordem e progresso. In: HOMEM, A. C.; MALHEIRO DA SILVA, A.; ISAÍIA, A. C. (orgs.). **Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal (1889-1910)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 271-284.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6ª ed. Brasília; Rio de Janeiro: UnB; UFRJ, 1996.

BAÊTA NEVES, L. F. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

BATLLORI, M. **Bibliografia de Serafim Leite S.J.** Roma: Institutum Historicum S. I., 1962.

BERTRÁN-QUERA, M. **La “Ratio Studiorum” de los jesuitas: Traducción al castellano: Introducción histórica y temática: Bibliografía**. Madrid: UPCM, 1986.

BITTAR, M.; FERREIRA JÚNIOR, A. O Estado da Arte em História da Educação Colonial. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOFF, L.; BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1985. (Col. Fazer)

BORGES, V. P. Fontes biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 203-234.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BUARQUE DE HOLANDA, S. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinqüenta anos. **Revista IEB**. São Paulo, n.50, p. 66-78, set./mar. 2010.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 1907. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2074](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074). Acesso em: 28 Dez. 2005.



CATÃO, F. A. C. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos)

COSTA, C. J. A Educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão iluminista da História. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CURY, C. R. J. Ensino religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: DE CARVALHO, C. H.; GONÇALVES NETO, W. **Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: Alínea, 2010, p. 11-50.

DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos *Annales* à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

DUTRA, E. de F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*. In: DUTRA, E. de F.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

FALCÃO, J. **Cartilha do Povo**. Villa Nova de Famalicão: Typ. Minerva, 1896. Disponível em: <http://www.laicidade.org/1910-2010-centenario/centenario-da-republica-portuguesa/>. Acesso em: 25 Jun. 2010.

FALCON, F. J. C. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo. In: NEVES, L. M. B. P. *et alii* (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 151-161.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002, p. 257-272.

FERREIRA JÚNIOR, A. Do contexto ao texto: a ditadura militar e a obra “Colonização e Catequese”. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

FERREIRA JÚNIOR, A. (org.). Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768). **Em aberto 78**. Brasília: Inep, v. 21, dez. 2007.

FRANCA, L. (S.J.). **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANÇA, E. d’O. **Portugal na época da restauração**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRISANCO, F. A. **Ensino Religioso na Escola Pública**: uma questão política. Maringá, 2000. 107 p. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2000.

GALVÃO, A. M. O.; MORAES, D. Z.; GONDRA, J. G.; BICCAS, M. S. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, jan.-abril 2008, p. 171-234.

GONDRA, J. G. (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. *et alii* (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19-35.

HAYASHI, M. C. I.; HAYASHI, C. R. M. Educação jesuítica no Brasil colonial: estudo baseado em teses e dissertações. In: PAIVA, J. M.; BITTAR, M.; ASSUNÇÃO, P. (orgs.). **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007, p. 113-127.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p. 225-249.

MALHEIRO DA SILVA, A. B. Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918). In: SZESZ, C. M.; RIBEIRO, M. M. T.; BRANCATO, S. M. L.; LEITE, R. L.; ISAIA, A. C. (orgs.). **Portugal-Brasil no século XX**: sociedade, cultura e ideologia. Bauru: EDUSC, 2003, p. 49-86.

MEDINA, J. A democracia frágil: a Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. 2ª ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 375-390.

MONTEIRO, R. B. **O Rei no espelho**: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

NUNES, C. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. N. 93, maio 1995, p. 51-59.

NUNES, C. Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, jan.-abril 1996, p. 67-79.

OLIVEIRA, L. A. **A contribuição de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública – as ações imperiais e republicanas**. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2009.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. 2ª ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 361-373.

O'NEILL, C. E. (S. I.); DOMÍNGUEZ, J. M. (S. I.) (dir.). **Diccionario Histórico de la Compañia de Jesús**: Biográfico-temático. 4 vol. Roma: Institutum Historicum, S. I.; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001.

PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PAIVA, J. M.; BITTAR, M.; ASSUNÇÃO, P. (orgs.). **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007.

PEDRO, L. C. **História da Companhia de Jesus**: biografia de uma obra. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lígia Bellini. Salvador, 2008

PIRES DE ALMEIDA, J. R. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**: história e legislação. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

RICCI, M. Como se faz um vulto na História do Brasil. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos *et alii*. **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2000.

RODRIGUES, F. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. 7 vols. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1931-1950.

RUCKSTADTER, F. M. M. **A construção histórica da figura heróica do padre José de Anchieta**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS**, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 147-167, 2008.

SCHLAGER, P. "Cesare Cantù." **The Catholic Encyclopedia**. Vol. 3. New York: Robert Appleton Company, 1908. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/03306b.htm>>. Acesso em: 27 Dez. 2011.

SCHMIDT, B. B. A biografia histórica: o "retorno" do gênero e a noção de "contexto". In: GUAZZELLI, César A. Barcellos *et alii*. **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2000.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da Educação no Brasil**. 3 vol. Petrópolis: Vozes, 2004.

VAINFAS, R. (org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIDAL, D.; FARIA FILHO, L. M. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, n. 45, jul. 2003, p. 37-70.

VILLARES, A. **As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

VIOTTI, H. A. **Padre Serafim Leite, s. j. (1890-1969)**. Separata da Revista Verbum. Tomo XXVII, fasc. 1-2, mar./jun. 1970.

WARDE, M. J. Questões Teóricas e de Método: a História da Educação nos Marcos de uma História das Disciplinas. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006, p. 88-99.

WEREBE, M. J. G. A laicidade do ensino público na França. **Revista Brasileira de Educação**. n. 27, set.-dez. 2004, p. 192-197.

WREGE, R. S. **A educação escolar jesuítica: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil"**. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Dermeval Saviani. Campinas, 1993.